

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO CAMPO DAS  
POLÍTICAS SOCIAIS NO RIO GRANDE DO NORTE**

Pablo de Sousa Seixas

**Natal**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pablo de Sousa Seixas

**INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO CAMPO DAS  
POLÍTICAS SOCIAIS NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Natal**

**2009**

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Seixas, Pablo de Sousa.

Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte / Pablo de Sousa Seixas, 2009.  
153 f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto.

1. Psicologia. 2. Exercício profissional. 3. Política Social. I. Yamamoto, Oswaldo Hajime (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 159.9

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A dissertação “Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte”, elaborada por Pablo de Sousa Seixas, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PSICOLOGIA.

Natal, RN, 22 de abril de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Roberto Montes Heloani

---

Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

---

Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto

---

*É preciso cobrar de cada um o modo como cumpriu a tarefa que a vida lhe propôs (...). É preciso que tudo o que acontece não pareça resultar do acaso, da fatalidade, mas seja obra inteligente dos homens*

GRAMSCI

À minha família, fonte de luz e inspiração.

Evaristo, Ilma, Pollyanna e Ian.

Amo vocês.

## **Agradecimentos**

Ao Prof. Dr. Oswaldo H. Yamamoto, que me ensinou verdadeiramente o que é ser pesquisador no Brasil. Que é possível refletir e agir criticamente, dentro das amarras de um sistema acadêmico, sem perder a integridade ética.

À amiga e professora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel Fernandes de Oliveira pelas incontáveis horas de discussão e debate. Devo a você muitas de minhas reflexões e grande parte de meu crescimento pessoal.

Ao Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação, minha segunda casa. Agradeço especialmente aos bolsistas Andressa Maia e Fellipe Coelho, a ajuda de vocês foi indispensável nesse trabalho. As minhas amigas Keyla Mafalda, Adriana Ribeiro, Avrairan Fabrícia, Cândida Dantas, Ana Ludmila Costa e especialmente Dra. Ilana Paiva por não me deixar esquecer como é bom pensar. Aos demais integrantes, que fizeram ou fazem parte do GMPE, agradeço pela companhia, por formar dessa base de pesquisa um grupo de trabalho e amizade (incluindo momentos de lazer, que não são poucos. À nossa faladoria!)

A todos aqueles, alunos e professores, que integram o Departamento de Psicologia e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, por proporcionar uma formação científica e profissional pública e de extrema qualidade. Agradeço especialmente aos professores Jorge Falcão e Lívia Borges por terem me iniciado no (complicado) mundo das análises quantitativas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos.

Aos meus amigos (e compadres) de graduação, Francisco Pereira, Danielle Cristine e Normanda Araujo, por tornar rico e profícuo nosso percurso acadêmico. Minha formação, com muita certeza, não teria sido a mesma sem vocês.

Aos meus amigos próximos, Arotirene Adriadno, Wilton Gomes, Flora Peixoto, João Aloysio, Rodrigo Costa, Dyacuy Santos, Vanessa Gonçalves, Alex Alverga, e especialmente Iury Matias, que continuam me ensinando o valor da amizade. A presença de vocês é a prova viva que é possível dedicar-se aos estudos sem nunca esquecer do lazer.



Á minha família, tios, tias, primos, afilhada, avós, por todo o carinho e apoio necessário a uma vida alegre e saudável. Vocês são verdadeiramente parte do que sou.

Ao Conselho Regional de Psicologia 17, e a todos os psicólogos do Rio Grande do Norte, cuja colaboração tornou possível este trabalho. Em especial à Prof<sup>a</sup> Nilza Molina, pelo carinho e apoio recebido.

Aos meus pais, Evaristo e Ilma, pelo amor e afeto. Vocês são um exemplo de vida a seguir por todo o sempre.

A minha esposa, e colega de profissão, Pollyanna Gê por me tornar um homem melhor. Nunca terei palavras suficientes para agradecer por sua presença, o seu apoio é incomensurável. Obrigado por existir.

Ao meu tesouro, anjo e dádiva de Deus, Ian Gê Seixas. Obrigado por renovar minha esperança na vida.

## Sumário

Lista de figuras .....	ix
Lista de tabelas .....	x
Lista de quadros .....	xii
Lista de siglas .....	xiii
Resumo .....	xv
Abstract .....	xvi
Introdução .....	17
1. O Brasil e o enfrentamento da “Questão Social” .....	23
1.1. E no Brasil? .....	28
2. A Profissão de Psicólogo no Brasil .....	44
2.1. Constituição da Profissão no país (1930-1962) .....	45
2.2. Regulamentação da Profissão de Psicólogo – Lei 4.119/62 .....	52
2.3. Desenvolvimento da Profissão de Psicólogo - Pós-regulamentação ..	54
2.4. Estudos acerca da profissão de psicólogo no Brasil .....	59
2.4.1. Estudos acerca da profissão de psicólogo no Rio Grande do Norte .....	66
3. Objetivos, Método e Estratégias de Ação .....	73
3.1. Objetivos .....	73
3.2. Método e Estratégias de Ação .....	73
3.3. Instrumento .....	74
3.4. Procedimentos de Coleta de Dados .....	77
3.5. Participantes do Estudo .....	77
3.6. Procedimentos de Análise de Dados .....	79
4. Os Profissionais de Psicologia e as Políticas Sociais no Rio Grande do Norte .....	81
4.1. Apresentação dos profissionais .....	81
4.1.1. Formação acadêmica e complementar .....	85
4.2. Inserção e Atuação Profissional .....	93
4.2.1. Inserção Profissional .....	93
4.2.2. Atuação Profissional .....	107
4.2.2.1. Atividades desenvolvidas .....	115
5. O que resta aos psicólogos no campo das políticas sociais na atualidade? .....	126

Referências Bibliográficas .....	138
Apêndice .....	149

## Lista de figuras

Figura		Página
1	Trabalha com políticas sociais .....	81
2	Instituição que realizou a Graduação .....	85
3	Possui Formação Complementar? .....	89
4	Natureza da Instituição Educacional da Formação Complementar .....	92
5	Situação no mercado de trabalho .....	94
6	Salário total .....	95
7	Possui Benefícios Trabalhistas adicionais? .....	99

## Lista de tabelas

Tabela	Página
1	Número de consultantes e de psicólogos registrados no MEC: 1962 – 1974 ..... 55
2	Resumo da caracterização geral da profissão de Psicólogo no Rio Grande do Norte ..... 68
3	Inserção profissional do psicólogo nos diferentes locais de trabalho por ano estudado ..... 70
4	Informações sócio-demográficos ..... 83
5	Informações gerais sobre a formação ..... 86
6	Ano de conclusão da formação complementar ..... 90
7	Formação complementar ..... 90
8	Distribuição dos ganhos mensais dos psicólogos pela quantidade de inserções no mercado de trabalho..... 96
9	Distribuição dos locais de trabalho dos psicólogos por faixas de remuneração mensal ..... 97
10	Participação da renda dos psicólogos que trabalham com políticas sociais na composição da renda familiar (%) ..... 98
11	Distribuição da carga horária semanal e Tempo de permanência no emprego ..... 99
12	Distribuição das faixas de permanência no emprego dos psicólogos no campo da assistência social por local de trabalho ..... 100
13	Regime de trabalho e Forma de Ingresso ..... 101
14	Distribuição dos locais de trabalho do psicólogo no campo da assistência social por regime de trabalho ..... 102
15	Atua em Psicologia e em que cargo ..... 104
16	Informações do Local de Trabalho em Política Social ..... 107
17	Distribuições dos profissionais pelos principais locais de trabalho e suas combinações ..... 108
18	Área da Psicologia ..... 111
19	Distribuição dos locais de trabalho do psicólogo no campo da assistência social por área da Psicologia ..... 112
20	Abordagem teórico-metodológica ..... 113
21	Distribuição dos locais de trabalho do psicólogo no campo da assistência social por abordagem teórico-metodológica ..... 114
22	Frequência de atividades realizadas ..... 115

23	Cinco Principais Atividades desenvolvidas por local de atuação .....	118
24	Cinco Principais Atividades desenvolvidas por principais áreas de atuação .....	121

## Lista de quadros

Quadro		Página
1	Mudanças da Psicologia no Brasil .....	64

## **Lista de Siglas**

ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

ABP - Associação Brasileira de Psicotécnica

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia

APAF - Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensão

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CRP - Conselhos Regionais de Psicologia

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas

GPM&E - Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social



INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISOP - Instituto de Seleção e Orientação Profissional

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDRE - Plano Diretor da Reforma do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POT - Psicologia Organizacional e do Trabalho

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SIP - Sociedade Interamericana de Psicologia

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UDN - União Democrática Nacional

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UnP - Universidade Potiguar

## Resumo

Desde os primeiros anos da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, têm-se realizado estudos que versam sobre formação, prática, locais de atuação e compromisso social da categoria. Apesar da diversidade de objetivos e propostas, esses estudos constataam que psicólogos têm se inserido significativamente no campo das políticas sociais, implicando mudanças na profissão. Desde a década de 1980, pesquisas no Rio Grande do Norte corroboram resultados de estudos nacionais. O objetivo deste trabalho é estudar a inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. Para consecução deste, desenvolveu-se pesquisa exploratória, com uso de questionário, composto por quatro partes: dados gerais, formação acadêmica, formação complementar e exercício profissional. Os resultados apontam três grupos de informações: caracterização, inserção e atuação profissionais. Constatou-se inserção significativa do psicólogo no campo das políticas sociais (41%). Suas características sócio-demográficas e de formação não diferem das apresentadas pela literatura: mulheres, jovens, advindas de família entre 7 e 15 Salários-Mínimos. Maior parte é graduada em instituição pública e faz especialização na área clínica. Os profissionais estudados aparentam estar em piores condições de trabalho, se comparado ao resto da categoria, que já apresenta condições desfavoráveis, com destaque para os psicólogos que atuam em instituições de Assistência Social, com maior precarização. As atividades desenvolvidas não apresentam novidade, com consolidação de práticas conservadoras, ao invés de inovações efetivas, enfatizando o questionamento à profissão, por não contemplar demandas apresentadas ao profissional de Psicologia no campo das políticas sociais. Com este cenário único, de reprodução de valores liberais, corroboram-se padrões clássicos de atuação, propaga-se e difunde-se uma prática apolítica e acrítica. Reitera-se a importância de estudos críticos, que organize metas para a categoria, com intuito de transformações políticas que contemplem o cenário atual.

Palavras-chave: Psicologia; exercício profissional; política social

## **Abstract**

Since the first years of the regulation of Psychology as a profession in Brazil, it has been carried out studies on the academic graduation, practice, workplace and the social commitment of the category. Despite the diversity of goals and propositions, these studies show that psychologists have been significantly inserted into the social policies field, implying changes in the profession. Since the 1980s, researches in Rio Grande do Norte corroborate the results of national studies. The aim of this paper is to study the insertion and professional career of psychologists in the social policies field in Rio Grande do Norte. In order to accomplish the final results of this paper, it was developed an exploratory research, with the use of a questionnaire, comprised of four parts: general data, academic graduation, complementary graduation and professional experience. The results show three groups of information: characterization, insertion and professional performance. It has been verified expressive insertion of psychologists into the social policies field (41%). The socio-demographic and graduation characteristics are not different from those shown by literature: women, young, from families with an average of 7 to 15 minimum wages. Most of them graduated from public institutions and with post-graduation studies in clinical area. The professionals studied seem to be in worse working conditions compared to the rest of the category, which are also in unfavorable conditions, especially the psychologists who work in social assistance institutions, which present greater problems in its structure. The activities developed do not show anything new, preserving conservative practices instead of effective innovations, emphasizing the discussion on the profession for not considering demands presented to the psychologists in the social policies field. With unique scenario, the reproduction of liberal values corroborates classic performance standards; an unpolitical and uncritical practice is diffused. It is then reconsidered the importance of critical studies that organize goals to the category, with the aim of political transformation concerning the current scenario.

**Key words:** Psychology; professional performance; social policies

## **Introdução**

A Psicologia, como profissão regulamentada, acaba de completar 45 anos no Brasil. Desde seus primeiros anos em terras nacionais tem-se realizado estudos que versam sobre a formação, prática, locais de atuação e o compromisso social da profissão (Botomé, 1979; Campos, 1983; Conselho Federal de Psicologia, 1988; Melo, 1975).

Os estudos sobre a conformação da Psicologia têm se avolumado ao longo dos anos. Além de ser objeto de interesse do Conselho Federal de Psicologia - CFP, e, respectivamente, de suas sucursais, os conselhos regionais, os pesquisadores também estão a acompanhar os passos da profissão e suas sub-áreas (CFP, 1988, 2001, 2004). Tais estudos variam quanto aos objetivos e propostas, mas boa parte deles apresenta em comum a constatação de que a profissão tem se inserido significativamente no setor do bem-estar social<sup>1</sup> e isso vem gerando um movimento de mudança na formação e prática profissional.

As inserções dos psicólogos em instituições públicas e do “Terceiro Setor”<sup>2</sup> se enquadram em um processo que considera um repensar, tanto dos profissionais quanto dos pesquisadores, dos modelos e concepções que norteiam as práticas, motivado entre outros fatores, pela diferenciação do público alvo (diferente daquele para o qual se consolida a profissão historicamente), pelos locais de atuação e pela incapacidade de uma ação que passe à margem da dinâmica institucional inerente a locais que, em última análise, se destinam a minimizar as seqüelas da “Questão Social”.

---

<sup>1</sup>As discussões sobre o estado de bem-estar social e as políticas sociais no Brasil serão feitas posteriormente, em seção específica.

<sup>2</sup> Para Fernandes (2005), o “terceiro setor” seria um misto de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, com ênfase na participação voluntária, mas acrescentando novas manifestações da sociedade civil.

Alvo de intervenções com objetivos os mais variados, a “Questão Social”<sup>3</sup> no Brasil tem sido historicamente tratada de forma segmentada e parcializada, seja no período da redemocratização brasileira, na década de 1980, seja no avanço neoliberal na década de 1990, período em que há a disseminação de uma agenda que tem como prerrogativa uma nova reforma do Estado, agora com vistas a diminuí-lo, desresponsabilizá-lo das políticas sociais, fazendo do mercado o grande mediador das relações entre os donos dos meios de produção, os vendedores da força de trabalho e as instituições sociais (Draibe, 1993).

À época de tentativa de implantação de políticas de bem-estar no Brasil houve um crescimento do setor de serviços, especialmente destinado a atender a grande massa da população que sofria as conseqüências de anos sob a opressão do regime autocrático-burguês. A constatação do enorme estado de penúria de grande parte da população brasileira se revela uma surpresa, principalmente porque os índices do “milagre econômico” mostravam um país em crescimento, com altos níveis de emprego e com uma dívida externa controlada. Não só tais dados eram uma falseta, mas à dívida externa somou-se uma interna, o que causou graves problemas para estruturação das políticas de bem-estar no país (Alves, 1989).

Apesar deste sopro democrático, a década de 1990 já sinaliza um retrocesso na aplicação das políticas idealizadas no período anterior. A implementação da constituição de 1988, único exemplo possivelmente viável ao Brasil de um *Welfare State* (bem-estar), sofre dificuldades de implementação devido ao conflito de interesses de diversos setores, exatamente por “...ao tempo em que, no Brasil criavam-se mecanismos político-democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no espaço mundial tais mecanismos perdiam vigência e tendiam a ser substituídos...” (Netto, 1999,

---

<sup>3</sup> A “Questão Social” é um tema amplo e controverso, e nos deteremos melhor nos capítulos seguintes.

p. 77). A agenda neoliberal<sup>4</sup> em plena aplicação mundo afora, aporta no Brasil de forma mais intensa após o período de abertura política.

A implementação da agenda, de maneira mais agressiva no governo Collor, mas em franca consolidação nos governos posteriores, aponta a diminuição da abrangência do Estado nas intervenções no campo social, o aumento das privatizações e da responsabilização da sociedade civil pelas políticas sociais, com o discurso de que seria a forma mais adequada de otimizar o funcionamento do Estado. Dissemina-se, como parte do processo de desresponsabilização, a idéia de que é através da lógica da solidariedade social, representada pelas instituições vinculadas ao chamado “Terceiro Setor”, que as ações de corte social devem acontecer. Por isso, na década de 1990, há um crescimento exponencial dessas instituições, visando à substituição do Estado na prestação de tais ações. Contudo,

a ‘parceria’ entre o Estado e o ‘Terceiro Setor’ tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital (...) para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (Montaño, 2002, p.227).

O discurso em defesa do “Terceiro Setor” traz como faces do mesmo processo sua difusão acelerada<sup>5</sup> e um sucateamento do aparato público, considerado ineficaz e moroso, em favor de um investimento maciço no setor privado e no setor privado sem

---

<sup>4</sup> Em linhas gerais a agenda neoliberal, por ser muito mais um conjunto de ações político-econômicas do que articulações teóricas, consistia em contração monetária, flexibilização da produção em escala global, diminuição da taxa sobre altos rendimentos, controle e repressão dos movimentos sindicais, diminuição do controle do estado sobre a economia, programa de privatizações, e, no que toca nossa temática em questão, desresponsabilização do Estado frente às questões sociais (emprego, saúde, educação, seguridade social, entre outros) (Netto, 1993).

<sup>5</sup> “O último levantamento nacional realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em parceria com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e ABONG (Associação Brasileira de Organizações não Governamentais), no ano de 2002, identificou a existência de 275.895 organizações, com 1.541.290 de funcionários assalariados. Nesse levantamento, apenas 21% das ONGs recebiam recursos públicos, enquanto 46% trabalham com a geração de recursos próprios e 33% com investimento privado” (Paiva, 2008, p.42).

fins lucrativos (Netto, 1999). A partir disso, novas configurações de embate político, e de (im)possibilidade de ação social no contexto capitalista contemporâneo vêm ocorrendo e, entre elas, a forma como tem se dado as relações de trabalho merecem destaque.

A implementação do modelo neoliberal acarreta uma mudança nas formas e relações de trabalho no mundo capitalista, que adquire novas características. O modelo da acumulação flexível<sup>6</sup> transforma as condições de trabalho, flexibilizando contratos, encobrendo a desregulação de leis trabalhistas e esvaziando a legitimação dos direitos sociais e democráticos. É nesse contexto que a Psicologia se insere no setor de serviços.

A Psicologia, em suma, depois do período de redemocratização, acaba sendo um exemplo de profissão chamada a ingressar no campo das políticas sociais. Na década de 1980 através da contratação, sobretudo no campo da saúde pública, continuando na década de 1990, pela inserção nas ONGs<sup>7</sup>, e, mais recentemente, com a entrada no campo da assistência social, colocando o psicólogo na rede de proteção social como executores de tais políticas.

Os estudos nacionais com psicólogos nos últimos anos, como mencionado no início do trabalho, vêm demonstrando uma progressiva inserção dos profissionais em novos espaços de atuação, sobretudo no campo da assistência social, seja no âmbito público, seja no privado sem fins lucrativos (CFP, 1994; 2001; 2004). No entanto, esses mesmos estudos apontam uma quantidade expressiva de psicólogos sem inserção profissional, que nem chegam a inscrever-se no Sistema Conselhos, ou que trabalham

---

<sup>6</sup> Acumulação flexível é um processo de mudança nas políticas administrativas, em contraposição ao fordismo, que tem como características principais a flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo (Harvey, 2001).

<sup>7</sup> Usamos a denominação genérica “ONG” para designar o local de gestão e execução de políticas sociais do “terceiro setor”. Mas fazemos uma ressalva que essa denominação não existe juridicamente no Brasil, e que três personalidades se encaixam na categoria: Associações, Fundações e Instituições Religiosas (Szazi, 2003)

como voluntariado. Some-se a isso o fato de que nesses novos espaços não há inovação de práticas ou atividades, mas práticas antigas “recontextualizadas”, como demonstra estudo feito no Rio Grande do Norte (Siqueira, 2001).

Contudo, a forma de inserção e de atuação profissional, e as conseqüências das mesmas, ainda necessitam de mais estudos. Exemplo disso é a iniciativa do CFP com a criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, em fase recente de estruturação, mas que tem se proposto a entender e sistematizar os conhecimentos e práticas acerca da Psicologia nas Políticas Públicas<sup>8</sup>.

Tendo em vista esse cenário atual, O objetivo deste trabalho é estudar a inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo exploratório que visa primeiramente identificar os profissionais inseridos no campo (quantos e quem são). Em seguida, investigar a sua forma de inserção (incluindo aspectos de suas condições de trabalho) e atuação (quais as formas de intervenção) profissional.

A presente dissertação está dividida em cinco partes. Na primeira parte, denominada “O Brasil e o enfrentamento da Questão Social” é delimitado os pressupostos teóricos utilizados necessários ao entendimento das políticas sociais atuais. Enfoca-se as formas de enfrentamento da “Questão Social” no Brasil, a implicação para o trabalhador e suas perspectivas atuais na forma de Políticas Sociais.

Na segunda parte, “A Profissão de Psicólogo no Brasil” é apresentada uma discussão histórica sobre a constituição da profissão de psicólogo no país, sua regulamentação, suas características na época da autocracia burguesa e, principalmente, os estudos sobre a profissão até os dias de hoje.

---

<sup>8</sup> Informações mais detalhadas sobre o projeto podem ser encontradas em: <http://crepop.pol.org.br>.



A terceira parte, “Objetivos, Método e Estratégias de Ação” apresenta os aspectos metodológicos utilizados, escolha de participantes, apresentação do instrumento, procedimentos de coleta e de análise.

Na quarta parte, “Os Profissionais de Psicologia e as Políticas Sociais no Rio Grande do Norte”, são apresentados os principais resultados acompanhados de sua análise. Há uma indicação do tamanho do campo (quantidade de psicólogos inseridos nas políticas sociais), sua caracterização, principais informações acerca da inserção e atuação profissional.

Finalizando, a quinta parte, “O que resta aos psicólogos no campo das políticas sociais na atualidade?”, retoma-se o conjunto de resultados apresentados, articulando com as modificações no cenário político-econômico atual, Discute-se quais os cenários possíveis, do ponto de vista de mercado de trabalho, para o psicólogo no campo das políticas sociais, e o que os espera, como demanda de intervenção contemporânea.

## 1. O Brasil e o Enfrentamento da “Questão Social”

De acordo com dados do IBGE de 2006, ainda somos um país de aproximadamente 40 milhões de pobres, mesmo possuindo um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,4 trilhões de reais, o maior da América Latina e o 9º maior do mundo<sup>9</sup>. Tais informações revelam um enorme abismo social, no qual 20% da população mais pobre divide 2,5% da renda total do país, enquanto os 20% mais ricos ficam com quase 70% dessa renda. Isso faz do país um dos piores do mundo em distribuição de renda. Essa pobreza não é fruto da ausência de riqueza no país, como se pode atestar pelos dados apresentados, mas fruto de uma desigual distribuição de renda, uma das conseqüências da contradição capital-trabalho. Nas palavras de Netto (2006) “(...) na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada. (...) o que tem resultado da acumulação é, *simultaneamente*, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” (p.137).

Essa visão sobre o fenômeno pobreza é pouco utilizada no Brasil, e no mundo, quando se trata de lidar com e entender o mesmo. Costumeiramente, tende-se a isolar o fenômeno e colocá-lo como uma excrescência do sistema capitalista, conseqüência de um processo meritocrático, no qual alguns indivíduos não conseguiriam acumular riquezas pela simples falta de merecimento, apresentando uma “ordem natural” da realidade, algo esperado na estrutura social.

Há uma extrema dificuldade em delimitar o fenômeno pobreza. Frequentemente, os indicadores monetários são extremamente privilegiados, criando a idéia de “linhas de pobreza” que separam os pobres dos não-pobres, e desconsiderando seus determinantes

---

<sup>9</sup> Os dados completos podem ser encontrados no sítio <http://www.ibge.gov.br>

sociais, históricos e, por que não, morais implicados em conceito tão vasto, cheio de significados e abordagens de enfrentamento.

A pobreza deve ser tratada como fenômeno histórico (em sua totalidade), sobretudo porque, no capitalismo, ela guarda mais diferenças qualitativas do que em outros momentos históricos em que preponderavam diferentes modos de produção. Ou seja, já existia pobreza antes do capitalismo, que se apresentava como “problema social”, mas com a diferença de que as privações pessoais decorriam da escassez de recursos. No capitalismo existem os recursos necessários para alimentar as populações pobres, mas há uma distribuição desigual dessa renda.

A pobreza no capitalismo pode assumir funções específicas na sua manutenção e reprodução. Serve para equacionar as demandas de força de trabalho, criando um mercado de reserva permanente que diminua o poder de barganha da classe trabalhadora. Ela é um subproduto do capitalismo, que pode ser usada para efeito de controle social, controle esse que se torna indispensável para o aumento da exploração, e conseqüentemente, para produção de mais-valia. Sendo um fenômeno indispensável, acabar com a pobreza, pois, é superar a própria sociedade burguesa (Abranches, 1987; Netto, 2006).

No entanto, a pobreza na ordem burguesa é algo a ser “parcialmente” combatido ao atingir índices alarmantes. Isso ocorre porque um alto nível de destituição tende a aumentar as tensões sociais e incentivar o movimento daqueles que dela padecem de alguma forma (seja a classe trabalhadora explorada, sejam aqueles que nem esse direito tem por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho). As conseqüências desses altos índices de destituição por tempo prolongado podem ser percebidas na violência urbana, aumento da criminalidade, corrupção, entre outras mazelas sociais. Essas mazelas, ou “problemas sociais”, que representam fenômenos indesejáveis na

sociedade, em determinado momento histórico passam a ser percebidas como ameaças à ordem social, devendo ser combatidos na esfera pública, representado pelo Estado, alçados então a condição de “Questão Social”.

O que chamamos de “Questão Social” aparece exatamente na tomada de consciência da classe trabalhadora, ao perceber-se enquanto classe antagônica à classe burguesa, e compreendendo que, da contradição capital-trabalho surge um conjunto de problemas que devem ser enfrentados e legitimamente reconhecidos como estruturais. Segundo Yamamoto (2003), trate-se de um “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista” (p.42). Como efeito, ou característica, dessa contradição surge a “Questão Social” em suas diferentes manifestações: pobreza, fome, miséria, desemprego, violência, etc.

O fenômeno da “Questão Social”, a despeito de sua contradição essencial, precisa ser contextualizado, pois se desenvolve de maneira distinta em cada época e cultura (Cohn, 2000).

O surgimento da classe trabalhadora, e sua tomada de consciência, participam de um processo de demanda por interesses próprios, em vias de diminuir a exploração e amenizar as conseqüências da “Questão Social”. Os interesses da classe trabalhadora passam a ser levados em consideração por um Estado que “amplia” suas funções, na busca por um processo de legitimação (Sader, 1998). O Estado, então, passa a acatar e implementar algumas dessas demandas, no intuito de diminuir as tensões sociais e manter a ordem burguesa (Cohn, 2000). As mudanças no cenário econômico (a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista) exigiam uma intervenção maior do Estado na economia, para aumentar os lucros a partir do controle do Mercado. Essa premissa precisaria de uma justificativa de um Estado mais legítimo, que teria

então que “supostamente” representar todos os segmentos da sociedade, incluindo aí a classe trabalhadora. A ampliação do Estado necessitava de uma grande base de sustentação patrocinada economicamente pela burguesia, mas com a base de sustentação política dos trabalhadores para garantir a legitimidade do regime. Essas ações do Estado, visando diminuir as seqüelas da “Questão Social”, é o que denominamos Políticas Sociais, ou, como afirma Abranches (1987), a política social é a “combinação específica, imposta pela correlação efetiva de forças, de incentivos à acumulação e ao crescimento, recursos para a provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas visando a alcançar um certo patamar de equidade”(p. 10). Além disso, as políticas sociais, na época, voltadas principalmente para o trabalhador serviam para garantir a reprodução da força de trabalho (Faleiros, 1986).

Dessa forma, as políticas sociais dependiam bastante da força social da classe trabalhadora, na pressão por melhorias de vida e diminuição da exploração. Essas políticas não visam resolver a “Questão Social”, nem atender integralmente os direitos da classe trabalhadora. O limite da “concessão” do Estado em vias de resolução da pobreza ou diminuição da exploração é o limite da própria reprodução do capital. Nenhuma política ou mudança pode afetar a ordem burguesa, pelo contrário, deve garantir sua reprodução (Cohn, 1995; Draibe, 1990).

As políticas sociais acabam por assumir diferentes características em todo o globo. Na sua constituição percebemos ações e intervenções específicas: uma para a classe trabalhadora formal e outra para os pobres. Seguindo a lógica meritocrática capitalista, o primeiro grupo teria acesso à proteção e direitos porque contribuía financeiramente, era um cidadão, e, ao segundo era legado ações de cunho filantrópico e

assistencialista, uma vez que não era capaz nem de manter seu sustento com a venda de sua força de trabalho, algo imperdoável no capitalismo (Santos, 1987).

Dentro dos marcos capitalistas, a resposta que acolheu ao máximo as demandas sociais foi o projeto de Estado de Bem-Estar Social (resposta do capitalismo ao projeto do socialismo real).

O Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*, inaugura uma série de intervenções e respostas mais estáveis e constantes à “Questão Social” (como o pleno emprego e a seguridade social) do que as ações pontuais que vinham acontecendo pelo globo até então. Sua premissa básica era manter o desenvolvimento econômico e reduzir ao máximo os conflitos sociais, e conseqüentemente, a pressão dos trabalhadores. O Estado assume a responsabilidade pelos gastos sociais como pré-condição necessária ao processo de reprodução do Capital que, não obstante, não se valorizam nesse processo.

O projeto do *Welfare State*, que não chegou a ser totalmente implementado em diversos países, acabou fracassando, mas serviu a um dos seus grandes objetivos: o enfraquecimento da classe trabalhadora e dos movimentos sindicais. No entanto, o desmonte das políticas calcadas no *Welfare State* não aconteceu plenamente em muitos países, mas diversos avanços foram feitos, sobretudo no campo da discussão e implementação da idéia de Direito Social, questão não restrita ao processo do *Welfare* mas, potencializado por seu funcionamento.

Nação latino-americana alguma, marcada pelo capitalismo tardio, chegou a desenvolver plenamente um sistema de proteção social nos moldes do Estado do Bem-Estar europeu. Mesmo os tênues desenvolvimentos de proteção social, tardiamente implementados no período subsequente ao desmantelamento das ditaduras da América Latina, sucumbiram diante da falência do modelo nas nações centrais.

O neoliberalismo, então, aparece como alternativa ao *Welfare State*, na tentativa de retomar os patamares anteriores de reprodução ampliada do Capital, colocando a responsabilidade pelo fracasso nos altos gastos sociais e na organização da classe trabalhadora (Anderson, 1995; Borón, 1995; Laurell, 1997; Netto, 1993).

O Neoliberalismo com seus pilares: privatização, desregulamentação econômica e social e particularização de benefícios, modificam as formas de elaboração, gerenciamento e intervenção social (Borón, 1995). As políticas sociais, portanto, sofrem modificações, com ênfase no investimento de políticas mais focalizadas, visando redução de gastos, com o argumento de que os “bem sucedidos economicamente” poderiam arcar com suas despesas sociais, deixando as políticas para as classes pobres com vistas a equacionar eventuais diferenças e assegurar a defesa de uma sociedade meritocrática.

São gestadas no campo ideológico e político novas formas de combate às seqüelas da “Questão Social”, com especial destaque ao “Terceiro Setor”. Dessa forma, a concepção da sociedade civil organizada como sendo uma alternativa de ação social, seja como interventor direto, seja como apoio ou complemento das ações governamentais, torna-se uma estratégia importante na forma de tratar a “Questão Social” em um contexto neoliberal (Garrido, 2006; Offe, 1989; Pastorini, 2004; Rifkin, 1995).

### **1.1. E no Brasil?**

Como dissemos anteriormente, as formas de enfrentamento da “Questão Social” precisam ser entendidas à luz dos contextos históricos de cada nação, a partir da análise de seus determinantes econômicos, políticos e culturais.

O Brasil desenvolve-se de forma bastante coerente com sua forma de colonização, ocorrida entre o século XVI e XIX, voltada para extração e exploração de riquezas e acumulação de capital na Europa. A economia brasileira se estabelece com um caráter de subordinação e exploração, voltada para alimentar o mercado estrangeiro, estabelecendo um desenvolvimento econômico desigual e combinado (Behring & Boschetti, 2006).

O impulso para o desenvolvimento econômico brasileiro se dá com a criação do Estado Nacional, em 1822, com a organização de uma economia interna. Não houve participação das massas na formação do Estado brasileiro, o país dependia quase que totalmente do capital internacional.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil aconteceu sem rupturas com as elites agrárias, dominantes na época, com uma visão estrita do mercado interno, impedindo, assim, qualquer perspectiva de crescimento sem apoio/suporte do mercado internacional. A estrutura agrária carrega a mesma dinâmica de controle social, incluindo resquícios da escravidão, mesmo com o advento do trabalho livre. Essa estrutura de controle era corroborada pelo Estado, que não oferecia suporte ao trabalhador, nem regulamentação legislativa (Behring & Boschetti, 2006).

Essa situação de exploração desenfreada, mais a cronificação do pauperismo no Brasil, fizeram surgir os primeiros movimentos sociais trabalhistas no início do século XX. Lembrando que os brasileiros ganharam o direito à organização sindical em 1907, tendo o Partido Comunista Brasileiro sido criado em 1922, principal organização trabalhista na época, influenciada diretamente pela Revolução Russa de 1917 (Löwi, 2003). Os direitos sociais, então, passaram a compor pauta de reivindicações a partir dessas pressões trabalhistas. A resposta do Estado brasileiro é oferecer parte dessas reivindicações como concessões e favores, a partir de uma postura de tutela. Nos anos



de 1920, vão surgir algumas regulamentações trabalhistas e previdenciárias, sobretudo nos cargos estratégicos na época (ferroviários, marinha, etc.) e para alguns funcionários públicos (Lei Eloy Chaves – 1923; Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) – 1926).

No entanto, apenas nos anos 1930 vão surgir as primeiras efetivas regulamentações, agora na tentativa de estabelecimento de direito, e não concessões, no campo trabalhista e previdenciário. Mesmo com a instauração de parte desses direitos, havia uma dificuldade de efetivá-los, mantê-los e avaliá-los (Santos, 1987).

Na década de 1930, o país passava por uma instabilidade financeira e uma dificuldade de desenvolvimento capitalista alinhado às mudanças internacionais, devido à dominação econômica das oligarquias cafeeiras voltadas para o mercado externo. Setores aliados da burguesia não-cafeeira se articularam para instituir um projeto de modernização, industrialização e desenvolvimento de um mercado interno. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, oriundo da oligarquia pecuária do Rio Grande do Sul, o projeto de desenvolvimento começa a tomar forma, representado, sobretudo, pela constituição de 1934. Um conjunto complexo de articulações políticas, capitaneado pela “intentona” comunista de 1935, fez com que Vargas angariasse apoio de outros setores burgueses e conservadores, igreja e militares, para que estabelecesse um regime ditatorial (Estado Novo) calcado, em sua maior parte, em uma campanha anticomunista (Martinho, 2006).

O governo Vargas, em uma manobra visando a legitimidade de seu regime, passa a ceder “direitos sociais” (na continuação da retórica da concessão e favor, e não direito) com vistas a diminuir as pressões sociais e dismantelar o comunismo no Brasil. A despeito do tamanho da campanha anticomunista, as articulações da esquerda eram bem mais frágeis e de menor envergadura do que fazia crer o “Estado Novo”, além do

fato de o golpe de Vargas ter sido realizado quase sem represálias, o que representava uma ansiedade de grande parte da burguesia de efetivação e potencialização do capitalismo no Brasil (Martinho, 2006).

A despeito do apoio burguês, o Estado Novo elabora um processo de “modernização conservadora”, desenvolvendo indústrias e outras oligarquias agrícolas não-cafeeiras<sup>10</sup>. Foi um período marcado pelo aumento populacional, concentração urbana, e conseqüente aumento de trabalho livre (venda da força de trabalho), fenômenos que influenciaram o desenvolvimento do capitalismo no país (Behing & Boschetti, 2006).

É nesse contexto econômico que se desenvolvem as primeiras (ou mais efetivas) políticas sociais no Brasil (Draibe, 1990). O governo Vargas buscou a colaboração das classes de trabalhadores objetivando regulamentar as relações de trabalho. Tomou iniciativas para a construção de um “Estado Social”, em sintonia com o desenvolvimento econômico-social internacional, mas sem a proporcional intervenção e efetivação das políticas.

Em 1930 é criado o Ministério do Trabalho, já voltado a regulamentar as relações trabalhistas, e, em 1932, a Carteira de Trabalho, usada para garantir benefícios, em uma espécie de estatuto de cidadania. Nesse período, os IAPs são substituídos pelas Caixas de Aposentadoria e Pensão - CAPs. Nessa época, também são criados os Ministérios da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação. A assistência social no Brasil era extremamente fragmentada, e só ganhou um caráter mais estável em 1942 com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que possuía características assistencialistas, atendimentos seletivos e clientelistas.

---

<sup>10</sup> Muitos proprietários de terra que cultivavam café passaram, para aproveitar a onda de investimento, a cultivar outros produtos e modernizar parte da produção ainda visando o mercado externo.

Ainda no Estado Novo foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), baseada na *Carta del Lavoro* da Itália Fascista de Mussolini, documento importante no reconhecimento de categorias trabalhistas, ainda que de caráter fragmentado e corporativista.

Com o fim da era Vargas, em 1945, o Partido Comunista sai da ilegalidade (com a nova Constituição de 1946), e começa uma era de lutas políticas. Nesse contexto, aumentam as reivindicações sociais e, conseqüentemente, seus movimentos (com a Liga dos camponeses, movimentos estudantis universitários, sindicatos), além de um certo clima de instabilidade e lutas políticas representado por diferentes partidos: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desse período, até o golpe de 1964, não houve nenhuma modificação ou expansão significativa dos direitos sociais (Alves, 1989).

Com um clima de efervescência política, o espectro da guerra fria e o aumento do movimento da esquerda brasileira, o Brasil sofre um golpe militar no ano de 1964, uma reação dura da direita, entrando em um regime autocrático-burguês que durou até a década de 1980 com o processo de abertura política. No cenário mundial, as idéias neoliberais começam a ser sedimentadas em diversas partes do mundo. Havia, na época, uma aparente (dis)sincronia entre os movimentos econômicos brasileiro e mundial. O mundo sofria a chamada reação burguesa, com o ideário neoliberal, e o Brasil entra em outro modo de desenvolvimento capitalista, no chamado “fordismo à brasileira”, com a produção em massa de eletrodomésticos e automóveis, por exemplo, reflexo do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O “Milagre Econômico Brasileiro” foi o período entre 1968 e 1973 que houve um intenso desenvolvimento econômico e industrial, sem precedentes na história da nação, seguidos de uma quase inexistência de distribuição de renda. Os efeitos negativos do “milagre” são sentidos até hoje: “o ‘milagre

No aspecto econômico-social havia uma redistribuição restrita dos ganhos de produtividade, nenhum pacto social-democrata, ao contrário, o governo autocrático-burguês se caracterizava por uma intensa retração dos direitos civis e restrição democrática e dos movimentos sociais. Houve uma expansão da cobertura político-social, apenas com o intuito de dar mais legitimidade ao governo, atrair as massas, mas de forma tecnocrática, conservadora e clientelista (Vianna, 1993).

A “Questão Social” era admitida, mas enfrentada a partir de um misto de assistência e repressão, dependendo da forma de aceitação e docilidade das massas. Nessa tentativa de legitimidade, as políticas sociais acabaram se expandindo e se modernizando, assumindo algumas características do *Welfare State*, mas de forma extremamente distorcida no que diz respeito à interpretação dos Direitos Sociais.

Algumas modificações importantes nos setores sociais da política pública foram feitas nesse período, como a centralização e uniformização da previdência social com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, expandindo os direitos para outras categorias ocupacionais, desde o governo Vargas, como domésticas, autônomos e ambulantes. Em 1974 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, com medidas como a renda mensal vitalícia para o idoso pobre, e uma grande reforma administrativa que gera o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que centraliza a antiga LBA, além do INPS, e outros institutos ligados a políticas sociais, como o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS (Assistência Médica), o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS (Previdência Social) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM (Apoio ao Menor).

---

brasileiro’ não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimento extremos, de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como, sob muitos aspectos, agravou-os” (Alves, 1989, p.156).

As políticas públicas de Saúde assumiam um caráter curativo e especializado, contra os ideais preventivos e universalizantes, e incentivavam o crescimento das indústrias farmacêuticas e médico-hospitalares. Essa lógica vai atravessar, também, as políticas de Educação e Previdência, com enorme incentivo das empresas privadas e desmonte e descredibilização do sistema público, aproximando o Brasil da lógica de políticas assumida pelo Estados Unidos da América e muito distante do pacto social do *Welfare State* feito por vários países europeus. Houve, na época, a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, com um enorme incentivo ao desenvolvimento do setor da Construção Civil, ao contrário do que o governo fazia acreditar ser uma real preocupação com a questão da moradia no país, além da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS<sup>12</sup>, política estratégica no desmonte dos movimentos trabalhistas e controle dos operários, mas que, por sua camada ideológica, foi recebida como um verdadeiro ganho social (Alves, 1989).

O aporte de dinheiro estrangeiro no país, com a facilidade de empréstimo, e conseqüente incentivo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fatos ainda decorrentes do Milagre, começam a revelar seus efeitos, dentre os quais, o aumento da dívida externa, dos credores e da influência de organismos financeiros internacionais, e, por fim, o agravamento das seqüelas da “Questão Social”.

No entanto, mesmo que indiretamente (pela própria relação dialética proletário-burguês), o desenvolvimento econômico acabou mobilizando movimentos operários, como a concentração de trabalhadores no pólo do ABC paulista, considerada, na época, a maior concentração operária do mundo capitalista. Depois de anos de regime militar,

---

<sup>12</sup> O FGTS, criado em 1966, “tem servido a acumulação de capital mediante o aviltamento dos salários e a criação de um fundo subsidiado para o investimento” (Alves, 1989, p.99). Ele dividia os custos de demissão com uma contribuição do próprio empregado, facilitando a rotatividade dos trabalhadores e diminuindo seu poder de barganha com os empregadores.

começa no país, na década de 1980, um processo de abertura política, todo planejado e executado pela direita brasileira, mas que trouxe na sua esteira de anos de emudecimento social, novos movimentos sindicais, além de reivindicações de diversos setores da sociedade civil organizada (Sader, 1987). Algumas dessas reivindicações (em um processo de embate político) fizeram avançar várias discussões no país sobre direitos sociais, que foram recebidos como ganhos democráticos e culminaram na mudança de algumas orientações sociais corporificadas na Constituição de 1988. No entanto, ainda herdeiro da situação econômica catastrófica causada pelo “milagre brasileiro”, o país entra em uma profunda crise econômica, representada, sobretudo, pelas dívidas do setor privado repassadas ao Estado, que não conseguiram operacionalizar as políticas sociais colocadas na Carta Magna.

Passa-se a incorporar um discurso político ideológico, de caráter neoliberal, que priorizava os problemas financeiros do país antes de executar as ações sociais, idéia ainda em curso e com extrema força, o que gerou cortes constantes em gastos sociais e retração das políticas. Dessa crise econômica, advieram outros fenômenos como desemprego estrutural, precarização, favorecimento da produção para o mercado externo em detrimento do abastecimento interno, retração dos direitos sociais e informalização da economia (Laurell, 1997).

Dessa forma, essa situação econômica foi campo extremamente fértil para disseminação das idéias neoliberais como estratégia para resolução da crise. No período da Nova República, o presidente José Sarney, a despeito de seu discurso “social”, realizou poucas ações e avanços em termos de política, e os programas que havia na época tinham um caráter extremamente clientelista, como o Programa do Leite. As poucas heranças positivas dessa época foram os Grupos de Trabalho e Discussão sobre políticas sociais, que acabaram pensando reformas e modificações de caráter

democrático para vários setores, como políticas para crianças e adolescentes, representados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, e os ideais colocados na Constituição de 1988 de universalização, responsabilidade pública e governo democrático, que deram base para várias políticas subseqüentes, como saúde e assistência social. Destaque para a profusão de um movimento de mudança teórico-política no campo da saúde, que serviu como “porta de entrada” para os profissionais de Psicologia no campo das políticas públicas (Dimenstein, 1998)<sup>13</sup>.

É importante ressaltar que os ganhos sociais colocados na nova Constituição foram precedidos por idéias políticas e econômicas de orientação conservadora, representando os anseios da burguesia nacional e dos organismos financeiros estrangeiros. No entanto, mesmo que nossa Constituição esteja voltada para universalização dos direitos, a desigualdade social serve como justificativa para ações pontuais e políticas compensatórias voltadas para população pobre.

A perspectiva econômica da década de 1990, no Brasil, foi marcada pela “contra-reforma” liberal, a despeito dos governos da época utilizarem o termo “reforma”<sup>14</sup>, indo contra muitas propostas coladas na constituição de 1988 (Coutinho, 2000). O abre-alas dessas mudanças econômicas (e administrativas, com a criação do Plano Diretor da Reforma do Estado – PDRE – em 1995) foi o Plano Real. Concebido e iniciado no governo Itamar Franco, conduzido pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Plano teve um resultado de mudanças econômicas tão fortes que elevou o referido ministro à Presidência da República em dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003). A perspectiva do Plano Real para o

---

<sup>13</sup> O projeto de uma reforma psiquiátrica brasileira teve suas bases definidas na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que dentre várias conseqüências destaca-se a ampliação da diversidade profissional, fato que permitiu a entrada maciça de psicólogos no setor. As políticas de saúde tiveram suas mudanças implementadas e “oficializadas” na Constituição de 1988.

capital internacional foi “reformatação do estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital” (Behring & Boschetti, 2006, p. 151), assumindo de vez o ideário neoliberal para o Estado brasileiro. Para o Brasil, o Plano Real, foi visto com entusiasmo, pois estabilizou a economia, acabando com a hiperinflação dos governos anteriores (Sarney, Collor e Itamar Franco).

Esse processo de “neoliberalização” envolveu privatizações, campanhas da ineficiência da administração pública, entrega de patrimônio público ao capital estrangeiro, desemprego, além do aumento do abismo social, seguindo a cartilha determinada pelo Consenso de Washington<sup>15</sup> (Netto, 1999).

Seguindo a lógica neoliberal (de desresponsabilização do Estado), na década de 1990 foram criados incentivos para o “Terceiro Setor”, a partir, sobretudo, de sua regulamentação para execução de políticas públicas (programa de publicização). Essa lógica rompe com a unidade das políticas que acabam divididas em um núcleo técnico de formulação e um núcleo desqualificado de execução, causando o fracasso das políticas, mas sem responsabilizar o Estado. Essa desqualificação na execução perpassa o “Terceiro Setor” solidário, que passa a funcionar pela lógica de mercado, e um setor público, que diminui o aporte de investimentos em formação e capacitação de seus funcionários, encarando a “Questão Social” como um problema técnico e não como um fenômeno que faz parte do funcionamento do sistema capitalista (Montaño, 2002; Pastorini, 2004).

Os governos neoliberais não buscam criar espaços reais de debate e negociação das políticas sociais, ou quando o fazem não possuem eficácia. O governo FHC, por

---

<sup>14</sup> O termo “reforma” denota na esquerda mundial um conjunto de mudanças voltadas as melhorias sociais, marcadamente pela esquerda da social democracia (Coutinho, 2000).

<sup>15</sup> O Consenso de Washington foi um receituário criado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) voltado para ajustes econômicos de países em desenvolvimento.



exemplo, foi gerido de forma mais técnica, deslocando o terreno da discussão dos temas sociais do âmbito político para o âmbito administrativo. Segundo Draibe (1993), as políticas sociais no neoliberalismo assumem três características principais: privatização, seletividade nas ações e descentralização<sup>16</sup>.

Além disso, as mudanças acarretadas pela chamada “Terceira Revolução Industrial”, fenômeno relacionado (mas não diretamente decorrente) com a crise do *Welfare State*, modificaram as formas de produção capitalistas e o gerenciamento científico, a partir do processo da reestruturação produtiva e acumulação flexível. Essa reestruturação produtiva acaba agravando o desemprego, acentuando o fenômeno do “desemprego estrutural” (Mattoso, 1995), e aumentando o número de trabalhos informais, intensificando o fenômeno da precarização (Cohn, 1995; Vianna, 1993).

O processo de reestruturação produtiva e a agenda neoliberal, portanto, acabam se apresentando como estratégias do capitalismo para se renovar e continuar se expandindo. Suas características não alteram o núcleo da “Questão Social” (contradição capital-trabalho), mas modifica a inserção da classe trabalhadora, com conseqüências econômicas, políticas e sociais, como a pulverização das lutas trabalhistas a partir da terceirização de produtos e serviços (Antunes, 1999; Garrido, 2006). Como não há uma modificação dessa contradição fundamental capital-trabalho, não há uma “nova” “Questão Social”, como quiseram nos fazer acreditar alguns teóricos de direita, como Castel e Rosanvallon (Pastorini, 2004).

A crise social enfrentada nessa época, fruto das transformações do capitalismo na chamada Terceira Revolução Industrial faz com que se pense em novas formas de combate ao desemprego estrutural. Como citado anteriormente, uma das soluções

---

<sup>16</sup> A descentralização citada por Draibe não é o processo democrático de partilha das decisões políticas, mas tão somente, a pulverização dos problemas sociais, encarados de forma separada, seguido do processo de desresponsabilização das ações do Estado.

apontadas pelo capitalismo é a assunção de problemas sociais pela sociedade civil, de forma organizada, pelas ONGs, ou como iniciativa individual, com o incentivo da “responsabilidade social” ou participação solidária.

A expansão maciça do “Terceiro Setor” como estratégia complementar do governo vai propiciar a entrada de diversos profissionais no campo, incluindo o psicólogo. Esse momento de expansão ganha força com a Lei nº 9.790/99, a chamada Lei das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). A partir da sanção da lei, em 1999, o perfil desejado para as instituições sem fins lucrativos vai então sendo constituído e delineado, alinhando o funcionamento e objetivos dessas instituições aos interesses dos organismos financeiros internacionais (Coelho, 2000)<sup>17</sup>. O “Terceiro Setor”, então, aparece para amenizar o desemprego, e/ou as seqüelas do mesmo, a partir de ações pontuais e desqualificadas. Os funcionários contratados para lidar com esses problemas sofrem eles mesmos de uma inserção precária, marcados por instabilidade profissional, trabalhos por “projetos” (pontuais e com rendimentos flutuantes) e má remuneração, fazendo com que assumam características semelhantes as da clientela atendida, ou seja, de sujeitos pauperizados pela nova forma de expressão da “Questão Social” (Pastorini, 2004).

Dessa forma, os princípios contidos na Carta Magna não vêm sendo efetivados. As conquistas na forma de enxergar e lidar com os problemas sociais presentes na constituição de 1988, a saber, os princípios universalistas e redistributivos dos direitos, são agora pervertidos na lógica neoliberal (Borón, 1995). O texto genérico e de difícil implementação da Constituição Brasileira faz com que os governos adiem sua execução,

---

<sup>17</sup> Mesmo a denominação OSCIP sendo rejeitada (em detrimento da denominação ONG), em uma tentativa de desvincular os objetivos da instituição aos dos organismos internacionais, é impensável que o modelo das políticas para o “terceiro setor” no Brasil não enquadre essas instituições aos objetivos propostos, limitando e condicionando as ações das mesmas.

pulverizem suas ações com justificativa na questão financeira, ou mesmo perverta sua lógica na justificativa de que os gastos sociais prejudicam os rumos da economia brasileira. No campo administrativo, as conquistas democráticas são desfeitas com governos que funcionam na base das medidas provisórias (que permitem ao Executivo poderes independentes de outros órgãos de regulação), e uma ênfase muito maior nos direitos do consumidor em detrimento dos direitos sociais, criando um ordem hierárquica de importância. Os interesses do setor privado são colocados em destaque, visando o aumento das empresas que lidam com questões que deveriam ser de prioridade do Estado, como Saúde, Educação e Previdência, além do corte de gastos sociais visando investir no setor produtivo de capital estrangeiro, e processo de supercapitalização da economia nacional (Laurell, 1997). O governo FHC não amplia financiamentos de políticas, cria um processo moroso de implementação<sup>18</sup>, e cria programas de transferência de renda extremamente clientelistas com lógica de distribuição compensatória (Netto, 1999).

No poder desde 2002, o governo atual, de Luís Inácio Lula da Silva, caracteriza-se por uma história de construção política calcada nos movimentos sociais da esquerda brasileira, mas que conduz seu mandato como uma continuidade no plano macroeconômico do governo FHC, a despeito de sua bandeira de transformação social e transferência de renda (Druck & Filgueiras, 2007). É difícil “enquadrar” o governo Lula em um modelo estritamente neoliberal, já que as políticas sociais adquiriram um lugar estratégico em seu governo. As análises atuais apontam um modelo ambíguo, do ponto de vista econômico claramente neoliberal, mas do ponto de vista das políticas sociais há

---

<sup>18</sup> Como no caso da Assistência Social, com mudanças estruturais previstas na constituição de 1988, mas apenas gestada em 1995, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e implementada efetivamente apenas em 2004, com a criação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

avanços qualitativos em relação aos seus antecessores (Marques & Mendes, 2007; Druck & Filgueiras 2007).

Dentre esses destaques positivos, com relação às políticas sociais, está o avanço na área da assistência social. Esse avanço é bem representado pela criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, que se propõe a unificar e centralizar os programas de assistência social no Brasil. Passados 10 anos da criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), apenas em 2003, na IV conferência Nacional da Assistência Social, as teses e organização para um novo modelo de proteção social no país é gestado, culminando no já citado SUAS. Para atender aos objetivos propostos no SUAS (colocados desde a constituição de 1988) foi necessário uma ampliação maciça de um modelo de assistência social no país (Sposati, 2007). Foi essa ampliação que reorganizou o conjunto de programas de proteção social, restabelecendo suas bases profissionais, de constituição de equipes, técnicas e modelos de intervenção no campo da assistência social no Brasil. Foi a partir da constituição dessa nova política que se abriu um novo campo profissional para a Psicologia, chamado a ingressar nesses novos programas, tanto nas capitais quanto no interior, ampliando abruptamente o mercado de trabalho para a categoria.

A implementação de um novo modelo de assistência social trouxe também alguns reveses. A centralização das políticas de assistência, por exemplo, mais o aumento de verbas no setor, trouxeram, além das “novas” políticas, espaço para desvio de dinheiro, corrupção e clientelismo por parte dos municípios no interior do país<sup>19</sup>.

A lógica da prioridade do controle fiscal permanece, com o desvio do dinheiro da seguridade social para gastos fiscais, além de carga tributária altíssima, sobretudo

---

<sup>19</sup> Sobre resumo de escândalos de corrupção no governo Lula ver o livro “Como a corrupção abalou o governo Lula” de Luiz Otávio Cavalcanti (2005).

para o trabalhador, se comparado com a taxa de impostos dos empregadores, e um fluxo corrente de capital para os organismos financeiros internacionais, destinados a pagar uma aparente dívida externa infinita. No governo Lula, no entanto, pelas suas próprias características históricas com a esquerda brasileira, aumentaram as arenas de debate sobre os problemas sociais, os Conselhos Nacionais (que hoje somam mais de 20.000), além do aumento de várias entidades representativas da sociedade civil (sobretudo, com o incentivo maciço no “Terceiro Setor”).

Isso não significa que as seqüelas da “Questão Social” tenham sido equalizadas, ao contrário, convivemos com a presença constante de problemas como desemprego, desigualdade sócio-econômica, precarização, analfabetismo, trabalho infantil, falta de moradias, saneamento básico precário ou inexistente, pobreza, violência urbana, só para citar alguns exemplos. Todas essas questões são encaradas de forma isolada, como se não fizessem parte de um mesmo fenômeno de exploração e contradição do capitalismo, com ações por vezes diferentes ou mesmo contraditórias de resolução, transferência de responsabilidade para a sociedade civil, e constante culpabilização das vítimas. As políticas sociais no governo Lula têm mostrado claramente sinais de avanço frente aos governos anteriores, mas ainda apresenta um modelo de assistência social focalizado, de acordo com as especificidades do público-alvo (incluindo grau de “risco” e vulnerabilidade), claramente opostos aos princípios universalistas esperados (Freitas, 2007). É inegável que uma combinação específica de forças tem criado cenários únicos para as políticas sociais no país.

A estruturação das políticas sociais no país vem condicionando, além de novas formas de combate às seqüelas da “Questão Social”, uma abertura de mercado para um conjunto de profissionais do setor de serviços, como citado anteriormente, chamados a ocupar um papel, ora de gestor, ora de executor de tais políticas.

A Psicologia, então, é um desses setores que vem se inserindo gradativamente no campo das políticas sociais. Há uma abertura de mercado para esses profissionais, que, além de modificar sua forma historicamente constituída de inserção profissional (a Psicologia é uma categoria historicamente caracterizada como “autônoma”), condiciona novas demandas para sua atuação profissão. A fim de entender melhor as características das diferentes formas de inserção e atuação profissional da Psicologia no país, será feita uma retrospectiva da constituição da profissão no Brasil.

## **2. A Profissão de Psicólogo no Brasil**

Estudar a constituição da profissão de psicólogo no país implica entendê-la como um produto histórico, cujos determinantes passam pelo contexto sócio-econômico na qual a profissão se insere, as diferentes formas de organização da profissão, e a aplicabilidade para o mercado de sua técnica e de seu saber. A profissão como condicionada historicamente relaciona-se aos processos sociais capitalistas, resultantes de um movimento dialético que não só vão além dos limites da ação do psicólogo, mas condicionam essas mesmas ações (Iamamoto, 1997).

Para propósitos desse estudo, na tentativa de entender o aparecimento da categoria profissional “psicólogo”, faremos um breve retrospecto da aplicação do conhecimento psicológico que, junto com outros fatores a serem discutidos, dão origem à lei que regulamenta a profissão no país (Antunes, 2004). De acordo com os historiadores da Psicologia, é possível fazer uma distinção entre o estudo das idéias psicológicas e o estudo da Psicologia científica (Massimi, 1990). A Psicologia torna-se ciência na expectativa de predição e controle em um momento em que a sociedade capitalista demandava um saber mais “prático” de controle dos indivíduos, ou da subjetividade (Bock, 2003; Figueiredo, 2002; Massimi, 1990). É a partir do período da Psicologia científica que se pode vislumbrar os preâmbulos da oficialização da profissão de psicólogo no Brasil.

A Psicologia científica chega ao país seguindo a tradição da Psicologia européia francesa, psicométrica, a Psicologia Alemã e a Psicologia comparada/diferencial, no rastro da educação, e se insere em espaços profissionais de predição, mensuração e controle. Segundo Pessotti (1988), podemos dividir os períodos da Psicologia científica no Brasil em pelo menos quatro momentos: pré-institucional (até 1833), institucional, (entre 1830-1930, no qual a Psicologia vai sendo reconhecida como saber, mas ainda é

extremamente vinculada a outros campos do conhecimento); universitário (1930-1960, período no qual intensifica a aplicação da Psicologia e ocorre o processo de autonomização de seus saberes e práticas); e profissional (1960-dias atuais, período de reconhecimento oficial da profissão de psicólogo no país).

Existe uma nova proposta de divisão da história da profissionalização da Psicologia no Brasil que leva em consideração aspectos da Sociologia das Profissões (Pereira & Pereira Neto, 2003). Apesar de considerarmos relevante essa nova divisão, e incorporaremos alguns elementos de análise em nosso texto, consideramos para vários fins que a sintonia entre a divisão proposta por Pessotti e o processo de alterações político-econômico brasileiros favorece nosso referencial, posição essa também corroborada pela pesquisadora Mitsuko Antunes (2004). Portanto, a despeito de uma ou outra consideração histórica relevante, iniciaremos nossa análise enfocando o período pós-1930.

### **2.1. Constituição da Profissão no país (1930-1962)**

O Capitalismo na década de 1930 trouxe ao país um processo de urbanização e desenvolvimento industrial, um pleno processo de desenvolvimento, ávido por novas tecnologias e criação de um novo “povo” mais afinado com os ideais da modernidade. Jacó-Vilela e Rodrigues (2004) apontam que, nos anos 1930, em função dessa urbanização acelerada, industrialização e modernização de hábitos e costumes, há a produção de especialistas e o aumento da variedade das profissões. A Era Vargas inicia o processo de consolidação das universidades brasileiras e dos campos disciplinares, dando espaço para os “psicologistas”, especialização dos médicos, educadores, filósofos, entre outros. A Psicologia dessa época era voltada para um modelo liberal, trazendo o modo higiênico de combate à pobreza, substituindo o modelo da caridade



religiosa, com uma ênfase grande na eugenia<sup>20</sup>. Apesar de alguns “psicólogos” da época expressarem uma preocupação com o que, posteriormente, chamar-se-ia de compromisso social (tal qual discutiam Manoel Bonfim, Helena Antipoff, Arthur Ramos, Ulysses Pernambucano, etc.) a aplicação da Psicologia possuía predominantemente características classistas, na defesa de uma ordem burguesa, com ênfase no controle social e compromisso com as elites (Bock, 2003). Essa conformação da Psicologia seguirá nos anos vindouros e marcará um padrão de intervenção profissional.

Os campos da Educação e da Medicina foram espaços privilegiados para o desenvolvimento da profissão. A inserção da Psicologia nas instituições do país se dá através das Escolas Normais, possibilitado por reformas educacionais, como a Benjamim Constant em 1890, que apresentará disciplinas de Psicologia aplicada, sobretudo à educação. Algumas mudanças paradigmáticas nos ideários pedagógicos dos anos 1920 incorporaram conhecimentos psicológicos à discussão sobre educação, no movimento conhecido como Escola Nova. Esse movimento, mesmo que de maneira “interdisciplinar”, acaba difundindo um conhecimento psicológico mais “aplicável”, diferenciado de uma Psicologia mais empírica e filosófica, que teve como expressão no Brasil o aparecimento de alguns laboratórios de Psicologia<sup>21</sup> (Penna, 1992; Pessotti, 1988).

No campo da Medicina, a Psicologia aparece como um saber suporte, seja como reflexões filosóficas, seja como conhecimento experimental. O período se caracteriza pelo abandono do louco e seu tratamento, com uma ênfase no desajuste e elaboração de

---

<sup>20</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre Eugenia e Psicologia no Brasil consulte: Boarini, 2003; Boarini & Yamamoto, 2004; Masiero, 2005.

instrumentos para “lidar” com a situação. O início do século XX permitirá uma diferenciação maior dos saberes, sobretudo da Psiquiatria, por um processo de construção de conhecimentos e técnicas com ênfase maior na aplicabilidade. A Psicologia no campo médico era entendida de forma subordinada, o que dificultava uma separação de práticas específicas em direção a uma formação de um profissional autônomo. O Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro teve especial relevância na divulgação de conhecimentos psicológicos aplicados. Seus registros mostram, já na década de 1920, práticas de testagem e psicoterapia, atividades que acabaram sendo consolidados como notoriamente psicológicas<sup>22</sup> (Antunes, 2004; Centofanti, 1982; Penna, 1992).

Como podemos perceber, antes a Psicologia tinha uma inserção mais “interdisciplinar” (com dificuldade de diferenciação de saberes) e agora passa a especializar-se, voltando seu foco cada vez mais para o indivíduo desvinculado do contexto social, ou seja, a Psicologia vai “psicologizando-se” (Jacó-Vilela & Rodrigues, 2004). A expansão da Psicologia nas universidades gradativamente a desvincula de outros campos de conhecimento e lhe confere uma autonomia até então nunca alcançada. Neste mesmo intercurso, ampliam-se os campos de aplicabilidade da Psicologia, aumentando mais seu espectro de ação, continuando a tendência de décadas anteriores, mas agora também seguida pela intervenção no campo do trabalho e na clínica. A partir de então há um processo de especialização da Psicologia e concomitantemente uma mudança de paradigma. A Psicologia, outrora restrita

---

<sup>21</sup> O chamado *Pedagogium* surge no final do século XIX como um centro produtor de saberes e técnicas. Em 1906 sob o comando de Manoel Bomfim, e idealizado por Binet, é criado o 1º. Laboratório de Psicologia do Brasil.

<sup>22</sup> Em 1932 o Laboratório de Psicologia é transformado em Instituto de Psicologia da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, que chegou a implementar um projeto de formação em Psicologia, mas foi fechado em menos de um ano. O Instituto é reaberto e incorporado a Universidade do Brasil em 1937 (Centofanti, 1982)

basicamente aos campos da Educação e Medicina, amplia seu espectro de relevância enquanto prática social, tornando cada vez mais difícil rastrear suas influências e manifestações.

Embora tenha havido, nos cem anos anteriores, uma fase de institucionalização da Psicologia em diferentes espaços de formação, Pessotti (1988) afirma que, apenas depois da década de 1930, “na USP e noutras Universidades as cátedras de Psicologia, depois departamentos, são agora, no plano administrativo, equivalentes às cátedras médicas, jurídicas ou outras, o que representa uma promissora conquista” (p. 26). O desenvolvimento da Psicologia se encaminha a uma consolidação tanto como campo do conhecimento quanto como área de aplicação. As cátedras criadas em diversos cursos tinham um foco de aplicabilidade, sendo em sua maioria de Psicologia Experimental, ou Educacional ou mesmo Médica. Evidente que esse movimento acompanhava as mudanças da própria Psicologia Européia e Americana. Os professores da época eram autodatas em Psicologia, com formação em Medicina ou Filosofia, alguns poucos estrangeiros ou estudiosos nacionais que tiveram formação em cursos no exterior. Estar situado no cenário universitário permitia ao desenvolvimento da profissão uma visibilidade social maior.

Assim, como conseqüências da inserção da Psicologia nas universidades há o aumento do número de publicações científicas na área (entre periódicos e livros) e o aparecimento de centros de formação e aplicação complementares da Psicologia, como Institutos, Clínicas e Laboratórios (Antunes, 2004; Pereira & Pereira Neto, 2003, Pessotti, 1988). Destacam-se, no período de 1930, como formas mais intensivas de aplicação da Psicologia,

atividades realizadas no Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto Pedagógico da Diretoria de Ensino de São Paulo, sob a responsabilidade de Noemi Silveira;

a fundação da sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em 1932, por Helena Antipoff; (...) a criação de uma “Escola para Anormais” no Sanatório de Recife, em 1936, por Ulisses Pernambucano; a fundação do Inep, no qual foram implantadas seções de seleção e orientação profissional e Psicologia aplicada; a instalação da Clínica de Orientação infantil/Seção de Higiene Mental da Diretoria de Saúde Escolar da Secretaria de Educação de São Paulo, por Durval Marcondes, e a Clínica de Orientação Infantil do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Arthur Ramos, ambas em 1938 (Antunes, 2004, p. 128).

Existe uma tendência de migração de uma Psicologia usada como saber acessório de alguns campos do conhecimento, para se destacar como saber “prático”. Em decorrência, ganha expressividade a partir da década de 1930 algumas figuras pioneiras que diversificaram os campos de intervenção psicológica, com uma tendência à aplicabilidade da Psicologia nas organizações do trabalho (ou sua interseção com a educação) como o médico e educador Ulisses Pernambucano, sua discípula Anita Paes Barreto, o médico Emilio Mira Y Lopez e o engenheiro Roberto Mange, (Rosas, 2000).

O desenvolvimento do capital no Brasil demanda novas aplicações técnicas à indústria e faz com que se adaptem vários instrumentos aos contextos de trabalho (que já ocorria em décadas anteriores de forma incipiente) e aos já “tradicionais” contextos clínicos e organizacionais. A Psicologia passa, então, a produzir um conjunto de saberes, que diagnosticam a realidade e termina tomando para si um olhar e uma forma específica de intervir e resolver problemas mediante técnicas demandadas pelas novas formas de produção do capital. Esses fatores constituirão um novo profissional, o psicotécnico.

Na continuação do processo iniciado em anos anteriores, o psicotécnico começa a ganhar força no país e constituir-se como profissão autônoma. Em 1930 é criado o

Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), atraindo vários engenheiros interessados em estudar processos de trabalho, formando psicotécnicos e exercendo uma enorme influência nas empresas do Estado de São Paulo. O IDORT contribuiu para a já bem difundida crença nos testes psicológicos como forma de aumento da produtividade, legitimando métodos e práticas da administração científica (Zanelli & Bastos, 2004).

Já na década de 1940, o decreto lei nº 9092/46 oficializa as práticas psicotécnicas e cria a formação em Psicologia, na categoria de especialista. Esse movimento ganha reforço com a criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional - ISOP, em 1947, pelo professor Emilio Mira y Lopez que, junto com diversos nomes ligados à Psicologia brasileira, como Lourenço Filho, funda em 1949 a Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP). A influência do ISOP, e de seu idealizador, Mira y Lopez, é sentida em diversos setores de produção psicológica, ao iniciar, inclusive, uma divisão velada entre os profissionais que trabalhavam com Psicologia e os que a ensinavam, uma dicotomia acadêmicos *versus* psicotécnicos (Rosas, 1995).

A influência da Psicologia aplicada torna-se cada vez mais visível. O poder público torna-se usuário e financiador dos serviços de Psicologia, com ênfase na seleção e psicotécnica. Direta ou indiretamente, os governos federal e estadual incentivaram o aparecimento desses serviços. Os três maiores expoentes nesta área eram o ISOP, o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) (este por iniciativa de Roberto Mange), cujas bases influenciaram órgãos similares como os serviços psicotécnicos das forças armadas (marinha e polícia militar) e os serviços de seleção profissional de várias outras secretarias, ministérios e órgãos governamentais - Estrada de Ferro Central do Brasil, Instituto de Previdência e Assistência Social, entre outros. Essa inserção segue a mesma tendência internacional

de desenvolvimento da área da Psicologia aplicada aos contextos de trabalho com ênfase nos processos adaptativos e de seleção e treinamento de pessoal (Zanelli & Bastos, 2004). Segundo os mesmos autores, mesmo após o surgimento do setor de Bem-Estar Social no mundo, as atividades exercidas pela Psicologia no contexto das organizações ainda eram vinculadas aos processos de maximizar a eficiência, desempenho e ajustamento das pessoas aos seus cargos, sendo muito posteriormente incluídas ações mais amplas, como as ligadas ao tema da qualidade de vida.

O caráter nacional-desenvolvimentista da economia brasileira investia em um setor da produção de conhecimento, psicotécnica, capaz de efetivar seus projetos políticos. A Psicologia aplicada se desenvolve graças a esse papel que ocupava na consecução dos projetos do capital, tanto que a maior parte dos financiamentos situava-se a favor de saberes para aplicação e não para compreensão dos fenômenos.

Outro elemento importante para a formação da categoria profissional foram as articulações coletivas, representadas na época pelos técnicos e acadêmicos, que na sua capacidade de agrupamento começam a ser reconhecidas pelas organizações científicas brasileiras, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ou por outras entidades internacionais, como a Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP). Além disso, as sociedades e associações ligadas à Psicologia produzem material, técnicas e saberes. Muitas delas estavam relacionadas ao universo acadêmico, como a Sociedade de Psicologia de São Paulo, em 1945, que logo depois passa a publicar um dos periódicos mais antigos do país, o Boletim de Psicologia.

A partir da década de 1950, começa a concentrar a maior parte de eventos e organizações/associações, sinal de expansão e reconhecimento da profissão no país além do reconhecimento e legitimidade governamental (Antunes, 2004). O desenvolvimento da Psicologia servia, mais uma vez, ao próprio desenvolvimento do

país, que demandava novas técnicas e teorias que servissem como “porta de entrada” para o processo de industrialização. Veremos a seguir as propostas de regulamentação da profissão e o preâmbulo da lei 4.119/62.

## **2.2. Regulamentação da Profissão de Psicólogo – Lei 4.119/62**

A profissão de psicólogo no país é relativamente nova se comparada com outras categorias profissionais. No entanto, o Brasil possui uma legislação pioneira de regulamentação da profissão, quando comparada com outros países, conforme demonstra estudo de Azzi publicado em 1965 na revista *Boletim de Psicologia* (Azzi, 1965). Como dito anteriormente, a Psicologia caracteriza-se, sobretudo depois da década de 1930, como um saber técnico ligado à psicomетria. Na década de 1950 os *psicotécnicos* já estavam bastante espalhados no Brasil (em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Porto Alegre) e começaram a pressionar pela regulamentação da profissão.

O primeiro curso de Psicologia é criado na PUC do Rio de Janeiro no ano de 1953, seguido pelo da USP em 1958. Os cursos, junto com os centros técnicos, com destaque para o ISOP e a ABP, acabaram fornecendo uma proposta de regulamentação, publicada em 1954, que apesar de recusada, começa a dar corpo ao movimento iniciado em favor da gênese de uma nova categoria profissional. A profissão sofria ainda uma pressão contrária da categoria profissional médica que via na regulamentação da profissão de psicólogo uma brecha para perda de mercado, uma vez que o modelo de atuação da Psicologia na época era clínico, com ênfase em procedimentos terapêuticos e ações diagnósticas/psicométricas. A categoria médica não queria perder espaço profissional e pressionou o veto à proposta do ISOP e da ABP. A então Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação faz, após o veto, uma proposta

substitutiva em 1957, cujo principal aspecto era a realocação do psicólogo na área clínica de profissional independente à assistente técnico (sua atuação só poderia ocorrer com a supervisão de um médico). Esse substitutivo, no entanto, também foi vetado pelo Conselho de Educação e Cultura,

que em seu lugar, aprovou uma proposta oriunda da Associação Brasileira de Psicólogos em conjunto com a Sociedade de Psicologia de São Paulo. De acordo com essa proposta, caberia ao psicólogo o direito de trabalhar na clínica, para atuar na denominada solução de problemas de ajustamento. Por outro lado, este projeto retirou a expressão psicoterapia do texto legal (Pereira & Pereira Neto, 2003, p. 24 ).

Com a retirada do termo “psicoterapia”, os médicos achavam que estavam garantindo reserva de mercado, mantendo essa prática como exclusiva. Essa mudança de termo, no entanto, não impediu que os psicólogos fossem identificados por essa atividade. Esse caráter técnico da Psicologia da época permite-a destacar-se como uma profissão independente, por exigir um conjunto de procedimentos que, além de possuir uma utilidade para o mercado, possuía um corpo de conhecimento suficiente para se sustentar como campo autônomo.

Finalmente, em 1962, baseada no último projeto, depois de várias idas e vindas no congresso, é aprovada a lei no. 4.119/62 que regulamenta a profissão de psicólogo no país. A lei é aprovada próxima a um momento de intensa modificação política brasileira, o período da Autocracia Burguesa. Não por acaso, a profissão de psicólogo passara a servir aos projetos políticos do Estado de Segurança Nacional que, por sua vez, era conseqüência da organização e mudanças no cenário do capitalismo mundial (Coimbra, 1999).



### 2.3. Desenvolvimento da Profissão de Psicólogo – Pós regulamentação

Um importante marco no desenvolvimento da profissão de psicólogo no Brasil foi a sua regulamentação, em 1962, como citado. Segundo Angelini & Maria (1965), o Brasil tem uma legislação pioneira, no que tange a regulamentação da profissão<sup>23</sup>.

No início da década de 1960, a profissão ainda era muito ligada às formas de funcionamento desenvolvidas em períodos anteriores, dividida entre psicotécnicos e acadêmicos. A formação em Psicologia era realizada basicamente em instituições públicas, com algum investimento em pesquisa, e uma quantidade baixa de egressos por ano letivo (Antunes, 2004; Pessotti, 1988)<sup>24</sup>. O país possuía pouquíssimas instituições de ensino superior que tivessem o curso de Psicologia. Apesar de existirem cursos de Psicologia antes da lei 4.119/62, seu caráter era pouco profissionalizante,

os cursos foram sistematicamente conhecedores de teorias, sistemas e algumas técnicas de pesquisa e diagnóstico, mas não formam aplicadores de Psicologia à clínica, à escola ou ao trabalho. Essa formação só surgirá após a criação dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia e da profissão de psicólogo, em 1962, dando início ao período profissional dessa nossa história (Pessotti, 1988, p. 23).

Esse é um fato interessante, pois os primeiros profissionais formados no país tiveram uma formação acadêmica mais sólida, com experiência em pesquisa, e acesso a uma literatura de vanguarda, sintonizada com o que estava acontecendo no resto do

---

<sup>23</sup> Em relatório apresentado na conferência internacional de Psicologia, em 1962, contando com 20 países de diferentes partes do globo, o psicólogo Arrigo Angelini percebeu que em sua maior parte os referidos países não dispunham de proteção legal para o exercício da profissão nem lei em âmbito nacional que a regulamentasse.

<sup>24</sup> Apesar da formação em Psicologia nos primeiros anos ter sido amplamente realizado em instituições públicas, o primeiro curso de Psicologia do país foi o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) no ano de 1953.

mundo, mas pouca experiência técnica, com baixa possibilidade de inserção em mercado de trabalho que exigia um conhecimento mais aplicado (Bernardes, 2004).

Na realidade descrita acima, durante quase toda a década de 1960, a profissão desenvolve-se lentamente, com pouquíssimas inscrições anuais, conforme a Tabela 1 (CFP, 1988, p.31).

Tabela 1  
 *Número de consultantes e de psicólogos registrados no MEC: 1962 – 1974.*

Ano	Total de Consultantes	Total de Psicólogos
1962	15	15
1963	8	23
1964	54	77
1965	94	161
1966	144	305
1967	195	500
1968	633	1133
1969	852	1985
1970	1071	3056
1971	1193	4248
1972	1856	5835
1973	2241	8076
1974	3267	11343

Fonte: “Rascunho do SEEC” (pesquisa em andamento), conforme dados coletados pelo CFP.

Do ponto de vista numérico, essa situação será revertida a partir de dois fenômenos específicos, a expansão dos cursos de Psicologia no país e a ampliação e facilitação da regulamentação da profissão de psicólogo, com o surgimento do Sistema Conselhos (Conselho Federal de Psicologia [CFP] e Conselhos Regionais de Psicologia [CRP]). Ainda na Tabela 1, percebemos que, em 1968, o Brasil tinha aproximadamente

1.000 (mil) psicólogos inscritos. Como resultado do processo de expansão dos cursos de Psicologia no país e o estabelecimento dos Conselhos Regionais, em seis anos o número de psicólogos inscritos atinge a casa dos 11.000 (onze mil), caracterizando o período como o da consolidação profissional (Pereira & Pereira Neto, 2001).

À época da publicação da lei, o país obteve um total de quinze inscrições, número considerado baixo na época, pela estimativa de profissionais que exerciam Psicologia<sup>25</sup>. O baixo número de inscritos poderia ser atribuído ao fator de que os profissionais já eram, em sua maioria, psicotécnicos, funcionários públicos, ou professores universitários, que não viam muita vantagem em inscrever-se e ter sua situação oficializada. Com a criação dos CFP e CRPs, em 1971, com a lei no. 5.766/71, os profissionais passaram a investir em sua inscrição, regularizando as suas situações, criando condições de acompanhamento do desenvolvimento da profissão no país. De fato, percebemos que a partir da década de 1970, como visto na Tabela 1, as inscrições passam a crescer exponencialmente e a profissão de psicólogo passa a atingir diversas regiões do país, popularizando-se. As inscrições, que até 1974 eram feitas pelo Ministério da Educação (MEC), dificultando o acesso dos profissionais, passaram a ser realizadas pelos recém-criados CRPs, facilitando a regulamentação e contribuindo para o grande aumento do número de psicólogos inscritos no Brasil.

O outro fenômeno citado, e talvez mais relevante para a presente análise, responsável pelo aumento brutal de profissionais de Psicologia no país foi a reforma universitária de 1968. A reforma universitária de 1968, com seu caráter burocrático-ideológico, propiciou o crescimento maciço da educação universitária privada no país,

---

<sup>25</sup> O psicólogo Lourenço Filho presidia uma comissão de professores em Psicologia e especializados em Psicologia Aplicada, designada pelo ministro da educação, para analisar e dar parecer sobre os pedidos de registros profissionais, que até o ano de 1964 contava com aproximadamente dois mil requerimentos (Lourenço Filho, 1969, citado por Antunes 2004).

acompanhada quase sempre da abertura de inúmeros cursos de Psicologia, que, à época da reforma, estava em evidência devido ao contexto histórico-cultural brasileiro (Coimbra, 1995, 1999). O governo do Marechal Costa e Silva incentiva a expansão universitária pelo setor privado de forma desordenada como estratégia para lidar com a chamada “crise universitária”, ou seja, o desejo cada vez maior da classe média de ingressar nas universidades como forma de ascensão social. O surgimento de inúmeras faculdades particulares é incentivado de forma a absorver os excedentes que não conseguem ingresso nos cursos públicos.

Além disso, a reforma universitária de 1968 (Romanelli, 2003; Gauer & Gomes, 2005; Fávero, 2006) promoveu também a despolitização e a desarticulação dos movimentos estudantis, caros ao regime autocrático-burguês. Inclusive, alguns cursos considerados mais críticos e engajados politicamente, por exemplo, História, Filosofia e Sociologia vão gradativamente diminuindo sua quantidade de turmas, e “sumindo” nas instituições, o que reforça o caráter acrítico da Psicologia, que, ao invés disso, aumenta exponencialmente seus números de ingresso no país, chegando a se tornar um dos cursos mais procurados na década de 1970 (Rosas, Rosas & Xavier 1988). A Psicologia, portanto, não era considerada ameaça na época:

O caso da Psicologia no Brasil (que não pode ser generalizado para outros países, nem mesmo da América Latina), nesse período, foi *sui generis*, porque, regulamentada como profissão em 1962, não foi ameaça para o regime implantado, já que a concepção de ciência adotada pela ‘Psicologia brasileira’ assumiu o modelo biológico, fazendo uma analogia acrítica (a-histórica) entre o meio natural e o meio social ao qual o homem –objeto de estudo- tem de ajustar-se da melhor maneira possível para que sobreviva enquanto indivíduo (Cambaúva, Silva & Ferreira, 1998, p. 6).

Essa característica acrítica (e a-histórica) da Psicologia pode ser explicada pela difusão de um modelo teórico-técnico de compreensão e atuação profissional específico, inserido no Currículo Mínimo, que usou como base o modelo trabalhado no curso da Universidade de São Paulo (USP)<sup>26</sup>, que, dentre várias características, utilizava de forma marcante a ênfase clínica tradicional.

Ou seja, a expansão dos cursos de Psicologia no Brasil passa a gerar conseqüências tanto na disseminação e crescimento profissional como no direcionamento de sua configuração (Yamamoto, 1996). Além disso, essa rápida expansão não pôde também ser realizada sem um sacrifício enorme na qualidade dos cursos, posto que não havia profissionais qualificados suficientes com formação e experiência em pesquisa que dessem conta dessa crescente demanda, o que levou as recém inauguradas instituições à “...improvisação de professores, muitas vezes mal saídos dos bancos escolares” (Rosas, Rosas & Xavier, 1988, p. 37). Essas características marcarão a “identidade” da profissão nos anos vindouros e estabelecerá um modelo teórico-técnico-político hegemônico de pensamento na profissão de psicólogo no Brasil.

Em resumo, esse período de consolidação foi marcado por algumas características específicas. Não só aumenta exponencialmente o número de psicólogos no Brasil em apenas duas décadas (1960-1970) como há uma mudança no modelo de formação, e conseqüentemente, atuação profissional. Os primeiros egressos tinham experiência em pesquisa, acesso a discussões contemporâneas trazidas pelos docentes altamente qualificados, além de um caráter reflexivo-filosófico em sua formação. Quando a profissão de psicólogo se consolida, seu modelo de formação se modifica. A realidade é marcada por profissionais formados por docentes desqualificados, com uma

---

<sup>26</sup> A despeito do primeiro curso de Psicologia do país ser o da PUC-RJ em 1953, o curso da USP, fundado em 1958, teve maior repercussão, devido à influência tanto da instituição, quanto dos professores de Psicologia da época.

ênfase clínica tradicional, apresentando uma profissão claramente alinhada politicamente aos interesses autocráticos-burgueses. A partir de então, esse modelo acrítico e conservador torna-se hegemônico na profissão.

#### **2.4. Estudos acerca da profissão de psicólogo no Brasil**

Com o processo de consolidação, a profissão passa a ser alvo de estudos acadêmicos e investigações científicas, desenvolvidos na forma de teses e dissertações ou publicados na forma de artigos e livros. São estudos que buscam caracterizar e compreender a conformação da profissão de psicólogo, apontando e discutindo vários aspectos, desde dados sócio-demográficos e de formação, até características do exercício profissional, como práticas e locais de atuação.

Essa tradição é iniciada poucos anos após a regulamentação da profissão. Por volta de dez meses depois da lei, as primeiras discussões sobre a profissão já faziam parte da XV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em um simpósio com o tema “A situação atual da Psicologia no Brasil”, incentivado, entre outros fatores, pela recente promulgação da lei 4.119. Nesse simpósio, diversos profissionais discutiram questões sobre a formação, a atuação e a produção de conhecimento na Psicologia, mesmo dispondo de dados ainda restritos quanto aos profissionais, devido a sua recente regulamentação. Algum tempo depois, uma parte dessas discussões e apresentações foi publicada em uma edição especial do Boletim de Psicologia (1964/1965); (Angelini & Maria, 1964/65; E. Azzi, 1964/65; R. Azzi, 1964/65; Benko, 1964/65; Leite, 1964/65).

No final da década de 1960, Sylvia Leser de Mello conduz uma pesquisa sobre profissão de psicólogo no estado de São Paulo que se tornou um paradigma para os estudos posteriores, pelo modelo de análise e pelos resultados apresentados. Nessa

época, o Brasil contava com um número em torno de 1.520 psicólogos, sendo que desses, 198 formaram-se no estado de São Paulo<sup>27</sup>. O estudo de Mello (1975) aponta para um perfil profissional de orientação predominantemente clínica: 57% dos profissionais responderam que sua atividade profissional situa-se na área Clínica. À época, 85% dos psicólogos graduados em São Paulo eram mulheres e 40% mantinham mais de uma atividade profissional. Esse último dado, segundo Mello, poderia indicar que os egressos encontravam ocupação dentro da Psicologia, ou seja, havia oferta de emprego no mercado de trabalho para a grande maioria dos que se formavam em Psicologia e que havia a possibilidade de manter mais de uma ocupação dentro da área (pressionados, ou não, pela necessidade de manter mais de um emprego devido a problemas com a remuneração).

Ao discutir a predominância da Clínica na atuação psicológica, Mello considera que este modelo de atuação não facilita o reconhecimento social da profissão. A clientela dos psicólogos era eminentemente “classe média”, em uma atuação em consultórios particulares, com pouca preocupação e relevância social. Enfim, um exercício profissional que a autora cunhava de “atividade de luxo”. Perceberemos que mesmo sendo uma pesquisa regional, seus resultados e reflexões pouco diferem dos resultados dos estudos apresentados a seguir.

Ainda com um caráter regional, foi realizada em 1984 uma pesquisa sobre a situação profissional do psicólogo no estado de São Paulo, “O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo”, levada a cabo pelo DIEESE, sob encomenda do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia- 6ª Região. A

---

<sup>27</sup> O trabalho de Mello, publicado em 1975, versava sobre formação e atuação profissional. A autora usou uma classificação por área, que passou a ser modelo de análise por um tempo, ainda que problematizada, e analisou a situação da Psicologia em uma época em que São Paulo contava apenas com três instituições formadoras, quadro que se reverteu rapidamente, sobretudo devido a expansão universitária, fato já comentado nesse capítulo.

despeito de um número maior de profissionais, essa pesquisa não trouxe nenhum novo dado relevante se comparado ao estudo de Mello (1975), mas serviu para problematizar a situação da profissão, sobretudo no que tange ao aspecto da falta de “compromisso social”.

Somente em 1987, o Conselho Federal de Psicologia elabora o maior estudo acerca da profissão de psicólogo no Brasil, chamado de “Quem é o Psicólogo Brasileiro?”, publicado na forma de livro em 1988, que ainda hoje é a maior referência no estudo da profissão, pela sua abrangência e complexidade. O livro abordava uma variedade ampla de assuntos, desde motivos para escolha da profissão, passando por formação e atuação profissional, até avaliação do exercício profissional. Segue-se um resumo dos resultados, destacando os dados mais relevantes para a presente pesquisa<sup>28</sup>.

O estudo apresentava um país com distribuição desigual de psicólogos, com quase 75% concentrado no sudeste brasileiro. O estado de São Paulo, em especial, agrega 42% dos profissionais brasileiros, e em todo o território os psicólogos estão majoritariamente nas capitais, fato que os autores atribuem a um mercado mais estabelecido e melhores condições de vida e trabalho. Há uma predominância maciça de profissionais do sexo feminino, acima de 80% em quase todas as regiões, jovens, entre 73 e 90% com menos de 40 anos, casados, mais de 50% de nossos profissionais, provenientes de famílias alfabetizadas de um espectro sócio-econômico não-pobre. Os autores atribuem esses dados a uma já história da Psicologia formada em instituições privadas, portanto com acesso a pessoas que tem condições de pagar, e por ser recente, apresenta um alto número de profissionais jovens. O número de psicólogos formados por instituições privadas é alto: 70%. No entanto, quase a metade dos profissionais

---

<sup>28</sup> O texto completo “Quem é o Psicólogo Brasileiro?” está disponibilizado no sitio <http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks/DiretorioEbooks.htm>.



formados no Brasil não se inscreve no sistema Conselhos, interpretado com um índice alto de perda de profissionais que não se inserem como psicólogos no mercado de trabalho. Esses psicólogos que se inserem no mercado procuram uma formação complementar, e aqueles que não procuram, admitem precisar de uma formação complementar. O foco dessas formações complementares (cursos, estágios, terapia, etc.) está vinculado à área Clínica. Em se tratando de exercício profissional, dos que se inscrevem no Conselho, não mais que 60% atuam apenas como psicólogo, sendo alto o número dos que combinam o trabalho em Psicologia com outras atividades, seguidos pelos desempregados e os que mantêm trabalho fora do campo da Psicologia.

Os autores avaliam, ainda, nossa condição salarial de forma não muito animadora, sendo a média salarial de 10,21 salários mínimos (SM) (na região Nordeste, 7,04 SM), abaixo, na época, do salário inicial de outras categorias profissionais como Engenharia, Direito, Administração. Havia também um percentual de 22,3% de profissionais que não obtinham rendimento como psicólogos. Os profissionais encontravam-se maciçamente na área<sup>29</sup> Clínica (43%), seguidos da Organizacional (18,8%), Escolar (14,3%) e Docência (11,5%). Desses, 75% dedicavam-se a apenas uma área de atuação, 22% combinam duas áreas e, 5%, três. Dessas combinações, 60,7% pelo menos, estão inseridos na Clínica. Esses dados reiteram a força da Clínica na Psicologia, já corroborado pela literatura, fato que “...deve continuar definindo a profissão para o público externo e se constituir em forte pólo de atração para os que buscam a profissão” (Bastos & Gomide, 1989, p.9).

A relação da Psicologia com a clínica poderia levar, segundo os autores, à imagem de uma profissão completamente autônoma. No entanto, desse aspecto,

---

<sup>29</sup> Devido à problematização do conceito de área, os autores consideraram “área” uma combinação de objetivo do local de trabalho com atividades desenvolvidas. A variável “área”, portanto, não se encontrava no questionário aplicado.

participam 41,3% dos psicólogos, contra 51,8% da presença de vínculo empregatício. A carga horária está abaixo da média nacional de trabalhadores formais, 24 horas contra 40 ou mais horas no país. Esse número varia também dependendo do vínculo do psicólogo, entre os autônomos essa carga cai para 14 horas semanais, número considerado muito baixo. Como esperado, os locais de trabalho mais frequentes são os consultórios particulares (34,2%) e as empresas (14,8%). Vale destacar o aparecimento de alguns outros locais de trabalho diferentes dos considerados tradicionais, ainda que em baixa quantidade, como instituições de pesquisa, hospitais e órgãos públicos (administrativos ou de execução). Com relação às atividades desenvolvidas, destacou-se um número expressivo de atividades vinculadas à área Clínica, como psicoterapia individual (42,9%) e aplicação de testes (33,5%). Vale ressaltar também aqui o aparecimento de algumas atividades não-tradicionais (apesar de serem em um número pouco expressivo), como pesquisa de mercado, orientação a gestantes ou planejamento de políticas educacionais.

Por fim, temos as orientações teórico-metodológicas, com o predomínio da Psicanálise em todas as áreas de atuação, seguido da Análise do Comportamento e da Fenomenologia; há uma diversidade de respostas muito grande, agrupadas na categoria *outras*, e um número também expressivo de respostas em branco, que os autores atribuem à pulverização da ciência psicológica, dificuldade do psicólogo de assumir uma identidade teórico-metodológica, que poderia implicar um déficit na formação, ou uma característica epistemológica interna própria da construção da ciência psicológica. De maneira geral, entendendo a variável “área” como um “conjunto de características que de alguma forma confere alguma identidade profissional” (Bastos & Gomide, 1989, p. 9), seguido do predomínio de orientações teóricas profundamente vinculadas às práticas em consultório e a predominância de atividades consideradas tradicionais,

percebemos que a clínica se constitui como a grande prática identitária do psicólogo no Brasil. Algumas atividades inovadoras começaram a aparecer e o campo de atuação aparenta se ampliar com o surgimento de locais diferentes dos considerados tradicionais. Os dados mostravam, sobretudo, uma profissão elitista, voltada eminentemente para a clínica, com condições de trabalho adversas, composta de baixa remuneração e falta de prestígio entre os pares.

O CFP viria a desenvolver, ainda no século XX, duas grandes reflexões sobre a profissão: uma em 1992, chamada “Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços”, e outra em 1994, chamada “Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para formação”, ambos publicados na forma de livro (CFP, 1992; CFP, 1994), complementando o estudo sobre o perfil da profissão. Nesses livros, alguns representantes importantes de diferentes áreas da Psicologia realizam análise da formação do psicólogo e sua relação com a evolução da profissão no Brasil (foco do texto do CFP, 1992) e tentando identificar se existem novas configurações para práticas tradicionais e as relações que se dão em seu entorno (foco do texto do CFP, 1994). No Quadro 1 (adaptada de Siqueira, 2000), são resumidos os objetivos desses dois livros.

Quadro 1  
*Mudanças da Psicologia no Brasil*

Carvalho, 1988 (CFP, 1988)	Estudo sobre trajetória de profissionais em Psicologia	- Ao longo de 25 anos (1952-1985), as atividades ‘clássicas’ dos psicólogos são a aplicação de testes, psicodiagnóstico e aconselhamento psicológico; - Algumas atividades, contudo, começam a aparecer. A prática dos psicólogos parece se ampliar.
Bastos e Achcar, 1994 (CFP, 1994)	Características do modelo hegemônico da Psicologia	- Predomínio das atividades clínicas, atuação em consultórios particulares,

		dedicação parcial de tempo e a psicoterapia como atividade principal, e dirigida a uma clientela adulta e de classe média;
		- Inserção em instituições de saúde;
Características das mudanças na prática do psicólogo.	- As chamadas áreas Organizacional e Escolar são aplicadas em ambientes particulares;	
	- A área Social, mesmo com uma diversidade de locais de trabalho, utiliza-se de atividades clínicas;	
	- Os novos espaços são delineados pelos próprios profissionais;	
	- Inserção dos psicólogos em outras instituições;	
	- Preocupação com a realidade brasileira	
CFP, 1992	Estudo sobre a produção em Psicologia, a partir das áreas de atuação	- Identificação de extensão das atividades exercidas nas áreas tradicionais da Psicologia
CFP, 1994	Estudo sobre as práticas emergentes e os desafios para a formação do psicólogo	- Aponta as novas denominações da Psicologia, demonstrando um quadro de mudanças; - O papel da formação acadêmica para um novo quadro da Psicologia que está se desenvolvendo

Os dados apresentados acima são importantes para o entendimento do movimento de mudança na tradição da profissão de psicólogo, sobretudo, na possibilidade da direção de um trabalho voltado para o “compromisso social”.

Já no século XXI, o CFP encomenda mais duas grandes pesquisas, em 2001 pelo instituto WHO (“Pesquisa feita junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia – relatório final”) e em 2004 (“Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia – relatório final”) pelo IBOPE, utilizando outra

metodologia de coleta e não contando com uma discussão e elaboração de reflexão de seus resultados à altura da pesquisa de 1988. As pesquisas de 2001 e 2004 objetivavam identificar a realidade profissional dos psicólogos associados e suas avaliações quanto à atuação dos seus conselhos profissionais no âmbito regional e federal. Elas não trouxeram resultados diferentes das pesquisas anteriores, demonstrando que predominam, no âmbito nacional, profissionais do sexo feminino, casadas, exercendo atividade clínica na condição de profissional liberal, com carga semanal de 20 horas. Essas pesquisas também mostram uma realidade profissional precarizada, com baixa remuneração, maioria entre 3 e 5 salários mínimos, exercendo trabalhos fora da Psicologia, e uma boa parte contribui com menos de 50% na renda familiar, ou seja, salário complementar, denotando o caráter de menores condições salariais da mulher na sociedade.

Atualmente, o CFP, em articulação com o grupo da Psicologia Organizacional e do Trabalho da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), está realizando uma nova pesquisa “Quem é o Psicólogo Brasileiro?”, cujos dados serão publicados no ano de 2009 e constará de análises mais amplas, objetivando reeditar os êxitos da pesquisa de 1988.

#### *2.4.1. Estudos acerca da profissão de psicólogo no Rio Grande do Norte*

O Rio Grande do Norte também possui uma tradição de pesquisa sobre a profissão de psicólogo. Essa tradição será resgatada brevemente, assim como alguns de seus principais resultados, a fim de comparar algum de seus dados com os resultados obtidos na presente pesquisa.

No final da década de 1980, o professor de Psicologia Oswaldo Yamamoto, ex-orientando de Sylvia Leser de Mello, a fim de caracterizar e conhecer os profissionais

de Psicologia, publica, em 1988, uma pesquisa sobre a prática profissional de Psicologia no estado (Yamamoto, 1988). O que inicialmente foi idealizada como uma pesquisa exploratória, para servir de base para outros trabalhos, acabou transformando-se em uma linha de estudos sólida do grupo de pesquisa fundado por Yamamoto, o Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E<sup>30</sup>), resultando em um conjunto amplo de dados sobre profissão de psicólogo desde o final da década de 1980 até os dias de hoje (Yamamoto, 1988; Yamamoto & Campos, 1997; Yamamoto, Silva, Camara & Dantas, 2001; Yamamoto, Dantas, Costa, Alverga, Seixas & Oliveira, 2003.).

A Tabela 2 sintetiza os resultados de alguns dos trabalhos do Grupo, de forma a poder apresentar brevemente um quadro de evolução histórica da profissão, no tocante a caracterização da profissão<sup>31</sup>. São apresentados alguns resultados das pesquisas que tratem da profissão de psicólogo como um todo, já que durante todos esses anos, o grupo realizou pesquisas acerca de áreas específicas da Psicologia (Escolar, Saúde, etc.), ou com sub-temas da profissão (abandono da profissão, por exemplo). Os dados a seguir permitirão conduzir melhor a análise do presente estudo, que também é fruto da tradição do referido grupo:

---

<sup>30</sup> O Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E), constituído no ano de 1995, tem como coordenadores o Prof. Dr. Oswaldo Yamamoto e a Prof<sup>a</sup> Dra. Isabel Fernandes. O grupo tem como referencial teórico e metodológico a teoria social marxiana e a tradição marxista e é reconhecido nacionalmente, mas não exclusivamente, por seus estudos sobre a profissão do psicólogo.

<sup>31</sup> As pesquisas de 1997, 2001 e 2003 foram publicadas em Yamamoto et al (Yamamoto, 1988; Yamamoto & Campos, 1997; Yamamoto, Silva, Camara & Dantas, 2001, Yamamoto, Dantas, Costa, Alverga, Seixas & Oliveira, 2003). A pesquisa realizada em 2004 teve um caráter de levantamento interno, como etapa preliminar de outros estudos do grupo e seus resultados não foram publicados até então. Os dados gerais de 2007 foram coletados pela presente pesquisa como etapa preliminar desse estudo, e também não foram publicados.

Tabela 2  
*Resumo da caracterização geral da profissão de Psicólogo no Rio Grande do Norte*

	1997	2001	2003	2004	2007
Sexo	88,4% são mulheres	87,7% são mulheres	90% são mulheres	Mais de 85% são mulheres	86,8% são mulheres
Idade	75,3% na faixa de até 40 anos	51% na faixa de 26-35 anos	31,8% na faixa de 40- 50 anos	67, 7% na faixa de 20-40 anos	57,8% na faixa de 21-40 anos
Estado Civil	52,1% casados		47,3% casados, 40,7% solteiros	37,6% casados	51,2 solteiros
<b>Instituição de graduação</b>					
UFRN	77,4	78	71	70,8	66,7
UnP	-	-	-	9,4	11,6
<b>Área do Estágio Curricular</b>					
Clínica	66,7	-	55	61,6	52,7
Organizacional	12,2	-	20	15,6	15
Escolar	6,9	-	14	8	9,9
<b>Formação Complementar</b>					
Mestrado	7,7	-	14,2	19,8	17,1
Doutorado	0,4	-	3,7	4,1	5,8
Especialização	32,1	-	39	47,4	56,7

Resumidamente, como podemos observar, e comparando com os dados apresentados nacionalmente, os dados regionais, expostos na Tabela 2, possuem inúmeras semelhanças com os nacionais. Os dados mostram que, ao longo dos anos, o percentual de mulheres se mantém acima dos 85% e a concentração em torno de 60% na faixa de idade entre 20 e 40 anos, ou seja, expressam uma profissão composta por mulheres jovens e casadas. O Rio Grande do Norte apresenta uma particularidade em

relação à formação do psicólogo se comparado à maior parte dos estados do país: uma universidade federal (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN) como a única agência formadora por muitos anos. Só a partir de 2004, forma-se, conforme se pode verificar na Tabela 2, a primeira turma de psicólogos de uma universidade particular (Universidade Potiguar - UnP). As áreas de estágio mais escolhidas continuam sendo as chamadas áreas tradicionais da Psicologia, com destaque para a Clínica, que se mantém acima dos 50% ao longo dos anos. Os profissionais têm optado gradativamente fazer formação complementar, com destaque para a especialização.

Dados relacionados a condições de trabalho (remuneração, carga horária, etc.) e atuação profissional (atividades desenvolvidas, orientações teórico-metodológica, áreas de atuação) estão presentes em apenas algumas pesquisas pontuais, o que dificulta estabelecer um quadro de progressão histórica mais “consistente”. No entanto, destacam-se aqui alguns desses dados que podem indicar um vislumbre do processo histórico da profissão de psicólogo no estado.

Em termos de área de atuação, a Clínica é a mais citada, mas perde “força” nos dias atuais (1988 – 60%; 2001 – 67,7%; 2007 – 44,2%). No tocante as atividades realizadas, os pesquisadores constataram que, em 2001,  $\frac{3}{4}$  dos psicólogos realizavam psicoterapia, e 80% das atividades mais citadas eram relacionadas às práticas tradicionais; e em 2003, a psicoterapia também predominava, para 59,9% dos profissionais, e entre 20 e 30% realizavam ensino e pesquisa, seleção profissional e avaliação psicológica.

Dentre os dados de condições de trabalho temos que 48,8% dos psicólogos, em 1997, têm mais de uma inserção profissional em Psicologia, dado que se mantém em 2007, com 48%. Com relação à remuneração, a maior parte dos psicólogos concentravam-se na faixa de 1 a 6 salários mínimos, em 1997 era 49,5% e 2007, 61,9%.



Além dos dados regionais apresentados, um conjunto de dados em particular, é indispensável para a presente pesquisa: a inserção nos diferentes locais de trabalho, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3  
*Inserção profissional do psicólogo nos diferentes locais de trabalho por ano estudado*

Local de Trabalho	Ano				
	1997	2001	2003	2004	2007
Consultórios e Clínicas	39,4	40,2	35,9	34,1	32,1
Instituições educacionais	8,7	13,8	34,3	15,9	16,8
Instituições de Assistência Social	-	-	-	-	9,3
Organizações não governamentais	-	-	4,2	4,7	4,1
Empresas de comércio, indústria e demais serviços	12,6	9,4	11	5,1	8,8
Serviços de Saúde Pública	18,6	14,8	18,8	7,8	9,7
Instituições hospitalares	7,5	6,7	10,4	6,1	4,6
Demais Órgãos Públicos	-	-	12	10,8	5,1
Outros	-	-	-	-	6,6
Não se aplica/Não respondeu					2,9

Como atesta a Tabela 3, os locais de trabalho mais citados ao longo dos anos são os Consultórios e Clínicas. No entanto, uma mudança importante começa a se delinear no que se refere aos locais de trabalho. Percebe-se uma tendência de ocupação de novos espaços de atuação fora do chamado eixo tradicional (escola, clínica e empresa), sobretudo em direção ao campo das políticas sociais, destacadas pelos espaços de saúde pública, “Terceiro Setor” e mais recentemente assistência social.

A inserção no campo das políticas sociais vem compondo, tanto nacional quanto localmente, uma presente realidade profissional. Os dados demonstram um alinhamento cronológico às políticas sociais no país, já discutidas em seção anterior. A entrada dos

psicólogos na saúde pública, desde o final da década de 1980, coincidindo com as novas políticas de saúde no Brasil; o aparecimento mais expressivo no “Terceiro Setor”, estratégia neoliberal que vem ganhando expressividade nos idos dos anos 1990, localmente representado nos dados coletados a partir do início do século XXI (Yamamoto et al., 2003); e a entrada recente no campo da assistência social, representado pela criação e implementação das políticas nacionais de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social, no ano de 2006. Os dados apresentados mostram, portanto, uma inserção gradativa, coincidindo, sobremaneira, com as políticas sociais engendradas no país. Essa inserção parece ter sido impulsionada por essa questão “externa” à profissão, fruto muito mais dos novos modelos de organização profissional-administrativa dos programas de proteção social do Brasil, pós-abertura político-democrática, do que de um movimento político-teórico “interno” da categoria (Campos, 1983, 1990; Yamamoto, Silva, Câmara, & Dantas, 2001; Yamamoto 2007).

Essa “expansão” da Psicologia em direção ao campo das políticas sociais tem sido apontada no Rio Grande do Norte por algumas pesquisas específicas: algumas na área de saúde pública (Oliveira & Yamamoto, 1998; Santos, 2007; Silva, 2004), no “Terceiro Setor” (Paiva, 2008), e outras vêm sendo realizadas atualmente no campo da Assistência Social, mas ainda não foram publicadas. De forma segmentada, e por vezes preliminar, o que esses estudos têm apontado é que, nos diferentes campos das políticas sociais no qual o psicólogo se insere, a prática hegemônica é a tradicional, realizada em um modelo clínico-médico, normalmente acompanhado de uma postura de desconhecimento das especificidades desses locais. Resumidamente, temos uma profissão jovem, porém conservadora, que não vem apresentando modificações substanciais em suas práticas profissionais (em relação a adequações ao novo público atendido), mesmo inserindo-se gradativamente em locais que poderiam demandar outras

reflexões e atividades diferentes das tradicionais (Yamamoto et al., 2001; Yamamoto, 2007; Siqueira, 2001).

De fato, a realidade regional “acompanha” o movimento da Psicologia nacionalmente com apenas alguns descompassos pontuais. Esse conjunto de dados nos ajuda a entender a evolução profissional da profissão de psicólogo, que aliado às reflexões sobre a constituição das políticas sociais no país, permite-nos compreender melhor a tradição e percurso do presente trabalho.

### **3. Objetivos, Método e Estratégias de Ação**

#### **3.1. Objetivos**

O objetivo deste trabalho é estudar a inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte.

Esse estudo se propõe a:

- Identificar a quantidade de profissionais de psicologia que trabalham com políticas sociais no Rio Grande do Norte;
- Caracterizar a distribuição desses profissionais no mercado de trabalho dentro do espaço das políticas sociais;
- Investigar as diferentes formas de atuação que os psicólogos desenvolvem no Estado no campo das políticas sociais.

#### **3.2. Método e Estratégia de Ação**

Essa é uma pesquisa descritiva, de cunho exploratório, que visa mapear o trabalho do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte, desvelando a quantidade de profissionais na área. Tal estudo constitui-se em um desdobramento do projeto “A inserção profissional do psicólogo brasileiro no setor do bem-estar social”, conduzido pelo Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação (GPME), da UFRN, que, por sua vez, é parcialmente vinculado ao projeto conduzido pelo Grupo de Trabalho ‘A ocupação do psicólogo: um exame à luz das categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho’, da ANPEPP, coordenado pelo pesquisador Antonio Virgílio B. Bastos, em articulação com o Conselho Federal de Psicologia - CFP.

Nos últimos dez anos, o GPME (Yamamoto, 1988, Yamamoto & Campos, 1997, Yamamoto et al., 2001, 2003) vem realizando, na maioria das vezes em parceria com a seção RN do CRP13, um mapeamento sistemático da profissão de psicólogo no Estado.

No entanto, a portaria de nº. 001/07 do CFP criou o CRP17/RN, desvinculando assim o RN do Estado da Paraíba no que concerne a sua autonomia administrativa enquanto autarquia do Sistema Conselhos<sup>32</sup>.

Ainda com o apoio do CRP13/RN foi pensada uma pesquisa que pudesse tanto coletar informações para atingir os objetivos propostos nesse estudo, quanto para fornecer um banco de dados para atualização e auxílio das atividades do recém-criado CRP/17. O instrumento aplicado foi o mesmo, tanto para coletar as informações gerais destinadas ao CRP/17, quanto para o levantamento de dados pretendido nesse estudo.

Dessa forma, já com o apoio do CRP/17, foram fixados cartazes na sede regional incentivando a participação na pesquisa, além da disponibilização de pessoal para auxílio da aplicação, fornecimento de ambiente físico e algum material de consumo<sup>33</sup>. As informações destinadas ao CRP/17 como: nome do participante, endereço, telefone, nome do local de atuação e telefone comercial são de cunho pessoal e sigiloso.

### **3.3. Instrumento**

Foi elaborado um questionário que tem por base os estudos anteriores acerca da profissão de psicólogo no Estado, elaborados pelo GPME, e o atual instrumento do CFP (pesquisa “Quem é o Psicólogo Brasileiro?” 2007).

A pesquisa do CFP tem por objetivo produzir um quadro geral da situação da profissão no Brasil, abordando tanto a formação, quanto a atuação profissional (abrangendo tópicos como a escolha profissional, a busca da formação pós-graduada, a inserção no mercado de trabalho, os contextos de trabalho, o conteúdo da profissão, a questão do gênero, a identidade social, dentre outros aspectos), além do estudo de

---

<sup>32</sup> Em 16 de dezembro de 2006 a Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF aprova a proposta de desmembramento encaminhada pelo CRP13/Seção-RN, que tramitava desde 2005, a ser implementada por uma plenária eleita em setembro de 2007.

aspectos específicos ligados à área da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). A pesquisa conduzida nacionalmente consta de um módulo básico (conjunto de itens relativos à formação acadêmica, inserção profissional, trajetória, escolha da profissão, perspectivas futuras, além de dados sócio-demográficos) e um módulo complementar de investigações específicas sobre os objetos de estudos próprias da área da POT.

O formato do questionário aplicado assemelha-se, portanto, aos instrumentos de coleta de mapeamento sobre a profissão de psicólogo utilizados na literatura (tanto regional quanto nacionalmente), acrescidos de algumas questões adicionais sobre aspectos específicos de inserção e atuação profissional.

O instrumento utilizado no nosso estudo consta de quatro partes: dados gerais, formação acadêmica, formação complementar (acadêmica e profissional) e exercício profissional (inserção e atuação profissional). Por razões de aplicação do mesmo, a ser explicado no próximo tópico, houve uma redução do seu formato, além de uma condensação na disposição das questões de maneira a abarcar todas as perguntas almejadas e atrair a maior quantidade possível de respondentes. Só para ilustrar tal fato, a pesquisa realizada pelo CFP, com temática similar, possui em seu módulo básico 15 páginas, as pesquisas regionais feitas em anos anteriores constavam de seis a oito páginas, enquanto o instrumento atual consta de apenas três páginas<sup>34</sup>.

Para melhor adequação das questões, optou-se por um formato de pergunta aberta e direta em quase todos os itens, o que levou a necessidade de categorização. Os itens que foram submetidos à categorização estão descritos no tópico seguinte.

A primeira parte do questionário, dados gerais, consta de informações sócio-demográficas e informações pessoais, que servirão de cadastro para o CRP 17, como citado anteriormente. A segunda e a terceira parte, formação acadêmica e formação

---

<sup>33</sup> O cartaz de divulgação encontra-se no apêndice.

complementar, respectivamente, constam de dados sobre instituição de origem, área de estágio, ano de conclusão das formações, além de natureza da instituição (público ou privada), nível de formação complementar (especialização, mestrado e doutorado) e campo do conhecimento que se situa a formação complementar. A intenção é tentar traçar um paralelo entre formação complementar e atividades profissionais e as possíveis relações com a inserção do psicólogo no mercado de trabalho, além do investimento feito pelos psicólogos norte-riograndenses em estudo continuado. A quarta parte trata do exercício profissional (inserção e atuação), sendo o item mais extenso e importante desse instrumento.

Com relação aos aspectos ligados a inserção profissional, e atuação profissional, a quarta parte do questionário divide-se em questões relacionadas ao mercado de trabalho e condições de trabalho do psicólogo, e as características e entornos de sua atuação.

Com relação aos aspectos ligados a inserção profissional, o instrumento abordou: local de trabalho, análise da natureza do local, carga horária, remuneração, tempo de serviço, relação que estabelece com a instituição, se for o caso, com o tipo de ingresso, regime de trabalho e cargo ocupado. Além disso, buscou saber se há psicólogos que não estão inseridos no campo de trabalho da Psicologia, quais as razões para tal e se há interesse em fazê-lo. Essas questões visam organizar uma visão sobre o mercado de trabalho, as formas de inserção do psicólogo e algumas características de suas condições de trabalho.

Os aspectos do instrumento que versam sobre atuação profissional investigaram a área da Psicologia que mais se aproxima do trabalho do profissional, as abordagens teórico-metodológicas utilizadas e uma última parte sobre as atividades que o

---

<sup>34</sup> O instrumento encontra-se no apêndice.

profissional desenvolve nos seus locais de atuação. O objetivo desta parte é traçar algumas possibilidades de relação entre o profissional e seu campo de trabalho, e tentar estabelecer um paralelo entre formas de atuação e características do trabalho em políticas sociais.

#### **3.4. Procedimentos de coleta de dados**

O questionário regional foi aplicado no dia do psicólogo, em 2007, de forma presencial. A escolha pelo dia 27 decorreu de ser a data da eleição para o CRP e o CFP. A votação é obrigatória para quem é inscrito no Sistema Conselhos, facilitando assim o acesso à totalidade dos profissionais norte-riograndenses. A aplicação ocorreu durante todo o período de votação, na própria sede do CRP13/RN em Natal-RN, e contou com a colaboração dos pesquisadores e bolsistas de iniciação científica do GPM&E, além de funcionários e integrantes do CRP13/RN. Apesar de ser um questionário objetivo, estavam presentes pesquisadores treinados para esclarecer e dinamizar o preenchimento do mesmo em virtude do pouco tempo e da celeridade que envolve o período de votação.

Aos psicólogos que não quiseram, ou puderam, responder o instrumento no momento da votação foi sugerido a opção de envio por forma eletrônica (*e-mail*) ou envio pelo correio, recebendo neste caso envelope selado com o GPM&E como destinatário.

#### **3.5. Participantes do Estudo**

A proposta foi realizar uma pesquisa censitária, abrangendo todos os psicólogos no Estado que trabalhavam com políticas sociais. Devido à parceria com o CRP 17, a



pesquisa passou a abarcar todos os psicólogos norte-riograndeses registrados no Sistema Conselhos, que na época da pesquisa totalizavam aproximadamente 800 profissionais<sup>35</sup>.

Dessa forma, foi obtida uma amostra acidental, pois participaram da pesquisa os psicólogos que compareceram à votação e se dispuseram a preencher o questionário. Como um dos objetivos do trabalho destinava-se a identificar o tamanho do campo (quantidade de profissionais), foi necessário aplicar o instrumento a todos os psicólogos presentes e disponíveis. A partir dessa aplicação, realizou-se, então, um corte metodológico nos dados coletados a fim de separar os profissionais que trabalham com políticas sociais, foco de nossa pesquisa, dos demais.

Como critério de separação, levou-se em consideração as características dos locais de trabalho apresentados. Realizou-se um levantamento de todos os locais de trabalho citados pelos profissionais. Em seguida, entrou-se em contato com os respectivos locais, a fim de obter dados oficiais sobre sua missão e objetivos fundamentais. Foi analisado, juntamente com o orientador, todos os documentos relativos à missão, objetivos e finalidade das instituições, visando procurar uma relação com a execução ou gestão de políticas sociais (tal como expresso na fundamentação desse trabalho).

Assim, locais que tivessem como finalidade fundamental a gestão ou execução de políticas sociais seriam incluídos na amostra.

Como resultado, obtivemos para composição dos participantes, de um total de 294 questionários aplicados, 121 psicólogos selecionados que trabalham com políticas sociais.

---

<sup>35</sup> Informação fornecida pelo CRP13 no dia 27 de agosto de 2007.

### 3.6. Procedimentos de Análise de Dados

Após a coleta, os dados foram inseridos no programa *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS for Windows ver. 15* e foram submetidos à análise estatística. O módulo básico de cadastro, como acordado previamente, foi enviado para o banco de dados do CRP17. As demais informações foram organizadas em separado a fim de traçar um perfil de atividades e características do exercício profissional do psicólogo, sobretudo daqueles que trabalham com políticas sociais.

A inserção dos dados no SPSS foi efetivada pela mesma equipe que realizou a coleta. Devido ao caráter das questões e a rapidez no preenchimento do questionário, algumas informações foram inadequadamente respondidas pelos profissionais ou contraditórias entre si, demandando ajustes em favor da coerência das respostas.

Sendo assim, algumas variáveis foram categorizadas, com fins de adequação metodológica e melhor tratamento estatístico, respeitando-se critérios de frequência e relevância.

As respostas foram analisadas em separado pelo pesquisador, e, em seguida, foram propostas, em conjunto com o orientador, categorias iniciais. Posteriormente, utilizou-se para análise da consistência das categorias a presença de dois juízes. Essa primeira categorização foi avaliada por esses juízes, que apresentaram suas críticas e sugestões de mudanças. As mudanças foram discutidas e, posteriormente, efetuadas, chegando à forma que será apresentada no capítulo próximo.

As seguintes variáveis foram categorizadas: Informações sócio-demográficas (idade, renda familiar), Área da Psicologia a que Mais se Aproxima seu Trabalho, Área de Estágio, Instituição da Graduação, Identificação da Instituição da Formação Complementar, Identificação da Área Da Formação Complementar (Psicologia),

Identificação da Área da Formação Complementar (Outros), Abordagem Teórico-  
Metodológica e Local de Trabalho.

## 4. Os Profissionais de Psicologia e as Políticas Sociais no Rio Grande do Norte

### 4.1. Apresentação dos Profissionais

Como descrito anteriormente, dos 294 questionários aplicados foram selecionados 121 psicólogos que trabalham com políticas sociais. Dessa forma, todos os dados apresentados a seguir utilizam esse total de sujeitos (121)<sup>36</sup>.

A Figura 1 apresenta a quantidade de psicólogos que trabalha com políticas sociais:

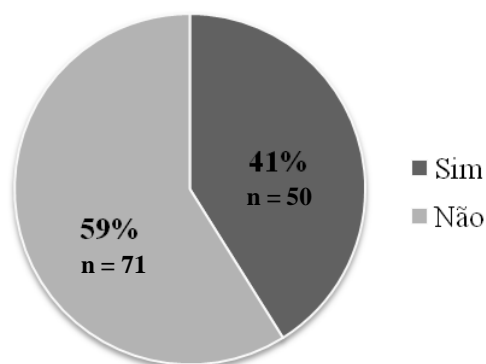


Figura 1. Trabalha com políticas sociais

A despeito de que os dados norte-riograndenses sobre a profissão de psicólogo revelam uma tendência histórica de inserção no campo das políticas sociais de forma constante e gradativa (marcadamente pela entrada no campo da saúde pública, assistência social e “Terceiro Setor”, como discutido alhures), a quantidade de profissionais obtidos nessa pesquisa foi surpreendentemente alta (41%). Tal dado vem confirmar estudos anteriores que apontavam o Rio Grande do Norte com altos índices de inserção em espaços voltados para uma chamada “ação social” (Yamamoto & Campos, 1997; Yamamoto, et al., 2001, 2003).

A Psicologia vem respondendo às diferentes demandas colocadas pela sociedade ou, pelo menos, por segmentos dela, das formas as mais variadas. Existe uma expectativa de que a Psicologia seja capaz de lidar com essas novas demandas, sendo possível inserir-se em equipes interdisciplinares, com uma lógica de funcionamento diferente daquelas elaboradas em períodos anteriores de sua trajetória histórica. A essa discussão da inserção no campo das políticas sociais, Yamamoto (2003; 2007) argumenta, como apresentamos em seção anterior: a ampliação do setor como fruto das discussões políticas no momento da redemocratização brasileira, e do grande aumento dos embates teórico-políticos capitaneados pelo Sindicato de Psicólogos do Estado de São Paulo, em um primeiro momento, e mais recentemente pelo Conselho Federal de Psicologia em direção a novos rumos da Psicologia.

No entanto, na presente situação, resgatamos em Campos (1983), outro argumento na direção de que a diminuição das oportunidades de trabalho na condição de profissional, e o conseqüente processo de assalariamento, poderia estar conduzindo os psicólogos à atenção à população pobre. Sem recair na tentativa de explicações “monocausais”, a entrada maciça dos psicólogos no setor do bem-estar, nesse momento, parece estar mais associada a uma expansão das oportunidades profissionais, propiciados pela política de proteção social do atual governo, do que por um movimento “interno”, seja político, seja teórico-epistemológico da profissão.

Evidentemente, esse novo cenário traz conseqüências para a atuação e formação do psicólogo brasileiro. A importância do campo das políticas sociais toma uma nova direção, uma vez que 41% representam uma grande fatia de nossa categoria, para uma área que de “emergente”, passa a ser praticamente do *mainstream* de nossa profissão.

---

<sup>36</sup> O questionário encontra-se no Apêndice.

As formas de inserção no setor das políticas sociais, a atuação do profissional e os possíveis impactos gerados serão discutidos posteriormente.

E, afinal, quem são os psicólogos norte-riograndenses que abraçaram esse “novo” setor de trabalho?

A Tabela 4 apresenta as informações sócio-demográficas, caracterizando, pois, a população estudada.

Tabela 4  
*Informações sócio-demográficas*

	N	%
<b>Gênero</b>		
Feminino	105	86,8
Masculino	16	13,2
<b>Idade em faixas</b>		
Não Respondeu	6	5
21-30 anos	43	35,5
31-40 anos	27	22,3
41-50 anos	35	28,9
+ de 50 anos	10	8,3
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro	62	51,2
Casado	50	41,3
Divorciado/Separado	9	7,4
<b>Renda Familiar em faixas de salários mínimo</b>		
1-3	6	5
4-6	12	9,9
7-9	18	14,9

10-11	14	11,6
13-15	17	14
16-18	4	3,3
19-21	7	5,8
22-24	1	0,8
25-27	5	4,1
Acima de 27	11	9,1
Não Respondeu	26	21,5

As informações sócio-demográficas não apontam um perfil eminentemente diferente do que já conhecíamos da Psicologia: presença maciça de mulheres, jovens (57,9% abaixo de 40 anos). Tais dados se mantêm no contexto brasileiro desde pesquisa de 1988 (CFP) e estudos realizados no Rio Grande do Norte, já citados nesse trabalho. Dessa forma, nenhuma implicação específica desse dado existe que já não se tenha analisado anteriormente na literatura. No entanto, uma novidade se apresenta aqui: a presença maior de profissionais solteiras (50,4%). Os estudos anteriores apontam que a mulher casada prepondera (Brasil, 1988 – 88%; Rio Grande do Norte, 1997 – 52,1%, 2003 - 47,3%).

Com relação à situação financeira da família, os psicólogos encontram-se na chamada ‘classe média brasileira’, que se mantém entre 7-15 Salários Mínimos (SM). De fato, segundo o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a situação da família dos psicólogos no Brasil ainda é favorável, já que no Nordeste Brasileiro, por exemplo, 61,1% das famílias sobrevivem com até ½ salário mínimo, e os 10% mais ricos ganham em média 10,5 SM.

Por enquanto, a importância desses dados introdutórios está em caracterizar a população estudada. No entanto, entendemos que implicações mais aprofundadas

precisariam ainda ser realizadas por outros estudos. Em seções posteriores analisaremos algumas das questões postas nesse levantamento de dados gerais.

#### 4.1.1. Formação Acadêmica e Complementar

Desde que a profissão foi regulamentada, a responsabilidade principal pela oferta de vagas nos cursos de formação de psicólogo, analogamente ao que ocorre com o sistema como um todo, passa da rede pública para a rede privada de ensino. No Rio Grande do Norte, no entanto, há uma inversão na natureza da instituição formadora, se comparada à realidade nacional, e essa inversão se mantém também para os profissionais que trabalham com políticas sociais no estado, como podemos perceber na Figura 2:

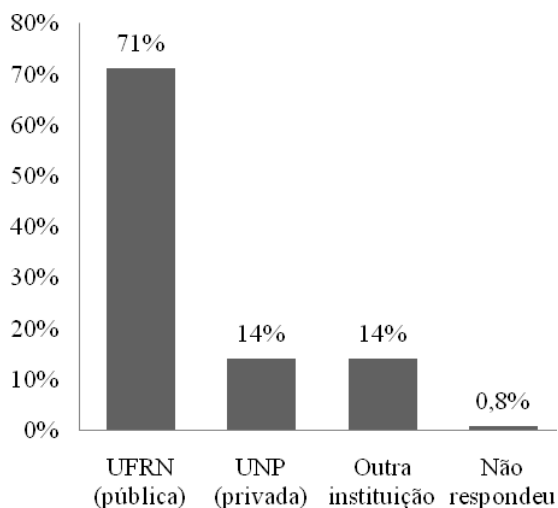


Figura 2. Instituição que realizou a Graduação

Esse resultado já era esperado, pois a Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN) foi a única instituição de formação em Psicologia no Rio Grande do Norte por vários anos. A Universidade Potiguar (UnP) foi o primeiro curso privado do



estado e só formou sua primeira turma em 2003. Existem mais duas recentes instituições formadoras no estado, a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (FACEX) e a Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), ambas privadas, mas nenhuma chegou ainda a produzir egressos.

A tendência, portanto, é que esse quadro de formação se inverta em breve, como em diversas Unidades da Federação. Como visto, desde 1988 o Brasil possui sua maior parte de psicólogos formados em instituições privadas (70%). As conseqüências dessa inversão também já foram apresentadas. A situação das instituições formadoras no Rio Grande do Norte mereceria uma análise mais acurada, já que as condições históricas dessa “inversão” na natureza da formação são relativamente diferentes.

Por se tratar de um campo novo de conhecimento para a Psicologia (as políticas sociais), a produção de conhecimento torna-se um tema importante, e a ausência de pós-graduação *stricto sensu* nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do Rio Grande do Norte poderia, em tese, comprometer o desenvolvimento desse campo do estudo no estado. A questão a ser sugerida para estudos posteriores é como os cursos de Psicologia irão absorver essa nova demanda, tanto do ponto de vista do currículo, formação docente, e interesse genuíno em aprofundar as discussões no campo.

Com relação ao ano de conclusão da graduação, ou seja, tempo de formado, e área de estágio, os dados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5  
*Informações gerais sobre a formação*

	n	%
Ano de conclusão do curso em faixas		
1976 – 1980	4	3,3
1981- 1985	14	11,6

1986 – 1990	20	16,5
1991 – 1995	11	9,1
1996 – 2000	17	14
2001 – 2005	44	36,4
Depois de 2005	9	7,4
Não Respondeu/Não se aplica	2	1,7
Área de estágio		
Clínica	62	51,2
Organizacional	15	12,4
Escolar	13	10,7
Hospitalar	12	9,9
Combinações	14	11,6
Outras	4	3,3
Não se aplica/Não Respondeu	1	0,8

Os dados apresentados na Tabela 5 mostram um expressivo número de profissionais com formação recente. A inserção no campo das políticas sociais por profissionais recém-formados implica análise diferenciada em sua condição sócio-econômica, pois pode se submeter a piores condições de trabalho, incluindo má-remuneração, e/ou escolha pela área como início de carreira, e não escolha “vocacional”. Por outro lado, sabendo que a principal instituição formadora é a UFRN, e o fato de serem recém-egressos pode, também, implicar que algumas características específicas dessa IES nos últimos anos sejam mediadoras das práticas desses profissionais. A saber, a abertura do Programa de Pós-graduação em 2000, a mudança curricular da graduação adotada em 2007, e o caráter da produção acadêmica de seu atual corpo docente<sup>37</sup>, **podem** ser indicativos que esses alunos recém-formados tiveram

<sup>37</sup> A produção acadêmica do atual corpo docente por ser conferida em <http://www.capes.gov.br>

contato com conteúdos críticos atuais relacionados à produção acadêmica recente da Psicologia, além do contato com técnicas de pesquisa contemporâneas e novas propostas de intervenção.

Contraditoriamente, a Tabela 5 mostra ainda que a área de estágio mais presente na formação dos profissionais que atuam com políticas sociais, corroborando os dados regionais apresentados anteriormente, é a área clínica. Considerando-se o estágio curricular como uma oportunidade privilegiada para a preparação para o trabalho, é questionável se o modelo clínico poderia fornecer a base adequada, do ponto de vista dos seus procedimentos e de seu aporte teórico-metodológico, para o profissional atuar com políticas sociais.

Essa não é uma discussão nova, pois, de fato, o modelo de formação do psicólogo brasileiro sofre de um antigo dilema, a formação generalista x especialista. Apesar de a proposta brasileira ser de formação generalista, muitos autores (Bastos, 1990; Campos, 1986; Maluf, 1996; Yamamoto, 2003) atestam a dificuldade de lidar com novos conteúdos em uma formação generalista no Brasil, que é caso do trabalho com políticas sociais.

Essa escolha maciça pela clínica como área de estágio poderia indicar que o campo das políticas sociais pode não ter sido a área de trabalho escolhida inicialmente, reforçando uma outra “hipótese”, de que a inserção do profissional no campo das políticas sociais ocorre por “pressão externa” (Campos, 1986; Yamamoto, 2003, 2007).

No entanto, essa afirmação também deve ser relativizada, pois ainda não existem ofertas de estágios em políticas sociais na mesma proporção que nas áreas tradicionais, apesar de já ser uma realidade nos últimos anos na UFRN<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> De acordo com o Departamento de Psicologia da UFRN os estágios em áreas não-tradicionais, com ênfase na Psicologia Social-Comunitária, só foram ofertados de forma permanente a partir do ano 2000. No entanto a demanda por esse tipo de estágio é bastante inferior a das áreas tradicionais.

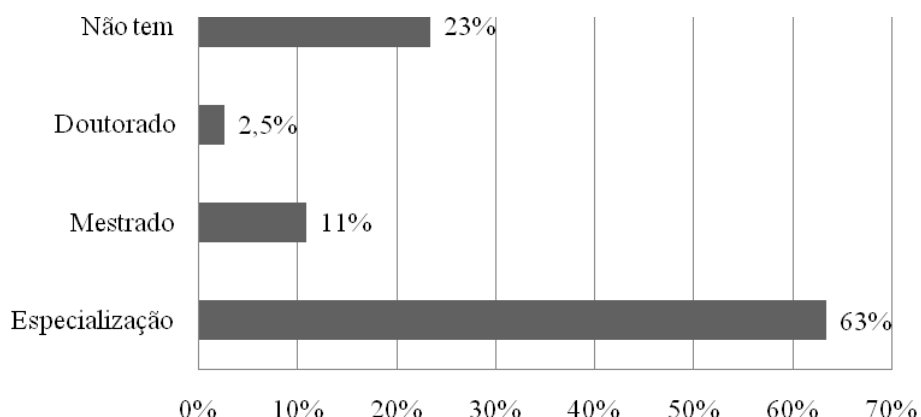


Figura 3. Possui Formação Complementar?

A Figura 3 apresenta os dados referentes à formação complementar. Com relação aos dados de Formação Complementar (FC), uma informação importante: a FC levada em consideração foi a institucional *stricto e lato sensu*, com carga horária acima de 360h. Essa é uma informação importante, pois, na literatura, são levadas em consideração como FC mini-cursos, *workshops*, grupos de estudo, eventos, e psicoterapia, o que os autores, por vezes, denominam formações complementares breves (CFP, 1988).

Pode-se observar que uma parte expressiva dos profissionais procuraram uma formação complementar (77,2%), seja especialização, mestrado ou doutorado. A FC mais escolhida, com 63,9% dos casos válidos, é a especialização. De maneira geral, a quantidade de profissionais de Psicologia que procuram formação complementar no Brasil é alta. No Rio Grande do Norte, segundo pesquisas apresentadas, temos um índice maior de formação *stricto sensu*, se comparado à realidade nacional. A Tabela 6 complementa a análise, mostrando que a concentração das respostas nos psicólogos formados nos últimos anos, pode significar que há uma maior procura de formação complementar imediatamente após a conclusão dos seus cursos.

Tabela 6  
*Ano de conclusão da formação complementar*

Faixa de Ano	N	%
1989-1992	5	6,6
1993-1996	5	6,6
1997-2000	3	3,9
2001-2004	21	27,6
2005-2007	42	55,3

Volta-se, assim, à discussão sobre a formação generalista, que segundo vários profissionais (Maluf, 1996), é insuficiente para lidar com as demandas de mercado. De fato, segundo estudo realizado por Bastos (1990), a inserção no mercado se dá em sua maioria por profissionais que procuram formação complementar, sendo que a maior parte dos psicólogos realiza sua pós-graduação assim que terminam seu curso. Por esse ângulo de análise, a insuficiência da formação faria sentido no caso do campo das políticas sociais, uma vez que, por ser uma área inovadora, exigiria um conjunto de técnicas e reflexões diferenciadas.

A Tabela 7 apresenta se a formação complementar dos profissionais foi realizada no campo da Psicologia e/ou em outro campo, e, se foi na Psicologia, em qual sub-área:

Tabela 7  
*Formação complementar*

	n	%
Área de Formação Complementar		
Psicologia	80	87
Outro	12	13

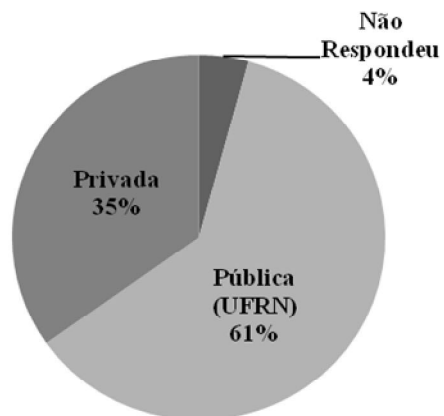
## Identificação Área da Formação Complementar

Não se aplica/Não Respondeu	6	6,5
Organizacional/Administração	11	12
Escolar/Educação	12	13
Social/Políticas Sociais	4	4,3
Clínica/Terapia	24	26,1
Saúde/Hospitalar	24	26,1
Combinações	2	2,2
Outros	9	9,8

Observada a Tabela 7, percebemos que a formação complementar mais procurada encontra-se na área Clínica/Terapia, ou se quisermos ampliar, na área de Saúde. Interessante ressaltar que essa categorização específica colocava respostas relacionadas à “saúde coletiva” na categoria Social/Política Social. Por isso, poderíamos inferir que o investimento em estudo continuado nesse campo (Social) é extremamente baixo (4,3%), reforçando nossa hipótese de que o campo das políticas sociais pode ser apenas conveniente “momentaneamente” para o profissional. No entanto, existe uma outra questão posta no Rio Grande do Norte, que é a da não-oferta significativa da FC no campo “social”. Dentre as FCs, a maior incidência é na especialização (63,3%), e não há esse tipo de FC no Rio Grande do Norte em Psicologia na área da Política Social. Nas formações *stricto sensu* existentes no Rio Grande do Norte, há formações na área “social”, porém apenas 13,5% escolhem essa modalidade no estado, e o objetivo dessas FC é qualitativamente diferente da *lato sensu*.

A presença de formações *stricto sensu* é importante pela produção de conhecimento na área, mas seu foco não é, prioritariamente, habilitar o profissional de Psicologia a lidar com essas novas demandas, ou mesmo, aprender novas técnicas de intervenção na área.

Na Figura 4, percebemos que a FC se dá majoritariamente na UFRN, atestando a importância dessa instituição formadora para Psicologia no estado. De fato, a UFRN é a única instituição que possui pós-graduação em Psicologia nos níveis de Mestrado e Doutorado.



*Figura 4.* Natureza da Instituição Educacional da Formação Complementar

## **4.2. Inserção e Atuação Profissional**

### *4.2.1. Inserção Profissional*

A inserção profissional do psicólogo, ou seja, a passagem da graduação para o mercado de trabalho (Cruces, 2006), é tema particularmente interessante para os profissionais que lidam com políticas sociais. A inserção profissional acaba caracterizando uma identidade social para sua ação, e implicando novos determinantes para o mercado e suas condições de trabalho (Bastos, 1990; Gondim, 2002). E, em um campo relativamente novo, essas informações são cruciais para entender o movimento da profissão.

No questionário utilizado, existiam campos específicos para entrada de até três locais de trabalho. Os itens estavam, então, relacionados com os locais de trabalho 1, 2 e 3. É importante ressaltar que não foi solicitada a hierarquização dos locais no preenchimento. Por vezes, os dados referem-se apenas aos locais caracterizados por serem em Política Social, por vezes, a todos os locais nos quais os profissionais se inserem. A escolha foi feita em função da análise pretendida, mas em sua maior parte, analisamos os locais que mais nos interessavam, a saber, os locais relacionados às políticas sociais. Para o foco desse trabalho, como explicitado anteriormente, deu-se preferência aos postos de trabalho e não necessariamente ao psicólogo, salvo algumas exceções (que serão explicitadas ao longo do texto).

Nos poucos estudos sobre mercado de trabalho do psicólogo (CFP, 1988, 2001, 2004; Bastos e Gomide, 1989; Bastos, 1990), os dados apontam para uma profissão mal remunerada, com condições de trabalho precarizadas, apresentando uma carga horária alta, baixos salários, ausência de sindicalização, entre outras características. Investigou-se alguns desses aspectos, sobretudo, por no Brasil, particularmente os trabalhadores do



setor social, serem constantemente mais atingidos pelas agruras da exploração capitalista (Chahad, 2003), e, no caso da Psicologia, “este impacto é sem dúvida maior, quando se trabalha nas áreas sociais, normalmente no serviço público que tradicionalmente adota uma política de remunerar indignamente seus servidores” (Bastos, 1990, p. 38).

No caso do profissional estudado, percebemos um dado extremamente relevante no sentido da análise apontada, pois 65% dos psicólogos no campo das políticas sociais têm mais de um emprego, como atesta a Figura 5.



*Figura 5.* Situação no mercado de trabalho

Essa informação pode servir para analisar aspectos da condição de trabalho do profissional. Essa é uma condição que se repete no Brasil, mas se comparado ao resto da categoria, há, aparentemente, um maior nível de “precarização”. De fato, nos dados obtidos nas últimas pesquisas sobre mercado de trabalho (CFP, 1988, 2001, 2004; Bastos e Gomide, 1989; Bastos, 1990), a categoria não ocupava tantos postos de trabalho simultaneamente assim.

Nesse sentido da precarização, também foi encontrada uma baixa remuneração desse profissional. Percebe-se, na Figura 6, que 50,9% dos profissionais que trabalham nas políticas sociais ganham até quatro Salários-Mínimos (S.M.), e, cumulativamente, 75,4% até seis SM. Considerando que, na década de 1990, a média salarial de um psicólogo no Nordeste era de sete SM, não parece que houve alterações significativas em termos de rendimento. Na verdade, segundo o último relatório da PNAD (2007), a média dos rendimentos, no Rio Grande do Norte, das pessoas com escolaridade de 9 a 11 anos (ensino médio), é de 3,8 SM, e acima dos 12 anos (ensino superior), 13,8 SM, o que coloca nossos profissionais em condições bastante precárias em se tratando de condições de trabalho. Se compararmos com a média nacional, esses índices seriam ainda piores. Não obstante, devemos ainda ressaltar que essa média salarial é da **soma** dos rendimentos, ou seja, considerando, como vimos acima, que 65% dos profissionais que trabalham com políticas sociais possuem mais de um local de trabalho, o que agrava ainda mais sua situação.

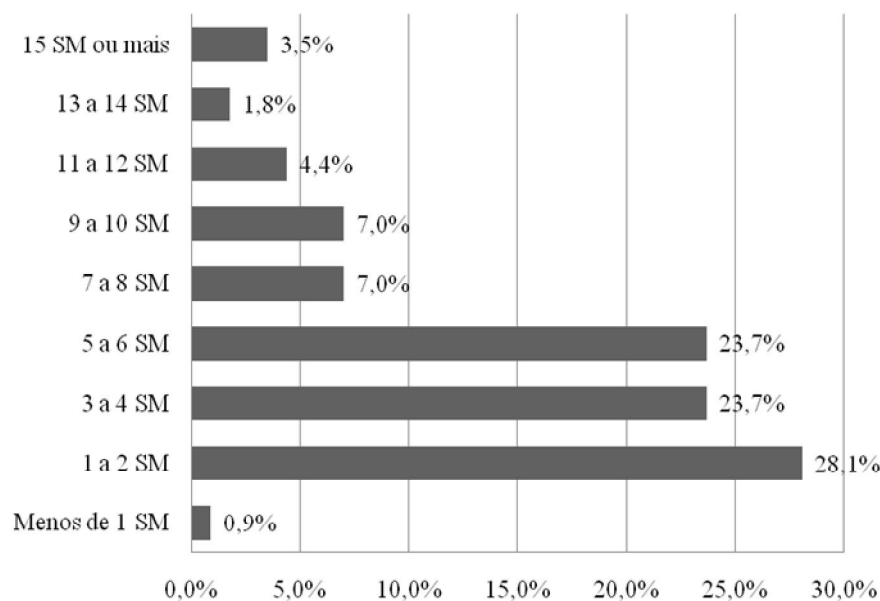


Figura 6. Salário total

Já a Tabela 8 apresenta a relação entre os ganhos totais do psicólogo e a quantidade de inserções. Percebemos que os profissionais que trabalham em apenas um local tem uma renda bastante baixa (entre 1-2 S.M.), e mesmo com mais de um local, os salários não aumentam significativamente. Para rendas acima de 7 S.M. (que era a média de salários do psicólogo na região Nordeste na década de 1990), o profissional precisa estar inserido no mínimo em dois locais de trabalho. Essa ocupação simultânea poderia revelar “...uma fragilidade do mercado de trabalho, que impele o psicólogo a combinar trabalhos em locais e áreas diferentes para complementação dos seus rendimentos” (Bastos & Gomide, 1989, p. 9).

Tabela 8

*Distribuição dos ganhos mensais dos psicólogos pela quantidade de inserções no mercado de trabalho.*

Soma das rendas em SM categorizado	Situação no mercado de trabalho		
	Um local de trabalho	Dois locais de trabalho	Três locais de trabalho
Menos de 1 SM	0	1	0
1 a 2 SM	27	3	2
3 a 4 SM	7	16	4
5 a 6 SM	4	16	7
7 a 8 SM	0	6	2
9 a 10 SM	1	6	1
11 a 12 SM	0	2	3
13 a 14 SM	0	1	1
15 SM ou mais	0	3	1

Analisando a renda pelo ângulo dos postos de trabalho, encontramos também algumas informações interessantes, como mostrado na Tabela 9, a seguir. Como atestamos na tabela anterior - 8, os postos de trabalho individualmente remuneraram

muito mal, apenas algumas esparsas instituições oferecem um rendimento acima de 5 S.M.. Em quase todos os postos de trabalho ligados as políticas sociais analisados, os psicólogos recebem entre 1 e 2 S.M.. As Instituições de Assistência Social oferecem os piores salários; quase a integralidade dos profissionais que lá trabalham recebem de 1 e 2 S.M.. As ONGs também apresentam dados semelhantes para, pelo menos, dois terços de seus profissionais. As Instituições de Saúde Coletiva ainda chegam a remunerar quase a metade de seus profissionais entre 3 e 4 S.M.. Já as Instituições Hospitalares oferecem um salário um pouco maior, com um terço dos psicólogos recebendo entre 3 e 4 S.M., e outro terço entre 5 e 6 S.M..

Tabela 9  
*Distribuição dos locais de trabalho dos psicólogos por faixas de remuneração mensal.*

Local de Trabalho	Renda em salário mínimo						
	Não respondeu	1-2	3-4	5-6	7-8	9-10	15 ou mais
Consultórios e Clínicas	0	0	1	1	0	0	0
Instituições de Assistência Social	2	34	5	0	1	0	0
ONG's	1	8	4	0	0	0	0
Instituições de Saúde Coletiva	2	18	15	5	1	0	0
Instituições hospitalares	2	2	6	5	0	1	1
Outros	0	4	2	0	0	1	0

Como vimos, os rendimentos do psicólogo que trabalha nas políticas sociais é extremamente baixo. No entanto, a maior parte deles está inserida em famílias situadas em estratos econômicos considerados “classe média/alta”. Na Tabela 10, percebemos que 38,1% dos psicólogos estudados contribuem com no máximo 30% da renda de suas famílias. Poucos são os psicólogos “chefes-de-família”, ou seja, cujas rendas são as

principais, pois 67,4% não chegam a contribuir com mais de 50% da renda familiar. Em média apenas 45,9% da renda familiar provém do salário do psicólogo que trabalha com políticas sociais. A renda desses profissionais é entendida como complementar, o que só reforçaria o caráter precarizado da profissão. Essa precarização pode estar associada a uma inserção profissional desqualificada no campo das políticas sociais, característica dúbia que marca o governo atual<sup>39</sup> (Freitas, 2007). Além da questão exposta some-se a já clássica discussão do caráter feminino de nossa profissão<sup>40</sup>.

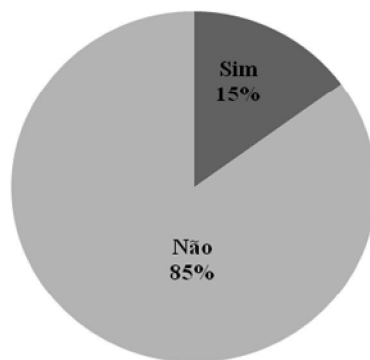
Tabela 10  
*Participação da renda dos psicólogos que trabalham com políticas sociais na composição da renda familiar (%)*

Faixa de participação na renda	n	%
0%	1	1,1
1% a 10%	5	5,6
11% a 20%	19	21,3
21% a 30%	9	10,1
31% a 40%	14	15,7
41% a 50%	12	13,5
51% a 60%	5	5,6
61% a 70%	1	1,1
71% a 80%	5	5,6
81% a 90%	2	2,2
91% a 100%	16	18,0

<sup>39</sup> Essa é uma discussão particularmente *sui generis* no governo Lula. Mesmo que a política econômica do atual governo seja associada às características de um governo neoliberal, suas políticas sociais não o são diretamente, e diferem sobretudo, de governos anteriores (Lesbaupin, 2003; Freitas, 2007).

<sup>40</sup> Não nos deteremos em uma discussão de gênero e precarização no mundo capitalista. Para uma discussão sobre a situação da precarização da mulher na Psicologia ver Rosemberg, 1983 e 1984; para uma discussão mais atual Bruschini, 2000, 2002, 2007.

De forma geral, os profissionais estudados não possuem outros benefícios trabalhistas (86,5%), fator possivelmente agravante do fenômeno da precarização na categoria, como visto na Figura 7.



*Figura 7. Possui Benefícios Trabalhistas adicionais?*

Como a maior parte dos profissionais estudados trabalha em mais de um local, era esperada uma carga horária alta, como atesta a Tabela 11. Mais de 65% dos profissionais trabalham mais de 30h, e um número expressivo (37,2%), mais de 40h. A média de trabalho desses profissionais é de 41 horas semanais. No estudo do CFP de 1988, tínhamos uma média baixa (14h entre os autônomos e 34h para os empregados), até mais baixa que a média de carga horária semanal brasileira. Ou seja, atualmente os profissionais estudados estão trabalhando mais e ganhando menos.

**Tabela 11**  
*Distribuição da carga horária semanal e Tempo de permanência no emprego*

	N	%
<b>Carga Horária total em Faixas</b>		
Até 10h	2	1,7
11-20 horas	8	6,6

21-30 horas	17	14,0
31-40 horas	46	38,0
41-50 horas	26	21,5
Acima de 51 horas	19	15,7
Não Respondeu	3	2,5
<b>Faixas de tempo de trabalho</b>		
Até 6 meses	8	6,6
Entre 6 meses e 1 ano	12	9,9
1-2 Anos	11	9,1
2-3 Anos	15	12,4
3-4 Anos	7	5,8
4-5 Anos	6	5,0
5-10 Anos	11	9,1
10-20 Anos	27	22,3
+ de 20 Anos	20	16,5
Não Respondeu	4	3,3

Tabela 12

*Distribuição das faixas de permanência no emprego dos psicólogos no campo da assistência social por local de trabalho.*

Faixas de tempo de trabalho	Local de trabalho					
	Consultórios e Clínicas	Instituições de Assistência Social	ONG's	Instituições de Saúde Coletiva	Instituições hospitalares	Outros
Não Respondeu	0	2	1	1	0	1
Até 6 meses	0	11	4	4	2	1
6 meses a 1 ano	0	12	2	3	1	1

1-2 Anos	0	6	1	7	4	1
2-3 Anos	0	7	2	6	3	0
3-4 Anos	0	1	3	1	1	0
4-5 Anos	0	0	1	1	1	0
5-10 Anos	0	1	3	4	5	1
10-20 Anos	2	0	1	11	2	2
+ de 20 Anos	0	2	0	4	1	0

Outro aspecto interessante é o tempo em que o profissional está inserido no local de trabalho, atuando em política social. De acordo com a Tabela 11, existe uma parcela de 41,3% que está no local há pelo menos três anos, e outra 38,8% que está no local há mais de 10 anos. Se cruzarmos esses dados com o local de trabalho, como visto na Tabela 12, percebe-se que a primeira parcela com pouco tempo de serviço equivale aos trabalhos com assistência social, e, os que estão no local há muito tempo, aos profissionais da saúde pública.

Tabela 13  
*Regime de trabalho e Forma de Ingresso*

	n	%
<b>Regime de trabalho</b>		
Não respondeu	3	2,3
Contratado com carteira de trabalho	59	45,7
Prestador de Serviço	44	34,1
Voluntário	7	5,4
Estatutário	16	12,4
<b>Forma de Ingresso</b>		
Convite/Indicação	54	41,9
Concurso Público	47	36,4



Processo Seletivo	24	18,6
Outros	4	3,1

Com relação ao regime de trabalho e a forma de ingresso nos postos, podemos observar na Tabela 13, que a maior parte dos profissionais trabalha com carteira assinada (45,7%), seguido de prestação de serviços (34,1%). Com relação às formas de ingresso na instituição, predominam o Convite/Indicação (41,9%), seguido de Concurso Público (36,4%). Como a maior parte dos empregadores está no serviço público, era esperada uma quantidade razoável de Celetistas (CLT) que ingressaram por concurso (que é a forma mais usual de contratação do governo). A quantidade de prestadores de serviço (33,9%) e que ingressaram por Convite/Indicação (41,9%) pode ser explicada pela inserção recente no campo da assistência social pública (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS).

Tabela 14  
*Distribuição dos locais de trabalho do psicólogo no campo da assistência social por regime de trabalho*

Local de trabalho	Regime de trabalho				
	Contratado com carteira de trabalho	Prestador de Serviço	Voluntário	Estatutário	Não respondeu
Consultórios e Clínicas	0	0	0	2	0
Instituições de Assistência Social	9	30	0	1	2
ONG's	11	2	3	0	0
Instituições de Saúde Coletiva	24	8	0	8	1
Instituições hospitalares	10	3	4	3	0

Outros	4	1	0	2	0
--------	---	---	---	---	---

Cruzando local de trabalho com regime de trabalho, Tabela 14, confirma-se que os Celetistas estão nos locais de Saúde Coletiva e Hospitais, e que os prestadores de serviço nas Instituições de Assistência Social. Como o serviço do CRAS (“carro-chefe” das Instituições de Assistência Social) ainda está sendo implantado (com seu início em 2006), a maior parte dos profissionais não foram efetivados pelo estado, ingressaram a partir de Convites e/ou indicações e prestam serviços na forma de contratos temporários. A expectativa do ponto de vista trabalhista é a entrada por via de concurso, “estabilizando” um pouco mais sua situação de trabalho. Tal expectativa deve-se à regularização trabalhista dos profissionais da Assistência Social prevista na NOB-RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social), ou seja, “A consolidação do SUAS conjuga, ainda, desafios quanto a implementação de uma política de capacitação continuada e a instituição de quadros de trabalhadores sociais especializados, prevista na NOB-RH/06” (Colin, 2008, p.62).

No entanto, a despeito dos profissionais se apegarem a aspectos das normas operativas (NOB-RH) que prevêem o contrato permanente do seu corpo técnico (incluindo psicólogo), parece que não há nenhuma, ou pouca, vontade política para que isso ocorra, devido aos constantes atrasos na efetivação dos mesmos. Além do mais, esses “atrasos” na implantação total dos aspectos trabalhistas previstos na NOB-RH acabam causando uma maior instabilidade nos vínculos desses profissionais (Colin, 2008, p. 235).

Outro dado interessante é que, diferentemente dos estudos anteriores (CFP, 1988; 2001) nos quais o trabalho com políticas sociais apresentava um caráter voluntário, essa pesquisa apresenta apenas 5,4% dos profissionais nessa situação. Esses

profissionais encontram-se no “Terceiro Setor”, ONGs e alguns hospitais, postos de trabalho que costumeiramente valem-se do caráter filantrópico/assistencialista para atrair profissionais voluntários.

Os dados apresentados poderiam indicar uma certa estabilidade dos profissionais da saúde pública, que além de carteira assinada, estão trabalhando na área há pelo menos 10 anos. Já para os profissionais do campo da assistência social e do “Terceiro Setor”, restam contratos temporários, que podem denotar certa flexibilização nas relações trabalhistas e possível alta rotatividade, caracterizando ocupação instável nos postos de trabalho.

Tabela 15  
*Atua em Psicologia e em que cargo*

	n	%
<b>Atua em Psicologia</b>		
Sim	127	97
Não	4	3
<b>Cargo Ocupado</b>		
Não se aplica/Não respondeu	2	1,6
Psicólogo	117	90,7
Psicólogo, mas com outra função	3	2,3
Outro cargo, mas com função de psicólogo	4	3,1
Outro cargo, não atua como psicólogo	3	2,3

Apesar disso, existe o posto de trabalho consolidado para a Psicologia, pois, como visto na Tabela 15, os profissionais trabalham com Psicologia, não há desvio de função, parecendo haver demanda da sociedade para trabalho do Psicólogo em si, diferentemente dos dados nacionais de 1988 (CFP, 1988). Apesar de uma eventual

melhoria quanto ao reconhecimento social da profissão, as análises anteriores indicam que não houve uma correspondente mudança nas condições de trabalho da categoria.

Em síntese, o que encontramos ao final dessa apresentação dos resultados sobre a inserção profissional do psicólogo no campo das políticas sociais, e sua condição de trabalho, não é um cenário muito animador. Como dito, os estudos já apontavam que o psicólogo no Brasil, de forma geral, é uma categoria precarizada, mesmo entre aqueles que escolheram trabalhar como autônomos. Acrescente a esse cenário a já discussão das baixas condições de trabalho atribuídas aos profissionais da área social. Os profissionais-alvo desse estudo não fugiram ao cenário exposto. Os dados apresentam um psicólogo que, para sobreviver, precisa inserir-se em mais de um local de trabalho, na sua maioria de natureza extremamente diversa, o que denotaria uma necessidade “externa” de inserção *versus* uma “escolha pessoal vocacional”. A renda desses profissionais que estão nas políticas sociais é mais baixa que a média da categoria de psicólogos atualmente, e até de vinte anos atrás. Mesmo estando em situação familiar relativamente confortável, sua renda contribui pouco para sua família, ou seja, é insuficiente para manter seu *status* sócio-econômico. Não possuem benefícios trabalhistas adicionais, o salário indireto. E estão trabalhando uma média de horas semanais maior que o resto da categoria, devido, inclusive, a multiplicidade de locais em que se inserem. Mesmo com uma carga horária de trabalho alta, no pouco tempo “extra” disponível, fazem Formação Complementar possivelmente para melhorar sua inserção, ou garantir-se no mercado. Esses postos de trabalho, em política social, oferecem contratos temporários na mesma proporção que com carteira assinada. Uma boa parte desses profissionais, sobretudo os ligados à Assistência Social, possui vínculos trabalhistas instáveis, e pela natureza de seus contratos de trabalho e o tempo que estão inseridos, provavelmente um alto índice de rotatividade nos seus locais.

Retomando, pelos dados apresentados, os profissionais estudados aparentam estar em um cenário desolador, em uma profissão que já não apresentava condições favoráveis. E dentre os profissionais estudados, aqueles ligados às Instituições de Assistência Social, fatia do mercado extremamente recente, revelam um quadro ainda pior.

#### 4.2.2. *Atuação Profissional*

A discussão sobre a forma como os profissionais atuam é antiga e extremamente pertinente em Psicologia. Tratando-se de políticas sociais, o exercício profissional é um dos pontos principais para entendermos o movimento da profissão nesse novo campo. Nesse campo estudado são realizadas atividades diferentes das tradicionais? Em que locais eles atuam? Em qual área da Psicologia o profissional acha que se situa? E por fim, qual aporte teórico-metodológico utilizado para lidar com essas novas demandas? Essas são algumas das questões que tentaremos responder sobre nossos profissionais.

O item pesquisado “local de trabalho”, como dito anteriormente, é responsável pelo corte metodológico que separa os profissionais do campo das políticas sociais dos demais. Dessa forma, o foco encontra-se nos postos de trabalho e não nos profissionais. Na Tabela 16, podemos observar que, no Rio Grande do Norte, foram localizados 131 postos de trabalho que lidam com políticas sociais e possuem psicólogos nos seus quadros. É conveniente lembrar que, nesses 131 locais de trabalho, distribuem-se 121 profissionais, ou seja, alguns psicólogos têm mais de um local de trabalho em Política Social. Na Tabela 17, podemos observar a distribuição desses 121 profissionais em alguns de seus locais de atuação, a fim de perceber que outros locais aparecem combinados com os locais em política social.

Tabela 16  
*Informações do Local de Trabalho em Política Social*

Locais de Trabalho	n	%
Consultórios e Clínicas	2	1,5
Instituições de Assistência Social	42	32,1
ONG's	18	13,7
Instituições de Saúde Coletiva	42	32,1

Instituições hospitalares	20	15,3
Outros	7	5,3
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>100</b>

Tabela 17  
*Distribuições dos profissionais pelos principais locais de trabalho e suas combinações*

Locais de Trabalho		n	%
<b>Instituições de Assistência Social</b>			
Sem combinações		21	51,2
Combinado com:	Consultórios e Clínicas	5	12,2
	Instituições educacionais	2	4,9
	Poder Judiciário, Legislativo, Executivo	2	4,9
	Instituições de Assistência Social	1	2,4
	ONG's	1	2,4
	Instituições de Saúde Coletiva	1	2,4
	Instituições hospitalares	1	2,4
	Outros	1	2,4
	Consultórios e Clínicas; Empresas de comércio, indústria e demais serviços	1	2,4
	Consultórios e Clínicas; Instituições educacionais	1	2,4
	Consultórios e Clínicas; ONG's	1	2,4
	Consultórios e Clínicas; Outros	1	2,4
	Empresas de comércio, indústria e demais serviços	1	2,4
	Instituições educacionais; Instituições educacionais	1	2,4
<b>Instituições de Saúde Coletiva</b>			
Sem combinações		8	20,5
Combinado com:	Instituições educacionais	1	2,6
	Consultórios e Clínicas	18	46,2
	Instituições de Saúde Coletiva	2	5,1

Instituições de Assistência Social	1	2,6
Consultórios e Clínicas; Outros	2	5,1
Empresas de comércio, indústria e demais serviços	1	2,6
Instituições de Saúde Coletiva; Instituições educacionais	1	2,6
Instituições educacionais; Não se aplica/Não respondeu	1	2,6
Consultórios e Clínicas; Consultórios e Clínicas	1	2,6
Consultórios e Clínicas; Instituições de Saúde Coletiva	1	2,6
Consultórios e Clínicas; Instituições educacionais	1	2,6
Consultórios e Clínicas; Instituições hospitalares	1	2,6
<b>Instituição hospitalar</b>		
<hr/>		
Sem combinações	4	20
Combinado com:		
Consultórios e Clínicas	7	35
Empresas de comércio, indústria e demais serviços	2	10
Instituições educacionais	1	5
Instituições de Assistência Social	1	5
Consultórios e Clínicas; Instituições educacionais	1	5
Consultórios e Clínicas; Instituições de Saúde Coletiva	1	5
Consultórios e Clínicas; Poder Judiciário, Legislativo, Executivo	1	5
Consultórios e Clínicas; Consultórios e Clínicas	1	5
Outros; Instituições educacionais; Poder Judiciário, Legislativo, Executivo	1	5
<hr/>		
<b>ONG's</b>		
Sem combinações	7	38,9



Combinado com:	Consultórios e Clínicas	3	16,7
	Consultórios e Clínicas; Empresas de comércio, indústria e demais serviços	2	11,1
	Instituições de Assistência Social	1	5,6
	Empresas de comércio, indústria e demais serviços	1	5,6
	Outros	1	5,6
	Poder Judiciário, Legislativo, Executivo	1	5,6
	Consultórios e Clínicas; Instituições de Assistência Social	1	5,6
	Consultórios e Clínicas; Consultórios e Clínicas	1	5,6

---

Os postos de trabalho que lidam com política social que mais apareceram foram, em igual proporção, as Instituições de Assistência Social (32,1%) e Instituições de Saúde Coletiva (32,1%). Se somarmos as instituições hospitalares com as de saúde coletiva, o conjunto da área da saúde seria bem maior que os demais (47,4%). De qualquer forma, se compararmos com os dados regionais (Tabela 2), perceberemos que o crescimento do setor de assistência social foi muito abrupto, o que preocupa pela recenticidade do fenômeno e o tamanho e importância que vem a ocupar no mercado de trabalho do psicólogo atualmente. Além destes, as ONGs que contam com psicólogos continuam em expansão, representando 13,7% do total de postos de trabalho.

Pelo ângulo dos profissionais que trabalham com Políticas Sociais, vemos na Tabela 16 que outros locais também fazem parte de seu exercício profissional. Dentre as combinações de locais, a mais presente é com a Clínica. Entre os locais que mais apareceram sem outras combinações, estão as Instituições de Assistência Social. Ou seja, dos profissionais que possuem apenas um posto de trabalho, o local mais citado foram as Instituições de Assistência Social. Esses locais congregam a maior parte dos psicólogos recém-formados, e por oferecerem péssimas condições de trabalho

(instabilidade, contratos temporários, má remuneração), pode atrair psicólogos sem experiência profissional, que acabam permanecendo no local enquanto “desenvolve sua carreira”. Posteriormente, migra para outro campo, ou outro posto mais estável.

Tabela 18  
*Área da Psicologia*

Área da Psicologia	n	%
Clínica	33	25,2
Organizacional	9	6,9
Escolar/Educacional	2	1,5
Saúde	16	12,2
Social	41	31,3
Combinações	13	9,9
Outros	2	1,5
Não respondeu	15	11,5

Foi perguntado aos profissionais em qual área da Psicologia mais se aproxima seu trabalho. Na literatura, a discussão de Área na Psicologia é controversa. A indefinição de área remete às dificuldades teóricas de situá-la em conceitos aceitáveis e coerentes. Normalmente, o que se denomina área é uma junção entre local de trabalho, objetivos da ação, e atividades desenvolvidas. No entanto, essa discussão torna-se relevante, pois serve como parâmetro para o psicólogo na elaboração de sua identidade profissional. Essa identidade acaba norteando a sua prática baseada na noção prévia que ele dispunha de métodos e técnicas de intervenção, por exemplo. Na Tabela 18, podemos observar que a área Social foi a mais citada, com 31,3%, seguida pela Clínica, com 25,2%, depois Saúde, com 12,2%. Informação interessante, pois os locais

estudados são todos situados no campo das políticas sociais, e mesmo assim, há a presença forte da Clínica. A presença da área Social também deve ser investigada com maior cuidado, pois o profissional pode ter consciência que atua na área social, mas sua prática profissional é outra completamente diferente. Em virtude das controvérsias, realizamos um cruzamento dessa variável com local, a fim de acurar nossas análises, como mostrado na Tabela 19.

Tabela 19  
*Distribuição dos locais de trabalho do psicólogo no campo da assistência social por área da Psicologia*

Local de trabalho	Área da Psicologia						Não respondeu
	Clínica	Organizacional	Escolar/Educacional	Saúde	Social	Combinações	
Consultórios e Clínicas	2	0	0	0	0	0	0
Inst. de Assistência Social	1	2	1	8	27	1	3
ONG's	7	4	0	1	2	1	3
Instituições de Saúde Coletiva	15	0	1	8	4	8	5
Instituições hospitalares	5	2	2	6	0	2	3
Outros	3	1	1	0	0	1	1

A área Clínica aparece mais associada aos locais de Saúde Coletiva. A relação entre os psicólogos que trabalham nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e determinadas práticas profissionais já havia sido discutida por outros autores (Oliveira et al., 2004). Interessante notar que a Área Saúde não aparece majoritariamente associada às Instituições de Saúde Coletiva. A área Clínica é também preponderante nas

ONGs, reforçando um modelo tradicional e historicamente constituído de atuação. A área social aparece, por sua vez, mais vinculada às Instituições de Assistência Social. De fato, independente das atividades desenvolvidas, o psicólogo parece ter a noção de que esse local de trabalho específico encontra-se na área da Psicologia denominada Social. Dados complementares são necessários para avaliar se essa identidade é construída (e aceita) pelos profissionais, ou simplesmente, imposta pelas políticas recém-inauguradas.

Tabela 20  
*Abordagem teórico-metodológica*

Abordagem teórico-metodológica	n	%
Psicodinâmica	44	33,6
Corporais	5	3,8
Fenomenológica-Existencial/Humanista	19	14,5
Sócio-Histórica/Crítica	11	8,4
Cognitivo-Comportamental	5	3,8
Eclética	7	5,3
Outras	7	5,3
Não se aplica	34	26,0

Na Tabela 20 apresentamos as abordagens teórico-metodológicas citadas pelos profissionais nos locais em Política Social. As teorias psicodinâmicas foram as mais citadas (33,6%), seguidas por Não respondeu/Não se aplica (26%) e as Fenomenológicas existenciais-humanistas (14,5%). Vale destacar aqui que teorias sócio-históricas ou críticas<sup>41</sup> apareceram em apenas 8,4% dos casos.

<sup>41</sup> Foram consideradas aqui abordagens com interfaces sociológicas, políticas e/ou filosóficas, tais como as teorias marxistas, as construtivistas ou mesmo as irracionistas.

A presença forte da psicanálise segue tendências históricas, tanto no Rio Grande do Norte, quanto no Brasil<sup>42</sup>. Outro dado que chama atenção é o alto índice de respostas em branco ou que não se aplicam (inadequadas). Não é de estranhar que esses profissionais tenham dificuldade de responder tal questionamento. Os psicólogos têm dificuldade de descrever uma abordagem teórico-metodológica, confundindo muitas vezes com técnicas ou procedimentos, com respostas como “dinâmica de grupo”. Além disso, os psicólogos que trabalham nesses novos locais não têm na ciência psicológica abordagens características próprias e bem difundidas entre a categoria e entre as IES, como lembra Yamamoto (2007) e Yamamoto et. al. (2001, 2003). Esses modelos de abordagens por escolas ou sistemas estão historicamente relacionados à área clínica.

Tabela 21

*Distribuição dos locais de trabalho do psicólogo no campo da assistência social por abordagem teórico-metodológica*

Abordagem teórico-metodológica	Local de trabalho					
	Consultórios e Clínicas	Instituições de Assistência Social	ONG's	Instituições de Saúde Coletiva	Instituições hospitalares	Outros
Psicodinâmica	2	5	4	23	7	2
Corporais	0	1	3	1	0	0
Fenomenológica-Existencial/Humanista	0	5	4	5	3	2
Sócio-Histórica/Crítica	0	9	1	1	0	0
Cognitivo-Comportamental	0	2	0	0	3	0
Eclética	0	1	1	2	3	0
Outras	0	3	1	1	1	1
Não respondeu	0	16	4	9	3	2

<sup>42</sup> Segundo dados não-publicados, advindos da primeira etapa da presente pesquisa, atualmente no Rio Grande do Norte, a perspectiva Fenomenológica Existencial/Humanista rivaliza com a psicanálise, mas, entre os profissionais que trabalham com políticas sociais, a psicanálise claramente se sobrepõe.

Na Tabela 21, observa-se o cruzamento da abordagem teórico-metodológica com local de trabalho. As abordagens psicodinâmicas estão mais relacionadas ao campo da saúde coletiva, dados já apresentados pela literatura no Rio Grande do Norte (Oliveira, Dantas, Costa, Gadelha, Campos, & Yamamoto, 2005). Já as abordagens sócio-históricas/críticas foram mais citadas pelos profissionais do campo da assistência social, o que poderia ser um fato promissor para o campo. No entanto, percebemos também que as Instituições de Assistência Social estão relacionadas a quase todas as abordagens, além de um alto número de respostas inadequadas. Esse caráter difuso está presente também nas ONGs, corroborando a confusão que o campo causa nos profissionais.

#### 4.2.2.1. *Atividades*

Além da análise da área da Psicologia, local de trabalho e abordagem teórico-metodológica, as atividades realizadas pelos profissionais representam um conjunto de informações imprescindíveis na compreensão da atuação profissional dos psicólogos que trabalham com políticas sociais. Na Tabela 22, podemos observar a frequência de todas as atividades realizadas nos locais onde os psicólogos atuam com políticas sociais.

Tabela 22  
*Frequência de atividades realizadas*

Atividade realizada	n	%
Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)	52	39,7
Orientação de pais	48	36,6
Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem	34	26,0
Pareceres e laudos psicológicos	29	22,1
Participação em equipes técnicas	29	22,1

---

Orientação a adolescentes	26	19,8
Psicoterapia de grupo	26	19,8
Dinâmica de grupo	25	19,1
Assistência psicológica a paciente clínicos e cirúrgicos (cardíacos, mutilados, terminais, etc.)	24	18,3
Planejamento e execução de projetos	21	16,0
Orientação a grupos na área de saúde pública	21	16,0
Orientação sexual	18	13,7
Orientação à gestante	17	13,0
Triagem	17	13,0
Desenvolvimento de grupos e equipes	16	12,2
Assistência geriátrica	15	11,5
Assistência materno infantil	15	11,5
Cargo administrativo (gerência ou direção)	15	11,5
Psicoterapia de família	12	9,2
Intervenção em organizações e instituições	12	9,2
Aplicação de testes psicológicos	11	8,4
Psicodiagnóstico	10	7,6
Supervisão de estágios acadêmicos	10	7,6
Recrutamento/seleção	9	6,9
Coordenação de equipes de trabalho	8	6,1
Orientação psicopedagógica	7	5,3
Supervisão extra-acadêmica	7	5,3
Outros (quais?)	6	4,6
Treinamento	6	4,6
Orientação vocacional/profissional	5	3,8
Psicoterapia de casal	5	3,8
Avaliação de desempenho	4	3,1
Consultoria	3	2,3
Reabilitação profissional	3	2,3
Diagnóstico organizacional	3	2,3
Pesquisa científica	3	2,3
Análise de cargos e salários	2	1,5

---

Análise de função ou ocupacional	2	1,5
Criação publicitária	2	1,5
Assessoria técnica	1	0,8
Planejamento de política educacional	1	0,8
Docência (professor) no 2º Grau	0	0,0
Docência (professor) no 3º Grau	0	0,0
Educação e reeducação psicomotora	0	0,0
Ergonomia	0	0,0
Pesquisa de mercado	0	0,0
Segurança e higiene no trabalho	0	0,0

De antemão, se comparamos com estudo feito no Rio Grande do Norte sobre novos locais e práticas (Yamamoto et al., 2001), veremos que as atividades estão muito mais pulverizadas. No estudo supra-citado, Yamamoto et al. (2001) nos apresenta uma lista de atividades realizadas nos diferentes locais de trabalho do psicólogo, e dentre esses locais, estavam alguns relacionados às políticas sociais, tais como unidades básicas de saúde (UBS) e ONGs, por exemplo. Nesse estudo de 2001, a atividade mais freqüente foi a psicoterapia, com 73,2%. No nosso estudo, a psicoterapia individual foi a mais citada, mas por 39,7%. Mas, se somarmos todas as modalidades de psicoterapia (grupo, familiar, casal e individual), voltamos para o impressionante número de 72,5%. Ou seja, mesmo em locais específicos para atuação em políticas sociais, quase três quartos dos profissionais se valem da prática psicoterápica.

No entanto, de maneira expressiva, começam a aparecer também trabalhos com segmentos diferenciados (crianças, comunidade, etc.). Seria necessário cruzar esse dado com o local de trabalho, pois algumas dessas práticas podem ter sido impostas pelos programas sociais (caso das Instituições de Assistência Social), e não iniciativa do profissional. De qualquer forma, o serviço de Orientação de Pais foi a segunda atividade



mais citada pelos profissionais, em 36,6% dos casos. Essa atividade seria, em tese, considerada diferente da tradicional, por ser uma atividade educativa, mas também pode representar uma prática ambígua, de “aconselhamentos”, tradicional, portanto, já que é uma atividade vinculada à clínica.

Há uma dispersão de atividades, como em vários outros estudos no Rio Grande do Norte já apresentados, o que também denotaria o caráter generalista da profissão. Vale destacar também que a “participação em equipes técnicas” está entre as cinco principais atividades desenvolvidas, com 22,1%, demonstrando, uma mudança na postura profissional, imposta ou não, de um trabalho com um modelo individual para uma atuação multidisciplinar. Essa mudança é considerada positiva no sentido das transformações paradigmáticas no olhar sobre essas novas demandas, podendo demonstrar um avanço na atuação profissional.

Algumas das atividades citadas nos parecem típicas de determinados espaços profissionais. Na tentativa de elucidar essa questão, e contextualizar melhor as informações, realizamos o cruzamento das atividades desenvolvidas com os locais de atuação.

Como o conjunto de atividades era muito extenso, e disperso (47 atividades), apresentamos, na Tabela 23, as cinco atividades mais citadas pelos profissionais pelos locais de atuação mais pertinentes.

Tabela 23  
*Cinco Principais Atividades desenvolvidas por local de atuação*

Local	Atividades	n	%
Instituições de Assistência Social	Orientação de pais	24	57,1
	Orientação a adolescentes	18	42,9
	Orientação à gestante	14	33,3

	Orientação sexual	13	31,0
	Dinâmica de grupo	12	28,6
Instituições de Saúde Coletiva	Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)	24	57,1
	Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem	14	33,3
	Orientação de pais	13	31,0
	Orientação a grupos na área de saúde pública	13	31,0
	Psicoterapia de grupo	13	31,0
Instituições hospitalares	Assistência psicológica a paciente clínicos e cirúrgicos (cardíacos, mutilados, terminais, etc.)	14	70,0
	Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)	9	45,0
	Psicoterapia de grupo	6	30,0
	Pareceres e laudos psicológicos	5	25,0
	Supervisão de estágios acadêmicos	4	20,0
ONG's	Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)	8	44,4
	Orientação de pais	7	38,9
	Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem	5	27,8
	Cargo administrativo (gerência ou direção)	5	27,8
	Intervenção em organizações e instituições	4	22,2

Constatamos, primeiramente, que com exceção das Instituições de Assistência Social, a Psicoterapia Individual figura como umas das principais atividades em quase todos os locais que trabalham com política social. A despeito de essa prática profissional ser extremamente criticada nos espaços que lidam com política social, esse dado já era apontado na literatura sobre o assunto no Rio Grande do Norte, especificamente no caso dos hospitais e instituições de saúde coletiva (Yamamoto &

Cunha, 1998; Oliveira et al., 2004). No estudo de 2003 (Yamamoto et al.) já era apontado que os psicólogos das ONGs no Rio Grande do Norte também realizam atividades psicoterápicas individuais. As demais atividades citadas nos locais vinculados à área da Saúde (instituições de saúde coletiva e instituições hospitalares) parecem estar de acordo com os dados já coletados na literatura.

Outro dado que chama atenção é a Orientação de Pais, presente em todos os locais, com exceção das instituições hospitalares, provavelmente pela natureza do público alvo da instituição. Nas atividades listadas para os profissionais assinalarem, não constavam nominalmente atividades de “aconselhamento”. A prática do aconselhamento, considerada antiga em Psicologia, é vinculada às perspectivas teórico-metodológicas da clínica, e, possivelmente, realizada pelas denominações “orientação...” presentes nos locais em política social, como mostra a Tabela 24. Além da vinculação à área clínica, a atividade “Orientação de pais” está também relacionada à área escolar. Mesmo na área escolar, a referida atividade pode significar, por um lado, um avanço com relação ao atendimento dos alunos, e, por outro, indicar uma focalização dos problemas de aprendizagem. Até por que é relevante o número de atividades que se relacionam com o atendimento de crianças com dificuldade de aprendizagem, contra quase nada voltado para políticas educacionais, por exemplo.

No caso das Instituições de Assistência Social, as atividades que mais apareceram estão relacionadas a atividades de “aconselhamento”. Rigorosamente, as atividades listadas não fazem parte das atividades tradicionais, e têm como público alvo segmentos da comunidade, além de dinâmica de grupo. A atuação dos psicólogos nos locais de assistência social, de fato, sofre influência direta de uma legislação recente, que pelo próprio caráter de sua discussão, a partir dos novos marcos das políticas sociais no Brasil, rejeitaria intervenções individuais e de caráter clínico. No entanto, o trabalho

de “orientação”, maciçamente apresentado nesse local, poderia também ser um subterfúgio do profissional, que “impedido” pelo discurso vigente de realizar atividades psicoterápicas, substitui suas ações por “aconselhamentos” individuais, atividade aparentemente diferente, mas que manteria, em sua essência, a lógica epistemológica e metodológica semelhante às práticas tradicionais já tão bem sedimentadas na identidade profissional do psicólogo.

De fato, as associações de determinadas áreas, locais e atividades estão em consonância com nossa análise. Realizando outro recorte, agora cruzando as três áreas mais citadas com as atividades desenvolvidas, temos a seguinte disposição na Tabela 24

Tabela 24  
*Cinco Principais Atividades desenvolvidas por principais áreas de atuação*

Área	Atividades	n	%
Clínica	Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)	24	72,7
	Orientação de pais	14	42,4
	Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem	13	39,4
	Assistência psicológica a pacientes clínicos e cirúrgicos (cardíacos, mutilados, terminais, etc.)	9	27,3
	Psicoterapia de grupo	7*	21,2
	Participação em equipes técnicas	7*	21,2
Saúde	Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)	10	62,5
	Assistência psicológica a pacientes clínicos e cirúrgicos (cardíacos, mutilados, terminais, etc.)	6	37,5
	Pareceres e laudos psicológicos	6	37,5
	Psicoterapia de grupo	5	31,3
	Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem	4*	25
	Supervisão de estágios acadêmicos	4*	25
	Intervenção em organizações e instituições	4*	25
	Participação em equipes técnicas	4*	25
Social	Orientação de pais	22	53,7

Orientação a adolescentes	17	41,5
Orientação à gestante	14	34,1
Dinâmica de grupo	12	29,3
Planejamento e execução de projetos	11*	26,8
Desenvolvimento de grupos e equipes	11*	26,8

\* - Atividades que apareceram com a mesma frequência em 5º. Lugar.

Corroborando as discussões postas, a área clínica é quase diretamente associada à prática psicoterápica. A frequência dessa atividade é extremamente alta: 72% dos profissionais, que disseram trabalhar na área clínica, fazem psicoterapia individual. E como a área clínica está associada a quase todos os locais (Tabela 19), essa atividade (psicoterapia) mostra-se preponderante no campo das políticas sociais. As outras atividades bem citadas (Orientação de pais, Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem e Psicoterapia de grupo) também se relacionam à identidade que historicamente é atribuída à área clínica. A participação em equipe técnica, apesar de ser aparentemente uma atividade tradicionalmente não associada à área clínica, é explicada pela natureza do trabalho do psicólogo nas políticas públicas, normalmente associado pela própria legislação que embasa trabalhos multiprofissionais, como já atestado anteriormente. Interessante nesse ponto é que retorna a análise de uma atividade imposta pela política, e não fruto de “novas” escolhas teórico-metodológicas desses profissionais.

A área Saúde é extremamente parecida com a já comentada área Clínica. Os psicólogos eram livres para escrever qualquer resposta no campo “área”. Os que responderam área da Saúde poderiam estar relacionando esta com a clínica tradicional. Outra resposta esperada era que a área Saúde fosse relacionada a algumas atividades mais voltadas para a Saúde Coletiva, como atividades em grupo, ou que envolvesse

outras práticas, mas esse tipo de atividade aparece apenas em quinto lugar, como participações em equipes técnicas e intervenção em organizações e instituições, ambas citadas por 25% dos profissionais. Essa análise torna-se coerente, pois, como já citamos, a área da Saúde não é majoritariamente associada aos locais de Instituições de Saúde Coletiva e Instituições Hospitalares.

Já a área Social, aparece bastante associada às práticas de “orientação”, cujas análises já foram realizadas, nas três atividades mais citadas. Destaque-se aqui as atividades mais citadas em quarto e quinto lugares (sendo duas atividades empatadas em quinto lugar). São atividades que, até então, não haviam aparecido nas mais citadas, de forma geral, ou entre os locais principais (com exceção de Dinâmica de Grupo). As três atividades, Dinâmica de Grupo, Planejamento e execução de projetos e Desenvolvimento de grupos e equipes, citadas por 29,3%, 26,8% e 26,8%, respectivamente, poderiam representar práticas mais alinhadas com as novas demandas impostas pelas comunidades nas quais o psicólogo se insere, que não aparecem na literatura (CFP, 1988, 2001, 2004; Yamamoto et al., 2001, 2003) de forma tão presente. No entanto, vale o mesmo para a reflexão anterior, do aparecimento dessas práticas poder dever-se mais às imposições das políticas do que a inovações teórico-técnicas da própria categoria.

Historicamente, o modelo médico “clínico”, acatado na maior parte das instâncias formadoras, acaba se alinhando como uma perspectiva individualizante e acrítica, o que enviesaria as possibilidades de trabalho com uma demanda diferente daquelas apresentadas durante a formação. Notemos, ainda, nessa linha de raciocínio, que esses profissionais não tiveram muita experiência profissional que os habilite a confrontar o modelo aprendido no curso, pois, são em sua maioria, recém-formados. Essa hipótese torna-se mais robusta quando analisamos as atividades desenvolvidas no

campo. Além do mais, não há novos modelos consolidados que se coloquem como alternativa de atuação para esses profissionais. E a formação continuada desses psicólogos, como discutido na caracterização desses profissionais, é feita na área clínica, sobretudo em especializações profissionalizantes, reforçando assim modelos de intervenção tradicional.

Não obstante a presença de atividades inovadoras em alguns locais que lidam com políticas sociais, sobretudo as Instituições de Assistência Social, a realidade da atuação profissional no setor se mantém inalterada. Passados mais de duas décadas da inserção do psicólogo no setor da saúde pública, poder-se-ia esperar um avanço em suas práticas, fruto das reflexões sobre a área, e aumento do contato/experiência dos profissionais com esse novo público, a comunidade. No entanto, pela ótica das atividades, a atuação dos profissionais continua a mesma. Resta-nos investigar se essas atividades potencialmente inovadoras, que aparecem com maior força nas Instituições de Assistência Social, revelam um avanço dos psicólogos no campo das políticas sociais, ou é reflexo de uma imposição da legislação e articulação atual, de movimentos políticos que pouco importam, ou pouco tem interferência das reflexões dos psicólogos.

Em suma, o que nossos dados sobre a atuação do profissional no campo das políticas sociais apontaram? Esses psicólogos tiveram uma formação clínica, baseados em modelos de estágios profissionalizantes nessa área. Poucos optam, seja por “vocação”, seja pela baixa oferta, realizar Formação Complementar em áreas que produzam ou problematizem essas práticas nos espaços onde estão inseridos. As abordagens teórico-metodológicas utilizadas são as das escolas tradicionais que, historicamente no Brasil, alinham-se politicamente a trabalhos extremamente conservadores, com forte herança das práticas psicoterápicas, ideologicamente vinculadas com a burguesia, exemplificado pela presença sempre constante da

psicanálise (Coimbra, 1995). Percebem sua atuação principalmente no contexto das áreas Clínica, de Saúde ou Social. As duas primeiras apresentam as mesmas características, e não diferem em nada das concepções tradicionais já citadas. Já a identificação com a área Social relaciona-se com os locais ligados ao campo da Assistência Social, e com algumas práticas potencialmente inovadoras, mas que também poderiam “esconder”, em sua essência, os mesmos determinantes liberais de outrora. De forma geral, não há muita novidade nas atividades desenvolvidas nesse campo. Se fizermos uma retrospectiva histórica, tendo como ponto de análise os dados apresentados, parece que caminhamos mais na direção de consolidar práticas conservadoras do que de apresentar inovações efetivas. A impressão final é de que essa forma de atuação não contempla as novas demandas apresentadas ao profissional de Psicologia que se insere no campo das políticas sociais.



## **5. O que resta aos psicólogos no campo das políticas sociais na atualidade?**

No final de 2008, o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) declarou, em estimativas otimistas, que em virtude da situação sócio-econômica atual - crise financeira mundial -, 20 milhões de postos de trabalho serão encerrados<sup>43</sup>.

Por conta da crise mundial atual, especula-se que

(...)40 milhões engrossarão a multidão de miseráveis que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia, e mais de 100 milhões de pessoas entrarão no rol daqueles que sobrevivem com até US\$ 2 por dia. (...) Desempregados, aposentados e todos aqueles que necessitam dos sistemas de proteção social se verão em situações mais precárias (Bava, 2008, p. 3)<sup>44</sup>.

Inevitavelmente, essa situação afetará milhares de trabalhadores em todo o mundo e forçará, “ao limite”, os vários sistemas de proteção social e suas políticas.

Entender a situação dos psicólogos no campo das políticas sociais, e a discussão de perspectivas, exige a consideração crítica das transformações sócio-econômicas atuais.

Foge ao escopo desse trabalho abordar a complexa situação pela qual passa o mundo capitalista nos eventos batizados de “nova crise mundial”. Contudo, é necessário que sejam feitas algumas breves considerações sobre a questão, para balizar a finalização deste estudo.

No ano de 2007, a mídia noticiou com grande alarde um episódio ocorrido nos Estados Unidos da América, chamado de crise imobiliária. Na época, milhares de

---

<sup>43</sup> Artigo “Recuperar a confiança e enfrentar a crise”, *Folha de São Paulo*, 26/10/2008.

<sup>44</sup> Editorial da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, no. 16, Nov. 2008

trabalhadores de baixa renda foram “incentivados” pela indústria imobiliária a adquirir moradias, estimuladas por baixíssimos juros, documentação mínima exigida e por um velho “sonho capitalista” da casa própria. De fato, as exigências eram tão baixas que alguns deles eram imigrantes ilegais sem comprovação de renda. Esses trabalhadores adquiriram residências muito além do valor real e, com o aumento dos juros, não conseguiram honrar suas dívidas. Esse episódio, que desnudou algumas formas pelas quais operava o capitalismo contemporâneo nos Estados Unidos, acabou sendo um dos desencadeadores de um complexo mecanismo que redundou no fechamento de bancos tradicionais, causando pânico no mercado financeiro mundial e conseqüente diminuição do fluxo monetário internacional. Quais foram as razões para tal evolução dos acontecimentos? Para discutir algumas das raízes dessa crise, é necessário retroagir alguns anos.

Desde o fim da 2ª. Guerra Mundial, com o acordo de Bretton Woods<sup>45</sup> em 1944, o centro financeiro mundial migrou oficialmente para os EUA. A forma de gerenciamento e controle do mercado capitalista americano era mais agressiva e imprevisível que suas antigas contrapartes, sobretudo, o Reino Unido. O processo norte-americano de tomada hegemônica de poder se deu de maneira tão violenta e abrupta, que, segundo o historiador Hobsbawm (2008), “(...) o poder norte-americano só poderia exprimir-se para além de suas fronteiras na forma de um sistema de Estados satélites ou de vassalos” (p.18). Some a isso o fato da escolha do dólar como padrão monetário internacional, decisão também tomada em Bretton Woods, deu aos EUA poder e flexibilidade a sua economia. O controle financeiro do país era ditado por grandes investidores, bilionários, e empresas ligadas ao setor monetário nacional. Os demais

---

<sup>45</sup> Acordo firmado no final da 2ª. Guerra Mundial entre as principais nações do globo, cujo objetivo foi a reestruturação econômica mundial. Desse acordo nasceram instituições de controle mundial como a ONU (Organizações das Nações Unidas) e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

países desenvolvidos, temendo esse controle “instável” e pouco transparente, tentam estabelecer novas regras de funcionamento financeiro internacional através de uma acordo entre todos os Bancos Centrais do mundo na década de 1990, chamado de Basiléia 2. Mas, era tarde demais. Desde a década de 1970, com a profusão das idéias neoliberais, o sistema financeiro (bancos de investimento e financeiras) tornou-se o “cérebro” da economia, já que ditava a quantia e direção dos créditos ao mercado. Segundo o *New Science* (citado por Dowbor, 2009), 66 instituições dominam 75% dos investimentos produtivos mundiais, sendo quase todos eles vinculados aos EUA. Em outras palavras,

É fácil imaginar o poder político que corresponde a esta capacidade de irrigar com dinheiro ou desequilibrar com fugas qualquer economia. (...) se trata de um clube de pessoas que circulam alternadamente entre Wall Street, o Departamento do Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial. (...) O mecanismo é familiarmente chamado de ‘porta giratória’ (Dowbor, 2009, p. 5).

Os bancos de investimento e seus fundos especulativos (*hedge funds*) usaram de toda sorte de estratégias para aumentar seus bônus, enriquecer seus cofres com adiantamento especulativo de capital na produção, espalhando e ditando suas propostas de investimento por todo o mundo. E para dissimular suas perdas, recorriam a manobras administrativas, usando a máquina do governo, e repassando as dívidas para outras instituições, dívidas essas que “sumiam” nas estatísticas econômicas. O estouro da “bolha” imobiliária faz parte dessas estratégias de especulação absurda, sem correspondência no mundo real. Ou seja, milhares de pessoas que compraram imóveis muito acima de seus valores reais não conseguiram quitar suas dívidas, mas o dinheiro da venda já tinha sido adiantado. Era capital especulativo totalmente desvinculado da realidade. O volume de capital era de tal dimensão que, como consequência, ocorrera,

só nos primeiros meses, a quebra de dois grandes bancos americanos, um com 5 anos de idade, outro com mais de 100 anos de existência. O impacto foi tão grande que os bancos do mundo inteiro ficaram de sobreaviso; o medo da falência tomou os países e o sistema financeiro ficou sem crédito.

A conta aqui é simples: sem crédito, não há investimento em produção. Sem investimento, não há crescimento nem consumo e, conseqüentemente, provoca o desemprego em massa (além de outras seqüelas sociais). E os números são assustadores. Além do desemprego mencionado no início do texto, seguem-se falências de indústrias de base, estatizações de vários bancos, índices assustadores de recessão, como o já clássico caso da Islândia, que de país considerado um dos modelos do neoliberalismo, entra em uma crise maior que a experimentada pela Argentina da década de 1990.

Duas conseqüências nos interessam agora. Qual vai ser a postura dos países capitalistas nessa crise? E como fica o Brasil?

A resposta, esperada, do sistema financeiro é clara: socialização das perdas. Resumindo, o povo, através do governo, assume a dívida, impedindo assim o “caos econômico”. Entra em jogo um conjunto de forças políticas que podem afetar o funcionamento das nações do globo. Nas palavras de Jacques Attali (2008):

A crise financeira mundial, tornada econômica, oscila entre uma crise social e política maior; centenas de milhares de pessoas serão ameaçadas de desemprego; o regime político mesmo será criticado, rejeitado como incapaz de comandar o “golem” do mercado que ele ajudou a criar. (p. 16/17).<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Tradução feita pelo autor de “La crise financière mondiale, devenue économique, basculerait alors dans une crise sociale et politique majeure; des centaines de millions de gens seraient menacés de chômage; Le régime politique lui-même serait critique, rejeté comme incapable de maîtriser Le ‘golem’ dès marches qu’il aura contribué à créer”.

E as indicações de resposta já foram lançadas. No Fórum Econômico Mundial, que aconteceu no início de 2009, os principais países presentes defenderam o que o primeiro-ministro russo chamou de “mão visível do Estado”. O que não se sabe é se o presidente recém-eleito dos EUA irá acatar a decisão que os outros países estão propondo, já que eles ainda possuem o poderio maior para agravar ou resumir a crise.

E no Brasil? Durante quase todo o ano de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a idéia que o grau de autonomia que o país possui, aliado às suas reservas energéticas e o seu potencial mercado interno, poderia fazer o Brasil passar (quase) incólume pela crise. Esse “otimismo” vem sendo compartilhado, sobretudo pelo BRIC, grupo formado pelos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China, que defende a idéia de uma nova ordem mundial, afirmando ter mais condições que os EUA e a Europa para lidar com a crise. Muitos analistas compartilham dessa idéia. O economista Delfim Neto, em sua coluna semana na revista Carta Capital, especulava no final de 2008, que

(...) somos uma economia que se globaliza velozmente, com vantagens e inconvenientes, (...) estamos crescendo, o espírito animal dos empresários está solto e absorvemos tecnologia inovando. (...) Há, portanto, boas razões para acreditar que, a não ser por uma catástrofe universal, sofreremos menos do que a maioria das outras economias. (Neto, 2008, p.29)

Na esteira desse otimismo, o Presidente da República afirmou que os investimentos não seriam afetados (ênfase no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), que não haveria recessão (apenas uma – pequena – desaceleração do processo de crescimento), e manutenção das definições com relação às políticas sociais. Sobre este último ponto, segundo a Agência Brasil, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, afirmou que “Política social é antídoto contra a crise,

e a política social brasileira não deverá sofrer cortes por causa dos problemas financeiros internacionais”.

O ano de 2009, no entanto, não trouxe boas notícias. A China, país que mais bradou desenvolvimento durante a crise, “fecha” seu último trimestre de 2008<sup>47</sup> com uma queda histórica de seu Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil também não foi tão bem assim; a despeito do otimismo governamental, os dados apontam que estamos todos juntos na crise.

Os últimos levantamentos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de Dezembro de 2008 a Janeiro de 2009 são claros. Em dezembro de 2008 tivemos o fechamento de 654,9 mil vagas formais, o **dobro** da média para o mês. Em janeiro, verificou-se uma perda líquida de 101.748 postos (o saldo do total de admissões menos o de demissões no país), menos do que o esperado por analistas do governo, mas mesmo assim, muito alto. O índice de desemprego no país é avassalador. Outro elemento qualitativo deve também ser levado em consideração: o fato de que, no início do ano, o índice de empregos é normalmente bem superior a dos outros meses, o que denota bem a situação em que estamos.

Trazendo para a realidade local, o Rio Grande do Norte, tivemos um déficit de três mil postos de trabalho a menos que no ano passado, de um total de 14 mil demissões. Não restam dúvidas, a crise chegou.

Por enquanto, com exceção de algumas declarações vagas e esparsas, pouquíssimo tem se falado oficialmente sobre a situação das políticas sociais. Em momentos de crise como esse, a situação das políticas sociais torna-se paradoxal. Por um lado, teremos um aumento exponencial da demanda por serviços de atendimento às

---

<sup>47</sup> “O ocaso de uma estrela - para surpresa do mundo, o PIB do país (China) caiu no último trimestre de 2008”, artigo de Márcia Pinheiro para a revista CartaCapital no.531 de 4 de Fevereiro de 2009.

classes subalternas. Por outro, temos a estratégia do capital de lidar com as crises econômicas, o investimento maciço no setor financeiro, no setor de *commodities*, e em contrapartida, a desatenção e desassistência às políticas sociais. É questionável a efetividade das afirmações acerca da ausência de cortes sociais no Brasil. Ou, como nas palavras de Downbor (2009): “Ponto essencial, é preciso lembrar que os trilhões desembolsados pelo governo não estarão disponíveis para políticas públicas em saúde, educação e assim por diante. Alguém tem de pagar” (p. 8). Mais demanda com menos serviço. A falta de investimento no setor, é claro, não vai dar conta da situação.

Como ficará, então, a situação profissional (e trabalhista) do psicólogo que trabalha no campo das políticas sociais? A resposta não nos parece otimista. Mas, ele vai viver essa situação inevitavelmente. Já percebemos, nesse estudo, que suas condições de trabalho são precárias. Ele já tem dificuldades suficientes para lidar com as demandas das classes subalternas da forma que se apresentava, e agora, com o agravamento da situação dessas classes?

A despeito do excesso de questionamentos em um encerramento de um trabalho de pesquisa, essas indagações são inevitáveis em um momento de mudança como esse. Podem ser, provavelmente, que mudanças *gattopardistas*<sup>48</sup> aconteçam, mas, mesmo assim, é a realidade que os psicólogos vão enfrentar. Os prováveis cortes no setor e o não investimento nas condições de trabalho da categoria podem até causar uma desistência com essa área social, gerando também uma “divisão” das forças dos profissionais que precisarão de outros empregos para sobreviver.

No hoje, alguns cenários são possíveis para nossa categoria. A despeito da postura econômica claramente neoliberal, é difícil afirmar que as políticas sociais no

---

<sup>48</sup> A expressão gattopardismo refere-se ao livro “Il gattopardo”, escrito por Giuseppe T. di Lampedusa, cuja idéia principal acabou sendo incorporada pelas ciências sociais, ao dizer que “para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”.

governo de Luís Inacio Lula da Silva tenham sido negligenciadas ou pouco importantes, sobretudo se compararmos aos governos brasileiros anteriores. A expectativa de intervenção social em um governo atual como o nosso, que teve suas raízes históricas associadas às idéias e vicissitudes do movimento trabalhista, é extremamente alta. Mesmo passados sete anos de sua entrada no poder, e as políticas sociais não serem consubstancialmente equivalentes às expectativas citadas, é inegável constatar que houve um investimento no campo, o que torna difícil afirmar sua vinculação total e irrestrita aos preceitos neoliberais. Isto posto, e diante das afirmações oficiais de que não haverão cortes no campo social no Brasil, podemos fazer algumas inferências.

Se, de fato, a crise agravar-se bastante, e demissões em massa atingirem o setor das políticas sociais, uma grande parte dos psicólogos ficará desempregada, já que o setor é responsável por grande parcela das ocupações trabalhistas atuais. Em um cenário extremamente otimista, as condições de trabalho da categoria poderiam melhorar e conseqüentemente sua inserção no setor. Parece-nos, com os dados atuais e em retrospectiva histórica, que a situação deve permanecer estável, uma vez que o Senado aprovou pacotes de valor equivalente a anos anteriores no tratante aos investimentos sociais, e o governo oficialmente está afirmando que não haverá retrocessos no setor. Minimamente, então, deveremos esperar para os psicólogos no campo das políticas sociais que a situação atual se manterá. A saber, uma situação de extrema precariedade, como atestado por esse estudo. As políticas sociais no governo Lula parecem que vão continuar com o mesmo aporte de investimento, mas da maneira que vem sendo feita nos últimos anos, de forma desqualificada. Uma proteção social que, em teoria, é avançada e contemporânea, mas que, em execução, sofre de falta de recursos e submete os profissionais do setor a uma inserção precarizada.



De fato, a categoria pode estar chegando a um “beco sem saída”. O campo da Política Social não parece atrativo, em termos de mercado de trabalho, para o psicólogo. Mas, ele pode ser instado a intensificar sua inserção no campo por conta da própria retração do mercado de trabalho, consequência da crise, e ocupando vários espaços, simultaneamente. Esse profissional passa, então, a não investir em estudar e entender o novo campo, não faz formação complementar nessa direção, além da própria pulverização de esforços cotidianos, por conta da multiplicidade de locais inseridos.

Partindo de uma formação ainda tradicional, e atuando com esse embasamento clínico conservador (já tão bem discutida e criticada), o psicólogo acaba, por fim, no momento em que mais a sociedade precisaria (consciente dos limites de sua atuação), assumindo um lugar liberal de “posição política de dominação”, reforçando valores vigentes, em detrimento de uma prática “libertária”, de “contra-dominação”, recair no que ele aprendeu a fazer tão bem, e que também marca historicamente nossa profissão, a saber, ações de ajustamento e conformidade a situação. Ou, quando assume um “compromisso social”, acaba, no máximo, reproduzindo a tão propagada ação solidária, caracterizada por ser assistencialista e ingênua. Não parece ser a ‘clínica ampliada’ e comprometida socialmente a escolhida pelos nossos profissionais, mas a tradicional e adaptacionista.

Resgatando Botomé (1979), ao falar que o contato com novas clientelas, classes subalternas, faria o psicólogo repensar suas idéias e práticas, fato que já foi comentado e problematizado ainda na década de 1990 (Yamamoto), hoje o psicólogo está quase que completamente “imerso” no campo. Lembramos que o discurso do “compromisso social” já é corrente em várias entidades profissionais, com destaque para as gestões do CFP (capitaneadas pela antiga equipe do sindicato de SP), em várias IES, e na mídia de maneira geral. E a situação não parece estar melhorando...

A bem da verdade, a situação parece estar complicando, pois a entrada maciça no campo (lembrando nosso número de 41%) vai demandar novas posturas profissionais, éticas inclusive, e maior eficácia no trabalho com esses novos grupos sociais, coisas que aparentemente os psicólogos não têm e não estão desenvolvendo.

E, com a crise, a tendência é aumentar a demanda, pois uma das maiores seqüelas da “Questão Social”, o desemprego, é um dos principais pontos de entrada para vários outros problemas, como violência, fome, alcoolismo, etc.

Se tomarmos, em um exercício de reflexão histórica, o caso dos dois grandes grupos de políticas, as de Saúde Coletiva e as de Assistência Social, temos um cenário que corrobora a nossa análise. Há vinte anos, quando os psicólogos começaram a entrar em contato, de forma mais expressiva, com as políticas sociais (e novas demandas, novas formas de trabalho...), foi preconizado que talvez a recenticidade do campo pudesse estar “impedindo” intervenções e discussões mais críticas e efetivas. Impedindo a construção de novas teorias, ou releituras de antigas, e engajamento político da categoria. E que talvez o próprio fluxo do tempo fosse conceder a esses profissionais a “sabedoria” necessária para lidar com essas novas questões, postura que também vem sido criticada gradativamente.

Pois bem, o que percebemos hoje é que os psicólogos das instituições ligadas às políticas públicas de Saúde consolidaram suas práticas de 20 anos atrás, e ao invés de inovar, difundiram ainda mais os modelos tradicionais, mostrando que é possível lidar com classes subalternas usando as teorias e técnicas tradicionais. O campo da assistência social parece estar “reproduzindo” esse movimento da saúde coletiva. Fica difícil argumentar o mesmo de outrora, que o campo da assistência social pode “revolucionar” suas práticas apenas pelo contato com novos atores, ou novos problemas. O que temos, finalmente, é um cenário único, de reprodução de valores

liberais, de corroborações de padrões clássicos, na propagação e difusão de uma prática apolítica e acrítica. O discurso permite, inclusive, a propagação do “Terceiro Setor” como estratégia de combate às seqüelas da “Questão Social”, que vem também crescendo, com os mesmo vícios e modelos de seus lugares “co-semelhantes”.

Não vamos entrar no mérito das impossibilidades de mudança estrutural da sociedade pela atividade do psicólogo, ou dos limites de sua ação, para isso consulte (Yamamoto, 2007; Yamamoto et. al. 2001, 2004; Figueiredo, 1989). Estamos ainda falando no psicólogo perceber esse limite, e desenvolver atualmente modelos e práticas que pareçam, mesmo que remotamente, com **qualquer** outra possibilidade de ação. Precisariamos, é claro, realizar outros estudos para enxergar “mais de perto” essas afirmações, mas nesse quadro geral que apresentamos, as possibilidades de um trabalho diferente do tradicional, e historicamente constituído, parecem estar no campo da exceção, beirando quase o “excêntrico”.

Somos conscientes de que não se trata de “otimismo” ou “pessimismo”, em uma atitude meio que de espectador, mas da realização de um diagnóstico crítico, e organização de metas para a categoria, para a formação, para os profissionais e suas entidades, de transformações orientadas, ou seja, políticas, para lidar com essa situação. Reforço que não estamos mais lidando com uma “área” da Psicologia, ou um segmento “emergente”: a política social é lugar comum agora, é a Psicologia em mais contato com o mundo real, material. A despeito de parecer ineditismo, essa pesquisa pode servir como um (re)alerta, de algo que já está em movimento a algum tempo.

Esse pode ser um momento para ação política, já que como lembra Attali (2008), é um bom momento para problematizar os modelos político-administrativos atuais. A situação social que se avilta para nossos trabalhadores poderia ser uma força motriz de reflexão acerca do capitalismo na contemporaneidade e pensar possíveis

“transformações”. E pode ser que a Psicologia possa contribuir com algo. Regina Campos, em seu texto de 1990, “a função social do psicólogo revisitada”, já lembrava que na própria história da Psicologia existem exemplos de ações que tenham como embasamento alinhamentos políticos de “contra-dominância”. Articular os elementos atuais em uma direção que o prof. Yamamoto (2007) chamou de *ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional*. Uma possibilidade interessante é a defesa de novas posturas políticas das nações nesse cenário de intervenção rigorosa do Estado, a “mão visível” do ministro Putin. Resgatando uma das indagações políticas colocadas no encontro que houve no Brasil em 2008, 'Crise: Rumos & Verdades', se teremos que, mais uma vez, socializar as perdas do mercado, porque não também dividir os lucros? É. Bem que poderíamos investir nisso.

### Referências Bibliográficas

- Abranches, S., Santos, W. & Coimbra, M. (1987). *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Alves, M. H. M. (1989). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes
- Anderson, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentili (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. (pp. 63-118). São Paulo: Paz e Terra.
- Angelini, A. L., & Maria, C. (1964/1965). Contribuição para a formação básica do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 17, 41-45.
- Antunes, R. (1999). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, M. (2004). A Psicologia no Brasil no Século XX: Desenvolvimento Científico e Profissional. In: M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos*.(pp. 109-152) São Paulo: EDUC/Cortez
- Attali, J. (2008). *La crise, et après?* Paris: Fayard.
- Azzi, E. (1965). A situação atual da profissão de psicólogos no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 17, 47-61
- Azzi, R. (1964/65) A situação atual da pesquisa psicológica no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 17, 63-66
- Bastos, A. V. B. (1990). Mercado de Trabalho: uma velha questão e novos dados. *Psicologia: ciência e profissão*, 10 ( 2), 28-39.
- Bastos, A. V. B. ; Achcar, R. (1994) . Dinâmica Profissional e Formação do Psicólogo: uma Perspectiva de Integração. In: Rosemary Achcar. (Org.). *Psicólogo Brasileiro:*

*Práticas Emergentes e Desafios para a Formação*. 1ª ed. (pp 245-272). São Paulo: Casa do psicólogo.

Bastos, A. V. B., & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: ciência e profissão*, 9 (2), 5-15.

Bava, S. C. (2008), O que vem por aí? *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2, nº 16, p. 3.

Behring, E. R., & Boschetti, I. (2006). Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. In: *Política Social: fundamentos e história*. (pp. 62-111). São Paulo, Cortez.

Benko, A. (1964/1965). Contribuição para a formação básica do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 17, 75-80.

Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Boarini, M. L. (2003). Higienismo, Eugenia e a naturalização do social. In: *Higiene e Raça como projetos: Higienismo e Eugenismo no Brasil*. (pp. 19-43). Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá.

Boarini, M. L., & Yamamoto, O. H. (2004). Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, 13(1), 59-72.

Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos com de compromisso com as elites. In: Ana Maria Bock (org.) *Psicologia e o compromisso social*. (pp. 15-28) São Paulo: Cortez.

- Borón, A. (1995). A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In E. Sader & P. Gentili (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. (pp. 63-118). São Paulo: Paz e Terra.
- Botomé, S. P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5(1), 1-16.
- Bruschini, M. C. A., & Lombardi, M. R. (2000). A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, 1(110), 67-104.
- Bruschini, M. C. A., & Lombardi, M. R. (2002). Instruídas e trabalhadeiras - trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, 17/18, 157-196.
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 537-572.
- Cambaúva, L. G., Silva, L. C., & Ferreira, W. (1998). Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 207-227.
- Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. *Educação & Sociedade*, 16, 74-84.
- Campos, R. H. F. (1986). Notas Sobre A Formação do Psicólogo na UFMG. *Cadernos de Psicologia*, 3(1), 77-100.
- Campos, R. H. F. (1990). A Função Social do Psicólogo Revisitada. *Psicologia e Sociedade*, 5 (8), 17-21.
- Carvalho, A. M. A. (1988). Atuação psicológica: Uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp 217-235). São Paulo: Edicon.
- Centofanti, R. (1982). Radecki e a psicologia no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 1, 2-50.

- Chahad, J. P. Z. (2003). Tendências Recentes no Mercado de Trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 17(3-4), 205-217.
- Coelho, S. (2000). Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac.
- Cohn, A. (1995). Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 12, 1-17.
- Cohn, A. (2000). A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In C. E. Mota (Org.), *Viagem incompleta: a grande transição* (pp. 383-403). São Paulo: SESC.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Coimbra, C. M. B. (1999). Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. In: A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil*. (pp.75-95). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE.
- Colin, D. R. (2008). Sistema de Gestão e Financiamento da Assistência Social: transitando entre a filantropia e a política pública. Tese de doutorado não-publicada. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a profissão* São Paulo: Casa do Psicólogo.



- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (2001). *Pesquisa feita junto aos associados do Conselho federal de Psicologia – relatório final*. Relatório on-line. Recuperado em 27 de julho de 2002, de [http://www.pol.org.br/arquivos\\_pdf/relatório\\_who.doc](http://www.pol.org.br/arquivos_pdf/relatório_who.doc).
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (2004). *Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia – relatório final*. Relatório on-line. Recuperado em 15 de março de 2006, de [http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/Pesquisa\\_IBOPE.pdf](http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/Pesquisa_IBOPE.pdf)
- Coutinho, C. N. (2000). *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez
- Cruces, A. V. V. (2006). Egressos de Cursos de Psicologia: preferências, especializações, oportunidades de trabalho e atuação na área educacional. Tese de doutorado não publicada. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Delfim Neto, A. (2008, 1º de outubro). O Brasil e o mundo. *Carta Capital*. Ano 15, nº 515, p.29.
- Dimenstein, M. (1998). O Psicólogo no Serviço Público de Saúde: impasses na formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia* (Natal), 3 (1), 53-81.
- Draibe, S. M. (1990). As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas. In: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/Instituto de Planejamento de Gestão Governamental. *Prioridades e perspectivas de políticas Públicas para a década de 90: políticas sociais e organização do trabalho*. (vol. 4, pp. 1-66). Brasília: IPEA/IPLAN.
- Dowbor, L. (2009). *A crise financeira sem mistérios: Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais*. Disponível em: <http://dowbor.org/artigos.asp>

- Draibe, S. M. (1993). As políticas sociais e o neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*, 17, 86-101.
- Druck, G., & Filgueiras, L. (2007). Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Revista Katálisis*, 10(1), 24-34.
- Faleiros, V. P. (1986). *O que é Política Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Fávero, M. L. A. (2006). A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, 28, 17-36.
- Figueiredo, L. C. (2002). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Educ/Escuta.
- Figueiredo, M. A. C. (1989). *O trabalho alienado & o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista*. São Paulo: Edicon.
- Freitas, R. C. M. (2007). O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Katalysis*, 10, 65-74.
- Garrido, A. (Org). (2006). *Sociopsicología del Trabajo*. Barcelona: Editorial VOC.
- Gauer, G., & Gomes, W. B. (2005). *Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1943-2003*. Porto Alegre: MuseuPsi - Museu Virtual de Psicologia.
- Gondim, S. M. G. (2002). Perfil Profissional e mercado de trabalho: Relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 299-319.
- Harvey, D. (2001). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loiola.
- Hobsbawm, E. (2008). Dois impérios: duas lógicas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2, nº 16, 18-19

- Iamamoto, M. (1997). *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Jacó-Vilela, A. M., & Rodrigues, H. (2004). Aquém e além da separação – a Psicologia interpretada pelo social. In: M. Massimi (Org.), *História da Psicologia no Brasil do século XX*. (pp. 217-230). São Paulo: E.P.U.
- Laurell, A. C. (1997). Avançando em Direção ao Passado: a política social no neoliberalismo. In: A. C. Laurell (Org.), *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. (pp. 151-178). São Paulo: Cortez.
- Leite, D. M. (1964/1965). Contribuição para a formação básica do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 17, 67-74.
- Lesbaupin, I. (2003). Governo Lula: um balanço do primeiro ano. *Praia Vermelha UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, 10-33,
- Löwi, M. (Org). (2003). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Cavalcanti, L. O. (2005). *Como a corrupção abalou o governo Lula*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Maluf, M. R. (1996). A Formação Profissional do Psicólogo Brasileiro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1(1), 31-45.
- Marques, R. M. & Mendes, A. (2007) Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katalysis*, v. 10, 15-23
- Martinho, F. C. P. (Org). (2006). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

- Masiero, A. L. (2005). A psicologia racial no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 10(2), 199-206.
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia Brasileira*. São Paulo, E.P.U.
- Mattoso, J. E. L. (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática
- Montaño, C. (2002). *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez
- Netto, J. P. (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez. Netto, J. P (1999). FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In I. Lesbaupin (Org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC* (pp. 75-89). Petrópolis: Vozes
- Netto, J. P., & Braz, M. (2006). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Offe, C. (1989). OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.4, n.10, 5-20.
- Oliveira, I.F. ; Yamamoto, O. H. (1998). O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 11(2), 345-362.
- Oliveira, I. F. et. al. (2004). O Psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: formação acadêmica e prática profissional. *Interações*, 9(17), 71-89.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Costa, A. L. F., Gadelha, T. M. S., Campos, E. M. P., & Yamamoto, O. H. (2005). A Psicologia, o Sistema Único de Saúde e o Sistema de Informações Ambulatoriais: inovações, propostas e desvirtuamentos. *Interação*, 9(2), 275-285.

- Paiva, I. L. (2008). Os novos quixotes da Psicologia e a prática social no âmbito do "terceiro setor". Tese de doutorado não publicada. Universidade Federal do Rio grande do Norte, Natal.
- Pastorini, A. (2004). *A Categoria "Questão Social" em Debate*. São Paulo: Cortez
- Penna, A. G. (1992). *História da psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O Psicólogo no Brasil: notas sobre o processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 17-31). São Paulo: Edicon.
- Pinheiro, M. (2009) O Ocaso de uma estrela. *Revista CartaCapital*. no.531, p. 56-57
- Rifkin, J. (1995). *O fim do emprego*. São Paulo: Makron Books.
- Romanelli, O. (2003). *História da educação no Brasil*. 13. ed. Petrópolis: Vozes,
- Rosas, P., Rosas, A., & Xavier, I. Quantos e quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 32-48). São Paulo: Edicon.
- Rosas, P. (1995). *Mira y Lopez – 30 anos depois*. São Paulo: Vetor
- Rosas, P. (2000). Construindo Caminhos: uma abordagem histórica. In: I. D. Oliveira (Org.), *Construindo caminhos: experiências e técnicas em Orientação Profissional*. (pp. 15-34) Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Rosemberg, F. (1983). Psicologia, profissão feminina. *Cadernos de Pesquisa*, 47, 32-37.
- Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4, 6-12.

- Sader, E. (1998). *Estado e Política em Marx*. São Paulo: Cortez
- Sader, E. (Org). (1987). *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez.
- Santos, W. G. (1987). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Santos, Y. (2007). O ambulatório de Saúde Mental no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Silva, F. L. (2004). A Psicologia e o Programa de Saúde da Família: novas possibilidades, velhos dogmas?. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo/Conselho Regional de Psicologia-6a. Região. (1984). *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez.
- Siqueira, G. S.(2001). *Novos espaços e novas atividades na Psicologia do Rio Grande do Norte: relação de fato ou relação em perspectiva?* Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Sposati, A. (2007). Pobreza e Desigualdade no século do desperdício. *Debates Sociais*, 1, 9-46.
- Vianna, M. L. T. W. (1993). Modernização, Empresa e Estado: novos papéis na elaboração de políticas sociais. Brasília (Caderno Técnico), n. 18, p. 22-43.
- Yamamoto, O. H. (1988). Apontamentos para um estudo da psicologia em Natal: áreas de atuação e seus determinantes. *Revista de Psicologia*, 6(1), 3-13.

- Yamamoto, O. H. (1996). Neoliberalismo e políticas sociais: um impacto na Psicologia brasileira. *Psicologia Revista*, 2, 13-26.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social*. (pp.37-54) São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 19, (30-37).
- Yamamoto, O. H., & Campos, H. R. (1997). Novos espaços, práticas emergentes: um novo horizonte para a psicologia brasileira? *Psicologia em Estudo*, 2(2), 89-111.
- Yamamoto, O. H., & Cunha, I. M. F. F. O. (1998). O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 345-362.
- Yamamoto, O. H.; Dantas, C. M. B.; Costa, A. L. F.; Alverga, A. R.; Seixas, P. S. & Oliveira, I. F. (2003). A profissão de psicólogo no Rio Grande do Norte. *Interação*, 7(2), (23-30).
- Yamamoto, O. H., Silva, F. L., Câmara, R. A., & Dantas, C. M. B. (2001). Espaços, práticas: o que há de novo na Psicologia do Rio Grande do Norte? *Psicologia em Estudo*, 6(1), 65-72.
- Zanelli, J. C., & Bastos, A. V. B. (2004). Inserção Profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. (pp. 466-491). Porto Alegre: Artmed.

**APENDICE**



## Apêndice A

Caro colega,

Convidamos você a participar de um estudo sobre a profissão de psicólogo no Rio Grande do Norte. Este estudo é fruto de uma parceria entre o CRP13/Seção-RN (em breve CRP17) e Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (UFRN), e servirá tanto para nossa pesquisa quanto para a construção de um cadastro de profissionais no estado a ser utilizado pelo CRP no RN.

A realização desta pesquisa permitirá uma melhor compreensão da profissão em nosso estado, contribuindo para uma resposta mais eficaz aos problemas do exercício profissional.

Asseguramos que as informações prestadas serão tratadas com rigor e respeito científico. Apesar do cadastro constar de dados pessoais, a publicação da pesquisa será totalmente anônima, não sendo divulgada nenhuma informação de identificação.

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e ressaltamos que estamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,  
Oswaldo H. Yamamoto  
DEPSI – UFRN  
E-mail: gpme.ufrn@yahoo.com.br

### Pesquisa: Psicólogos no Rio Grande do Norte – 2007

#### 1-Dados gerais

Registro CRP: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: F( ) M( ) Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Renda familiar TOTAL

(R\$): \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

#### 2-Formação acadêmica (Graduação)

Instituição: \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_ Área de estágio: \_\_\_\_\_

#### 3-Formação complementar (Acadêmica e Profissional)

Ao responder, NOMEIE o campo de conhecimento e a instituição educacional da formação mais recente.

	Pós-graduação	Especialização (mais recente, a partir de 360h).	Mestrado	Doutorado
<b>Campo de conhecimento</b>	Psicologia (Área que mais se aproxima seu trabalho)			
	Outro campo (Qual?)			
<b>Instituição Educacional</b>	Pública			
	Privada			
<b>Etapa do</b>	Concluído (ano)			

<b>curso</b>	Em andamento (ano de início)			
--------------	------------------------------	--	--	--

**4-Exercício profissional atual** (inclui trabalhos INSERIDOS OU NÃO no campo da Psicologia. Considere campo da Psicologia tanto as atividades clássicas quanto as emergentes, como ensino, pesquisa, gestão e coordenação de projetos relacionados à Psicologia, independente da abordagem).

**4.1-** Informe no quadro abaixo os dados gerais dos três principais locais de atuação

	<b>Local 1</b>	<b>Local 2</b>	<b>Local 3</b>
Nome			
Telefone			
Trabalha como autônomo ou em instituição/organização?	( ) autônomo ( ) instituição ou organização	( ) autônomo ( ) instituição ou organização	( ) autônomo ( ) instituição ou organização
Atua em Psicologia? (se sim, marque com um x)			
Área da Psicologia a que mais se aproxima seu trabalho?			
Qual (is) abordagem (s) teórico-metodológica (s) direciona (m) sua prática?			
Há quanto tempo trabalha no local?			
Carga horária semanal			
Rendimentos Mensais (R\$)			
Gratificações em dinheiro (R\$)			
Benefícios (assistência à saúde, alimentação, previdência, outros)			

RESPONDA O ITEM 4.2 APENAS SE TRABALHA EM INSTITUIÇÕES E/OU ORGANIZAÇÕES

**4.2-** Preencha os espaços abaixo com a letra equivalente a sua resposta.

	<b>Local 1</b>	<b>Local 2</b>	<b>Local 3</b>
Natureza da instituição/organização A- público, B- privado, C- sem fins lucrativos			
Forma de ingresso A- convite/indicação, B- concurso público, C- processo seletivo D- Outros (Qual?)			
Regime de trabalho A- contratado com carteira de trabalho, B- prestador de serviço, C- cooperado, D- voluntário, E- proprietário			
Cargo ocupado I. A - psicólogo, B- psicólogo, mas c/ outra função, C- outro cargo, mas c/ função de psicólogo, D- outro cargo, não atua como psicólogo II. Se você respondeu as opções B, C ou D no item I, especifique o cargo/função.			

**4.3 -** Responda as questões abaixo se não houver inserção no campo da Psicologia  
Se sua inserção não é no campo da Psicologia, qual o motivo?

\_\_\_\_\_

Planeja inserir-se profissionalmente no campo da Psicologia? Se sim, em qual área?

\_\_\_\_\_

**CONTINUA NO VERSO**

**4.4 - Marque as 5 principais atividades realizadas em cada local de trabalho**

<b>Atividades Realizadas</b>	<b>Local 1</b>	<b>Local 2</b>	<b>Local 3</b>
1- Análise de cargos e salários			
2- Análise de função ou ocupacional			
3- Aplicação de teste psicológicos			
4- Assistência geriátrica			
5- Assistência materno infantil			
6- Assistência psicológica a pacientes clínicos e cirúrgicos (cardíacos, mutilados, terminais, etc.)			
7- Atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem			
8- Avaliação de desempenho			
9- Cargo administrativo (gerência ou direção)			
10- Consultoria			
11- Criação publicitária			
12- Diagnóstico organizacional			
13- Docência (professor) no 2º Grau			
14- Docência (professor) no 3º Grau			
15- Educação e reeducação psicomotora			
16- Ergonomia			
17- Orientação vocacional/profissional			
18- Orientação psicopedagógica			
19- Orientação sexual			
20- Orientação à gestante			
21- Orientação de pais			
22- Pareceres e laudos psicológicos			
23- Pesquisa científica			
24- Pesquisa de mercado			
25- Planejamento de política educacional			
26- Planejamento e execução de projetos			
27- Psicodiagnóstico			
28- Psicoterapia individual (adulto, criança e adolescente)			
29- Psicoterapia de grupo			
30- Psicoterapia de casal			
31- Psicoterapia de família			
32- Reabilitação profissional			
33- Recrutamento/seleção			
34- Segurança e higiene no trabalho			
35- Supervisão de estágios acadêmicos			
36- Supervisão extra-acadêmica			
37- Treinamento			
38- Triagem			
39- Orientação a adolescentes			
40- Orientação a grupos na área de saúde pública			
41- Assessoria técnica			
42- Desenvolvimento de grupos e equipes			
43- Coordenação de equipes de trabalho			
44- Dinâmica de grupo			
45- Intervenção em organizações e instituições			
46- Participação em equipes técnicas			
47- Outros (Quais?)			

# PARTICIPE DA NOSSA PESQUISA



O CRP13/Seção RN em parceria com a UFRN está promovendo um estudo que servirá para cadastro dos profissionais no Estado e uma pesquisa sobre nosso exercício profissional.

**Quando:** Dia do Psicólogo (27 de Agosto)

**Onde:** Conselho Regional de Psicologia (RN)

---

**Realização:**



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)